

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Maj Inf **FILIPE MACHADO CAROLINO**

**A cooperação em defesa do Brasil com os países da
América Central**



Rio de Janeiro
2020

Maj Inf **FILIPPE MACHADO CAROLINO**

A cooperação em defesa do Brasil com os países da América Central

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa.

Orientador: Prof. Dr. Rubens de Siqueira Duarte

Rio de Janeiro
2020

C292c Carolino, Filipe Machado

A cooperação em defesa do Brasil com os países da América Central. / Filipe Machado Carolino. – 2020.
110 f. : il. ; 30 cm.

Orientação: Rubens de Siqueira Duarte.
Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares)—Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020.
Bibliografia: f. 89-106.

1. POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA. 2. COOPERAÇÃO EM DEFESA. 3. AMÉRICA CENTRAL. I. Título.

CDD 355.4

Maj Inf **FILIPPE MACHADO CAROLINO**

A cooperação em defesa do Brasil com os países da América Central

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa.

Aprovado em ____ de outubro de 2020.

COMISSÃO AVALIADORA

Prof. Dr. Rubens de Siqueira Duarte - Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Dário Vargas de Oliveira - Ten Cel Inf - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Alexandre Checheliski - Ten Cel Cav - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor dos Exércitos, por me permitir chegar a este momento com saúde, energia e entusiasmo.

À minha esposa Márcia Suame, pelo carinho, compreensão, incentivo em todos os momentos e revisão deste trabalho.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Rubens de Siqueira Duarte, pela orientação clara e precisa, pela confiança em meu trabalho, e pelos ensinamentos sobre cooperação internacional.

Aos senhores oficiais das Forças Públicas do Panamá, Forças Armadas da Guatemala, Força Armada de El Salvador, e Forças Armadas de Honduras, pela camaradagem e cavalheirismo em participar da pesquisa.

“o diplomata e o soldado vivem e simbolizam as relações internacionais que, enquanto interestatais, levam à diplomacia e à guerra”.

(Raymond Aron)

RESUMO

Este trabalho apresenta a cooperação desenvolvida pelo Estado brasileiro, no campo da defesa, com os países da América Central, a partir de 1995. O tema ainda é pouco estudado no país, seja pela academia, seja pelas Forças Armadas. Não obstante, o Ministério da Defesa apontou um provável aumento da demanda estrangeira por cooperação no período de 2020 a 2039, indicando a necessidade de se aprofundar o estudo sobre o tema, com a finalidade de executar um melhor planejamento das atividades, a fim de empregar os recursos públicos com efetividade. Nessa direção, o presente estudo procurou analisar como se desenvolve a cooperação brasileira em defesa com os países da América Central e como ela impacta a percepção dos militares centro-americanos sobre seus congêneres brasileiros. Para alcançar esse objetivo, foram realizadas, além da pesquisa bibliográfica e documental, entrevistas com oficiais das Forças Armadas dos países centro-americanos, com a intenção de se obter dados relacionados a seus valores, atitudes e opiniões. Após análise temática das entrevistas, ficou claro que os centro-americanos reconhecem nos brasileiros traços culturais e aspirações comuns, além de atributos como sociabilidade, empatia e alegria, o que facilita a conquista da confiança e a absorção das ideias-força da cooperação brasileira. Alguns pontos negativos também foram observados, como a dificuldade inicial dos brasileiros com o idioma espanhol. Quanto aos resultados dos mais de vinte e cinco anos de cooperação, pôde-se depreender que o Brasil possui grande influência na doutrina militar terrestre e nos métodos de ensino militar em El Salvador e Guatemala, bem como na doutrina militar aérea do Panamá. Ainda foi possível inferir que o Brasil e suas Forças Armadas gozam de excelente conceito e prestígio perante os centro-americanos, que vislumbram, no país, uma liderança regional. Com o presente estudo, espera-se colaborar com os assessores e tomadores de decisão do Estado brasileiro apontando indicadores para analisar o tema, com intento de melhorar o emprego da cooperação internacional em defesa, especialmente na América Central, como um eficaz instrumento de política externa, contribuindo com a estabilidade, paz e segurança no entorno estratégico brasileiro.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira. Cooperação em defesa. América Central.

ABSTRACT

This study intends to show the cooperation that has been developed in the field of National Defense between Brazil and some Central America Nations, since 1995. Although this theme has not been given such attention by scientific production, even by the Academy, The Defense Ministry has detected a possible increase on demand of international cooperation in the next 19 years (until 2039). This tendency shows the necessity of deeper and more complete studies of the theme to provide accurate activities planning and more efficient employment for public budget. The objective of this work is the analysis of how Brazilian cooperation in defense field happens together with other Central America States and its influence on how the Brazilian military is seen by those countries' services. To obtain data as values, attitudes and opinions, a methodology based on bibliographic and documents review was used in addition to interviews made with other nations' Armed Force Officers. The thematic analysis of interviews showed some similarity in cultural aspects and personal aspirations. Sociability, empathy, and joy were clearly recognized as Brazilian Attributes. This fact can be helpful with attaining mutual trust besides the acceptance of Brazilian cooperation ideas in easier ways. On the other hand, the difficulty with the Spanish language was pointed as a negative observation. The results reveal that, after more than twenty-five years of Brazilian's cooperation actions, it has got great influence on terrestrial military doctrine and military teaching methods of El Salvador and Guatemala as well as in air military doctrine of Panama. Also, it is possible to infer that Brazil and its Armed Forces have excellent reputation and prestigious image with Central Americans who perceive the Country as a regional leader. This study is made aiming to help those who take part in decisions making processes of the Brazilian State by showing indicators for better analysis of the theme. It is also expected that it could help to improve the employment of International Cooperation in Defense, specially in Central America, as an efficient tool of foreign policy, contributing to stability, safety and peace for strategic Brazilian boundaries.

Keywords: Brazilian Foreign Policy. Defense cooperation. Central America.

RESUMEN

Este trabajo presenta la cooperación desarrollada por el Estado brasileño en el ámbito de la defensa con los países de Centroamérica desde el año 1995. Es un tema que ha sido poco investigado por académicos y militares. Sin embargo, el Ministerio de la Defensa de Brasil estima un probable y potencial incremento en la demanda extranjera por cooperación para el período comprendido entre 2020 a 2039, evidenciando la necesidad de profundizarse el estudio sobre el tema, proyectando la perfección en la planificación y empleo de los fondos públicos en esta actividad. Luego, la investigación ha analizado como se desarrolla la cooperación brasileña en el tema de la defensa con los países de América Central y cómo la actividad influye en la percepción de los militares centroamericanos sobre sus congéneres brasileños. Para el logro del objetivo del trabajo se realizaron investigaciones bibliográficas, documentales y entrevistas a oficiales de las fuerzas militares de los países de Centroamérica, obteniendo datos referentes a sus valores, actitudes y opiniones. Tras realizar un análisis temático de las respuestas quedó claro que los oficiales centroamericanos reconocen en los brasileños rasgos culturales y aspiraciones comunes; además de cualidades de personas sociables, empáticos y alegres; características que facilitan la conquista de la confianza y la interiorización del mensaje de la cooperación brasileña. Identificando de igual forma algunos puntos negativos destacando principalmente la dificultad de los brasileños para interactuar con el idioma español. Luego de más de veinticinco años de cooperación, podemos concluir que Brasil influye fuertemente sobre la doctrina militar terrestre y los métodos de enseñanza en las escuelas militares en El Salvador y Guatemala. En Panamá, se observa la influencia en la doctrina militar aérea, deduciéndose que hoy en día Brasil y sus Fuerzas Armadas disfrutan de un excelente concepto y prestigio ante los centroamericanos quienes vislumbran en Brasil un liderazgo regional. Así que se espera que los asesores y tomadores de decisiones del Estado brasileño cuenten con estos indicadores para analizar el tema, con el fin de potenciar el empleo de la cooperación internacional en defensa, especialmente con Centroamérica, como un instrumento eficaz de política exterior, contribuyendo a la estabilidad, paz y seguridad en el entorno estratégico brasileño.

Palabras clave: Política exterior brasileña. Cooperación en defensa. Centroamérica.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
AFA	Academia da Força Aérea (Brasil)
AHMRE	Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
AOD	Ajuda Oficial para o Desenvolvimento
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CELAC	Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CFAC	Conferência das Forças Armadas Centro-Americanas
CIdEx	Centro de idiomas do Exército
COSEDE	Comando Superior de Educação do Exército (Guatemala)
DIRDAI	Diretriz de Defesa para a Área Internacional
EB	Exército Brasileiro
ECEME	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
EFOMM	Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante
EMBRABA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRAER	Empresa Brasileira de Aeronáutica
EMCFA	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
ENGESA	Engenheiros Especializados S.A.
EUA	Estados Unidos da América
FAB	Força Aérea Brasileira
FMLN	Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional
IBAS	Fórum Índia, Brasil e África do Sul
IMBEL	Indústria de Material Bélico
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MRE	Ministério das Relações Exteriores
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PNEMEM	Política Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Missão de cooperação brasileira com autoridades militares salvadoreñas.....	61
Figura 2 – Missão de cooperação brasileira na Guatemala.....	65
Figura 3 – Visita do ministro da defesa hondurenho ao Brasil.....	68

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação de entrevistados.....	21
Quadro 2 – Análise temática.....	22
Quadro 3 – Atividades do Exército Brasileiro na área internacional.....	37
Quadro 4 – Exercícios combinados envolvendo o Brasil e países da América Central.....	55

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Variação dos gastos do governo brasileiro com cooperação técnica internacional (2011-2013)	50
Gráfico 2 – Militares centro-americanos que realizaram curso no Brasil.....	54
Gráfico 3 – Ajuda internacional dos EUA aos países da América Central em 2018.....	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Comparativo entre vagas de cursos oferecidas pelo Brasil e os efetivos militares da América do Sul e América Central.....	54
Tabela 2 –	Orçamentos de defesa dos países centro-americanos em 2016.....	56
Tabela 3 –	Preço de alguns produtos de defesa.....	56
Tabela 4 –	Exportação de armamento e seus acessórios para a Guatemala	64

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO BRASIL E NO MUNDO	22
2.1	DA AJUDA INTERNACIONAL À COOPERAÇÃO SUL-SUL	22
2.2	A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL BRASILEIRA.....	26
3	A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL NO CAMPO DA DEFESA	33
3.1	A POLÍTICA DE DEFESA E SUA INTEGRAÇÃO COM A POLÍTICA EXTERNA	33
3.2	A COOPERAÇÃO EM DEFESA E A POLÍTICA DE PRESTÍGIO.....	37
4	AS RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E A AMÉRICA CENTRAL	41
4.1	BREVE ANÁLISE POLÍTICO-MILITAR DA AMÉRICA CENTRAL	41
4.2	A AMÉRICA CENTRAL E SUAS RELAÇÕES COM O BRASIL	45
5	A COOPERAÇÃO EM DEFESA DO BRASIL COM AMÉRICA CENTRAL ... 51	
5.1	DA VENDA DE AVIÕES AOS ACORDOS BILATERAIS	51
5.2	A COOPERAÇÃO BRASILEIRA COM BELIZE E COSTA RICA	58
5.3	A COOPERAÇÃO BRASILEIRA COM EL SALVADOR.....	58
5.4	A COOPERAÇÃO BRASILEIRA COM A GUATEMALA	63
5.5	A COOPERAÇÃO BRASILEIRA COM HONDURAS	66
5.6	A COOPERAÇÃO BRASILEIRA COM A NICARÁGUA	69
5.7	A COOPERAÇÃO BRASILEIRA COM O PANAMÁ.....	70
6	A PERCEPÇÃO DOS OFICIAIS CENTRO-AMERICANOS SOBRE OS MILITARES BRASILEIROS	73
6.1	AS CARACTERÍSTICAS DOS BRASILEIROS QUE FACILITAM A COOPERAÇÃO	73
6.2	AS CARACTERÍSTICAS DOS BRASILEIROS QUE DIFICULTAM A COOPERAÇÃO	76
6.3	COMPARAÇÃO ENTRE OS MILITARES BRASILEIROS E OS MILITARES DOS DEMAIS PAÍSES QUE COOPERAM NA AMÉRICA CENTRAL	79
6.4	A QUESTÃO DO PROFISSIONALISMO DO MILITAR BRASILEIRO	81
7	CONCLUSÕES	85
	REFERÊNCIAS	89

1 INTRODUÇÃO

O fim da Guerra Fria mudou profundamente as relações internacionais, caracterizadas, naquele momento, pela confrontação ideológica entre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e os Estados Unidos da América (EUA). Para Fukuyama (1989), a queda do regime soviético e sua adesão a um modelo capitalista de forma pacífica, levaria à substituição dos conflitos pela cooperação, resultando em uma era de paz no sistema internacional. Contudo, nos primeiros anos após a queda da União Soviética, o sistema internacional não viveu um período de tranquilidade, mas uma onda de desordem, marcada por conflitos étnicos na ex-Iugoslávia, tendências radicais na Europa, sobretudo com os movimentos neonazistas e neofascistas, o recuo das economias do bloco oriental, a marginalização da América Latina e do continente africano, e as crises humanitárias (CASTRO, 2012; PECEQUILO, 2012).

Hoje, o sistema internacional se mostra complexo, volátil, e com assimetrias de poder que causam o aumento das tensões geopolíticas, da incerteza, da globalização e da interdependência. A segurança global já não é ameaçada pela iminência de um conflito bélico generalizado e com proporções catastróficas advindas das armas nucleares. Por outro lado, a paz é abalada por fenômenos transnacionais como o terrorismo, o narcotráfico, as epidemias de saúde, as tragédias humanitárias, os riscos ambientais, a pirataria marítima e os ataques cibernéticos (BRASIL, 2016b; CASTRO, 2012; ESPANHA, 2017; PECEQUILO, 2012). Essas características tornam as crises mais intensas e inesperadas, como a recente pandemia de Covid-19, que afeta todos os setores da sociedade, em todo o globo. Também não se pode olvidar a disputa por áreas marítimas, pelo domínio espacial e por fontes de água doce, de alimentos e de energia.

Nesse cenário, os limites entre paz e conflito não são claros, e a guerra passou a ter formas distintas da puramente militar. De acordo com a Política Nacional de Defesa brasileira, a natureza híbrida dos conflitos contemporâneos torna a “definição das missões das Forças Armadas muito mais complexa, dinâmica e sofisticada” (BRASIL, 2016b, p. 9). A ordem mundial pós-Guerra Fria demanda das Forças Armadas ações de não-guerra em apoio aos esforços diplomáticos, a fim de atenuar as consequências de eventos inesperados em um mundo mais inseguro (COOPER, 1993). Assim, a política externa das nações passou a empregar as forças

de defesa em ações de cooperação para fortalecer alianças e atrair novos parceiros, a fim de enfrentar, em melhores condições, os desafios transnacionais de forma conjunta (ESPER, 2019; MATTIS, 2017; REINO UNIDO, 2015; SACHAR, 2003).

A cooperação em defesa é elemento indispensável à política externa de qualquer nação que queira inserir-se efetivamente no sistema internacional atual, pois reforça a proteção ao desenvolvimento, diminuindo a dependência em relação às grandes potências. Por isso, os países do Sul passaram a desenvolver programas de cooperação em defesa que incluem treinamento de pessoal, fornecimento de equipamento, apoio logístico e auxílio em emergências humanitárias (MAWDSLEY, 2012). São exemplos de cooperação em defesa entre os países do Sul o Programa Indiano de Cooperação Técnica e Econômica que financiou o treinamento de 128 (cento e vinte e oito) militares estrangeiros entre 2002 e 2003 (SACHAR, 2003), e o trabalho conjunto de Rússia e China para o desenvolvimento de mísseis de cruzeiro supersônicos, submarinos nucleares e caças de quinta geração (GOLDONI; DOMINGOS NETO, 2014).

A retomada do crescimento econômico do Brasil a partir de 1995 permitiu a intensificação da cooperação Sul-Sul (PECEQUILO, 2004), e nesse contexto, uma aproximação com a América Central¹ iniciou-se ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, sendo consolidada no governo seguinte, quando por meio da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) foram lançados diversos projetos de cooperação e comércio com os países da região (AMORIM, 2016; PECEQUILO, 2004). Nesse escopo, incluem-se as atividades de cooperação em defesa, lançadas, principalmente, após o fim dos conflitos que ocorreram na região nas décadas de 1980 e 1990.

A pesquisa acadêmica sobre a cooperação em defesa no Brasil cresceu juntamente com a expansão dessa atividade, principalmente a partir de 2003. Nesse conjunto, destacam-se diversos estudos sobre a política de defesa e a necessidade de se alinhar os esforços do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e do Ministério da Defesa (ALSINA JUNIOR, 2009; CARVALHO, 2018; CEPIK; BERTOL, 2016; MEDEIROS FILHO, 2010; MORAES, 2010; REZENDE, 2014). A maioria dos trabalhos de pesquisa, entretanto, procurou centrar-se na integração da defesa sul-americana,

¹ Este trabalho adota o conceito da Real Academia Espanhola, ou seja, a região englobada pelos países do istmo centro-americano: Belize, Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua, Costa Rica e Panamá (RAE, 2020b).

a partir do estudo de tratados bilaterais, da diplomacia militar, e da constituição do Conselho de Defesa Sul-Americano (CRUZ AGUILAR, 2013; LANDIM, 2015; PONT, 2014; REZENDE, 2013; SOUTO, 2016; SOUZA, 2019; TEIXEIRA, 2013, 2019; VAZ, 2018). Outros autores, focaram suas pesquisas na cooperação em defesa com a África (FERREIRA; MIGON, 2016; GOLDONI; CIRIBELLI, 2016; ROSSO *et al*, 2015; SEABRA, 2014; SILVA P., 2011; VIOLANTE, 2017). Já outros pesquisadores, abriram seu leque para a cooperação em defesa com os BRICS (GOLDONI; DOMINGOS NETO, 2014; VIEIRA, 2016). Assim, verificam-se poucos trabalhos sobre cooperação em defesa que abordem especificamente a interação entre o Brasil e a América Central. Montenegro (2008), aborda a cooperação sob um enfoque socioeconômico, sem apresentar questões de defesa. Já Dominguez Ávila (2003, 2009, 2011), foca a interação política no período que o continente centro-americano esteve envolvido em conflitos internos (1979-1996).

O cenário mundial prospectado e documentado pelo Ministério da Defesa, para o período 2020 a 2039, no âmbito da cooperação internacional, aponta para um provável aumento da demanda estrangeira, o que, em função das restrições orçamentárias, poderia “exigir cortes nos programas de formação e adestramento, reduzindo a capacidade de emprego operacional das Forças Armadas brasileiras” (BRASIL, 2017a, p.43). A Diretriz de Defesa para a Área Internacional (DIRDAI) estabelece, ainda, como um de seus critérios para planejamento e condução das atividades o “uso racional dos recursos disponíveis, buscando a melhor relação custo-benefício para realização da atividade” (BRASIL, 2017b). Assim, cabe a indagação sobre os resultados do investimento realizado em cooperação, particularmente no domínio da defesa, em um momento de redução de gastos públicos no Brasil.

Nesse movimento, o Exército Brasileiro estabeleceu em seu plano estratégico para o período 2020-2023, o incremento das atividades de cooperação com as Nações Amigas, a fim de ampliar sua projeção no cenário internacional (EB, 2019). Esse impulso, porém, significa ampliar qualitativamente o esforço, e não um aumento quantitativo de militares em missão (EB, 2020b). Logo, conhecer os resultados alcançados com atividades de cooperação em defesa entre o Brasil e os países da América Central contribuirá para fundamentar as decisões futuras sobre o tema.

Dentro do tema “cooperação internacional brasileira: ganhos e dividendos para o Brasil”, estabelecido pela Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME) para

o Curso de Especialização em Ciências Militares em 2020, este trabalho busca analisar a atividade de cooperação internacional do Estado brasileiro, especialmente no campo da defesa, desenvolvida junto aos países da América Central. Dessa forma, foi elaborada a seguinte pergunta de pesquisa: como se desenvolve a cooperação brasileira em defesa com os países da América Central e como ela impacta a percepção dos militares centro-americanos sobre seus congêneres brasileiros?

A fim de delimitar o caminho a ser seguido nesta pesquisa, foram estabelecidas as seguintes perguntas intermediárias que, conforme forem respondidas, conduzirão ao objetivo geral proposto:

a) Como a cooperação internacional do Estado brasileiro se desenvolveu, e como ela se apresenta ao mundo atualmente?

b) Como a cooperação internacional do Estado brasileiro, no âmbito da defesa, é utilizada como instrumento de política externa e de defesa?

c) No âmbito das relações internacionais, como o Brasil interage com os países da América Central?

d) De que maneira o Brasil e os países da América Central cooperam no campo da defesa, e qual resultados foram obtidos?

e) Qual a percepção dos oficiais das Forças Armadas dos países da América Central sobre os militares brasileiros?

Para responder aos questionamentos, e analisar os impactos das atividades de cooperação em defesa desenvolvidos pelo Brasil na percepção que os oficiais dos países da América Central têm sobre os militares brasileiros, selecionou-se a modalidade de pesquisa qualitativa. Tal metodologia foi escolhida por permitir o exame do comportamento de um determinado grupo social (SERAPIONI, 2000) - os oficiais centro-americanos - a partir de suas crenças e perspectivas, um fator predominantemente subjetivo.

Para alcançar esse fim, inicialmente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental, a fim de “recolher informações prévias sobre o campo de interesse” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 174). Assim, ampliou-se o grau de conhecimento sobre cooperação internacional do Estado brasileiro, em especial campo da defesa, bem como das relações entre o Brasil e os países da América Central. Em seguida, realizou-se um trabalho de campo, a fim de se obter diferentes pontos de vista sobre o assunto, buscando diminuir as impressões preconcebidas e obter informações que não estavam acessíveis apenas por meio da pesquisa bibliográfica e documental.

Para levantar a percepção dos oficiais dos países centro-americanos sobre seus congêneres brasileiros, realizaram-se entrevistas, instrumento por excelência da investigação social (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 196), e adequado para obtenção de dados que se relacionam aos valores, às atitudes e às opiniões dos sujeitos estudados (BONI; QUARESMA, 2005),

Para identificar como os oficiais dos países da América Central percebem o trabalho dos oficiais brasileiros, em especial nas atividades de cooperação, empregou-se a técnica de entrevista semiestruturada², que permite produzir uma melhor amostra da população estudada e favorece repostas mais espontâneas, colaborando “muito na investigação dos aspectos afetivos e valorativos dos informantes que determinam significados pessoais de suas atitudes e comportamentos” (BONI; QUARESMA, 2005, p. 75). Além disso, as entrevistas permitem “descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados” (DUARTE, 2004, p. 215).

A amostra do presente estudo é composta por oficiais das Forças Armadas dos países centro-americanas que participaram diretamente de atividades de cooperação em defesa com representantes do Estado brasileiro. Essa delimitação se baseou na premissa de que os militares centro-americanos possuem muita autonomia na formulação das políticas de defesa de seus países, e há poucos civis envolvidos nessa atividade (PACHECO GAITÁN, 2017). Logo, as percepções desse universo sobre os militares brasileiros se tornam importantes, pois podem influenciar suas atitudes e decisões, impactando nas relações entre o Estado brasileiro e os países da América Central, particularmente no âmbito da defesa.

A amostra estudada (quadro 1) se classifica como não-probabilística, e os indivíduos foram escolhidos de maneira a permitir a investigação de representantes de vários países da América Central. Outro fator considerado na seleção dos entrevistados foi a quantidade de interações deles com militares brasileiros (pelo menos três sujeitos diferentes) em atividades de cooperação internacional. Assim, pretende-se alcançar uma percepção mais apurada, fugindo da impressão que pode

² As entrevistas semiestruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal (BONI; QUARESMA, 2005, p. 75).

ter sido gerada por um sujeito específico. Por fim, também se procurou uma amostra transversal em relação ao nível hierárquico dos entrevistados, a partir do posto de major, até oficiais-generais, para mitigar os efeitos das diferenças geracionais e suas formulações de opinião.

Quadro 1 – Relação de entrevistados

Entrevistado	País	Cargo atual	Observações
General-de-Brigada Miguel Angel Rivas Bonilla	El Salvador	Subchefe do EMCFA ³	Trabalhou por mais de oito anos com militares brasileiros. Ocupa o segundo posto na hierarquia das Forças Armadas em seu país.
Major Laura Jeannette Gomez de Calles	El Salvador	Aluna do Curso de Regular de Estado-Maior ⁴	Trabalhou por dois anos juntamente com militares brasileiros. Atualmente, é aluna de instrutores brasileiros em El Salvador.
Coronel Alejandro Valentín Chang Barrios	Guatemala	Adido de Defesa, Aéreo e Naval no Brasil	Representante das Forças Armadas de seu país no Brasil. Foi aluno de militares brasileiros durante sua carreira.
Major Elbi Heriberto Castillo Lorenzo	Guatemala	Aluno do Curso de Comando e Estado-Maior ⁵ no Brasil	Trabalhou por dois anos juntamente com militares brasileiros na Guatemala. Atualmente, realiza curso no Brasil.
Tenente-Coronel Fabrizio Daniel Cárcamo Vega	Honduras	Oficial de operações da Diretoria de Orçamento das Forças Armadas	Trabalhou por mais de dois anos com militares brasileiros em Honduras e El Salvador. Ocupa cargo relevante na distribuição do orçamento de defesa do seu país.
Coronel Jeremías Guillermo Urieta Quintero	Panamá	Adido de Defesa, Aéreo e Naval no Brasil	Representante das Forças de Segurança de seu país no Brasil. Formado pela Academia da Força Aérea Brasileira.

Fonte: o autor

Em decorrência da natureza do problema de pesquisa, que visa mapear a percepção de um universo social específico, os dados obtidos na pesquisa de campo foram interpretados por meio de análises temáticas (DUARTE, 2004). Para isso, as

³ Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

⁴ Realizado na *Escuela de Comando y Estado Mayor* em El Salvador.

⁵ Curso para oficiais de nações amigas oferecido pela ECEME no Brasil.

informações primárias obtidas junto aos entrevistados foram organizadas em eixos temáticos (quadro 2). Ao final da coleta dos dados, eles foram interpretados, de modo a identificar recorrências, concordâncias, contradições e divergências.

Quadro 2 – Análise temática

Eixo Temático	Subeixo Temático
1. Ações desenvolvidas	1.1 Ações realizadas
	1.2 Soluções encontradas
	1.3 Oportunidades de melhoria
2. Percepção sobre os brasileiros	2.1 Características dos brasileiros que facilitam a cooperação.
	2.2 Características dos brasileiros que dificultam a cooperação.
3. Comparação entre a cooperação brasileira e as demais	3.1 Comparação entre a cooperação brasileira e as desenvolvidas por outros países do Sul.
	3.2 Comparação entre a cooperação brasileira e as desenvolvidas por países do Norte.

Fonte: o autor

Durante todo o processo, foi realizado o cruzamento dos dados da pesquisa de campo com as referências teóricas, conceituais e factuais obtidas durante a pesquisa bibliográfica e documental. Tudo com a finalidade de identificar como se desenvolve a cooperação brasileira em defesa junto aos países da América Central, e seu impacto na percepção dos oficiais dos países daquela região sobre os militares brasileiros.

2 A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO BRASIL E NO MUNDO

Nesse capítulo é estudada a evolução da cooperação internacional brasileira, contextualizada com os acontecimentos que moldaram a atividade no mundo, a fim de responder aos seguintes questionamentos: como a cooperação internacional do Estado brasileiro se desenvolveu e como ela se apresenta ao mundo atualmente? Para isso, o capítulo se subdivide em duas seções. A primeira apresenta um breve histórico da cooperação internacional desde o final do século XIX até o surgimento da cooperação Sul-Sul, além de abordar conceitos que delineiam o restante da pesquisa (como: ajuda internacional; assistência oficial para o desenvolvimento; cooperação internacional; países do Norte; e países do Sul). A segunda seção ressalta a contradição existente entre a postura do Brasil como parceiro em projetos de cooperação internacional – que busca dividendos políticos e econômicos - e o discurso oficial dos representantes do Estado brasileiro – que destacam o desinteresse e solidariedade.

2.1 DA AJUDA INTERNACIONAL À COOPERAÇÃO SUL-SUL

Segundo o dicionário brasileiro da língua portuguesa, a palavra cooperação é originária do latim *cooperatio*, e significa a prestação de auxílio para um fim comum, uma colaboração por solidariedade (MICHAELIS, 2020). No âmbito das Relações Internacionais, a cooperação é uma forma de contato e interação entre dois Estados soberanos (DIAS, 2010). Para Kennan (1971, p. 178-179) é difícil definir um formato universal de aplicação de ajuda internacional, devido à enorme quantidade de variáveis e situações distintas existentes, entretanto, estabelece que antes de contribuir, é necessário estar certo de que os resultados dessa ação estão alinhados com a política externa. Milner (1992, p. 467-468) define cooperação internacional como um processo de coordenação deliberada de políticas entre dois atores para melhorar o bem-estar geral, ainda que os objetivos específicos de cada um deles seja diferente. Lancaster (2007, p. 9), afastando-se de Milner, estabelece que a ajuda ou a cooperação internacional é uma ferramenta de política externa, e não uma política em si:

A ajuda externa é definida aqui como uma transferência voluntária de recursos públicos, de um governo para outro, a uma ONG, ou a uma organização internacional (como o Banco Mundial ou Programa de

Desenvolvimento da ONU) com fundo perdido de pelo menos 25 por cento, cujo objetivo é melhorar a condição humana no país que recebe a ajuda.

A ideia de Lancaster (2007) é bem próxima da empregada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que define Assistência Oficial para o Desenvolvimento (AOD) como a ajuda governamental que visa promover o progresso econômico e social dos países em desenvolvimento⁶. No entanto, a ajuda possui característica de condicionalidade, por ser concedida a fundo perdido entre 10% e 45%.

Para Lancaster (2007), no início do século XIX, o fornecimento de recursos públicos para ajudar a população de outros países, inclusive para aliviar o sofrimento humano, era algo pouco usual para grande parcela dos governos estabelecidos. No entanto, para essa autora, já no final daquele século, a prática da assistência pública no alívio de desastres no exterior tornou-se cada vez mais comum, à medida que as informações sobre os acontecimentos além fronteiras chegavam com maior detalhamento e oportunidade. Além disso, os Estados Unidos da América (EUA) e os países europeus experimentavam um grande crescimento econômico, ampliando a possibilidade de empregar recursos para beneficiar seus aliados. Dessa forma, no início da década de 1920, potências coloniais europeias, como França e Reino Unido, passaram a usar fundos públicos para expandir a infraestrutura, os serviços de saúde e a educação em seus territórios além-mar, abandonando sua visão anterior de que as colônias tinham de ser autofinanciadas.

Durante a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos da América (EUA) forneceram aos governos latino-americanos financiamento público e assistência técnica para fins de desenvolvimento. Em 1942, dois órgãos governamentais foram criados pelo governo norte-americano para gerenciar essa assistência: o Instituto de Assuntos Interamericanos, e a Fundação Interamericana de Educação. Essa ajuda tinha como objetivo aliviar o impacto da redução dos mercados, e manter a lealdade dos governos no hemisfério sul (LANCASTER, 2007). Com o fim de conflito, a Europa em ruínas, e o avanço comunista na direção do ocidente, o governo dos EUA sentiu-se compelido a agir, fornecendo assistência econômica para estabilizar o regime na Grécia e Turquia. Em seguida, foi lançado o Plano Marshall, um programa de ajuda de 13 bilhões de dólares em quatro anos, para ajudar na estabilização e recuperação

⁶ Definição do Comitê de Assistência para o Desenvolvimento (OCDE, 2019).

da Europa, reconhecido como uma inspiração para programas de ajuda posteriores (LANCASTER, 2007; VEEN, 2011). Iniciativas semelhantes foram tomadas pelos países europeus no intuito de ajudar suas colônias: o Reino Unido organizou, em 1945, suas iniciativas de ajuda internacional às colônias, aprovando a Lei do Desenvolvimento e Bem-estar Social Colonial; a Bélgica criou um plano decenal para desenvolvimento do Congo; e a Holanda injetou 1,46 bilhão de dólares em suas colônias de 1946 a 1951 (VEEN, 2011).

O bloco comunista, buscando expandir sua ideologia, também passou a fornecer ajuda internacional à Índia e a outros países da Ásia e África. Assim, a ajuda internacional passou a ser empregada como instrumento de política externa no contexto da Guerra Fria, onde os países mais desenvolvidos tentavam manter sua influência sobre os países pobres e com um passado colonial, para promover seu sistema político, econômico e social na Ásia, África e América Latina (ARON, 2002; CASTRO, 2012; LANCASTER, 2007; MILNER, 1992; PECEQUILO, 2012; VEEN, 2011). Essa ajuda era determinada, predominantemente, pelos interesses dos países doadores. Os objetivos principais eram a manutenção do poder, a expansão da esfera de influência, o prestígio político, e o crescimento do comércio. Assim, a ajuda externa foi aplicada como um instrumento de uma disputa pelo poder, por meio da qual as nações doadoras tentavam impressionar as nações receptoras exibindo sua proficiência econômica e tecnológica (MORGENTHAU, 2003, p. 164).

Mas a partir da década de 1960, alguns países começaram a exercer maior resistência às políticas, principalmente econômicas, defendidas pelas grandes potências e pelas organizações multilaterais. A Conferência de Bandung, em 1954, e o Movimento dos Não-Alinhados, surgido em 1961, podem ser consideradas as mais importantes iniciativas nesse sentido, quando países independentes do eixo África-Ásia, primordialmente, buscaram desvincular-se da lógica bipolar predominante no mundo e condenar políticas imperialistas e colonialistas. O anticolonialismo, o não-alinhamento e o anti-imperialismo nos movimentos do período cresceram de importância na agenda dos países mais pobres, fomentando uma crítica à ordem internacional vigente, e funcionando como elemento aglutinador para o ativismo e solidariedade entre eles. (AMANOR, 2013; DUARTE, 2013; MILANI, 2017; MOREIRA JÚNIOR, 2012; RAMANZINI JÚNIOR; MARIANO; ALMEIDA, 2015; VIEIRA, 2016).

Em 1980, o relatório da Comissão Brandt sobre questões de desenvolvimento internacional, financiado pelo Banco Mundial, generalizou os países

em desenvolvimento como aqueles que ocupam o hemisfério Sul, e os países desenvolvidos como aqueles que ocupam o hemisfério Norte. Tal divisão foi baseada na distinção entre a população humana relativamente grande que vive em relativa pobreza no Sul, em comparação com a população menor e mais rica do Norte. Foi considerado, também, que o Norte controla as regras e instituições internacionais do sistema econômico (STWR, 2006). A noção de Sul, no entanto, não se restringe à posição geográfica, senão aos desafios políticos, econômicos e sociais similares, e ao passado histórico colonial semelhante (RAMANZINI JÚNIOR; MARIANO; ALMEIDA, 2015). A partir de então, a divisão Norte-Sul passou a ser empregada em substituição à antiga divisão do mundo em países de 1º, 2º e 3º mundo.

Com o fim da Guerra Fria, alguns países do Sul elevaram sua autonomia política, expandiram sua economia, e atingiram o patamar de líderes regionais, o que os levou a buscar por maior inserção internacional (PECEQUILO, 2012). Esses países passaram a promover uma mudança no eixo de cooperação internacional, antes majoritariamente Norte-Sul, para uma colaboração horizontal Sul-Sul. Os interesses semelhantes uniram os países do Sul, para cooperar de forma solidária, ainda que possuíssem origem, cultura e tradições distintas (DUARTE, 2019; MAWDSLEY, 2012; MOREIRA JÚNIOR, 2012; RAMANZINI JÚNIOR; MARIANO; ALMEIDA, 2015; SILVA, A. 2016). Esse longo processo histórico baseado principalmente no desenrolar de políticas econômicas, culminou no que hoje denomina-se como cooperação Sul-Sul (AMANOR, 2013).

Neste ponto, cabe-se diferenciar “ajuda” ou “assistência” de “cooperação”. Os conceitos de ajuda e assistência internacional foram bem definidos por Kennan (1971) e pela OCDE, e já explorados anteriormente. São definições utilizadas largamente pelos países desenvolvidos do Norte. Porém, Mawdsley (2012) sustenta que países em desenvolvimento costumam utilizar a palavra “cooperação” ao invés de “ajuda” ou “assistência”. Ratificando esse viés, em 2009, a Assembleia Geral das Nações Unidas definiu a cooperação Sul-Sul como um esforço comum dos povos e países do Sul, nascido de experiências e afinidades compartilhadas, diferenciando-a de assistência para o desenvolvimento⁷. Logo, pode-se verificar que a solidariedade, a horizontalidade e a não-condicionalidade, são os princípios que norteiam a cooperação Sul-Sul, reforçando a narrativa dos países do Sul, construída em volta de

⁷ Definição estabelecida na Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul realizada em Nairóbi, Quênia, em 2009 (ONU, 2009).

conceitos de oposição ao sistema definido pelos países do Norte, considerado assimétrico, hierárquico e injusto. Assim, os países em desenvolvimento buscam, baseados em ideias de direitos humanos e justiça social, serem reconhecidos como atores globais relevantes (DUARTE, 2019).

De toda a literatura analisada, pode-se inferir que a cooperação internacional é um tema amplo e com conceitos variados. A ajuda internacional ou AOD, realizada majoritariamente no eixo Norte-Sul, é organizada principalmente pela OCDE, que contabiliza, desde 1960, as atividades de AOD dos países membros. No entanto, a ajuda externa na direção Norte-Sul deixou de ser a única via de cooperação internacional. A emergência dos países do Sul permitiu o avanço da cooperação Sul-Sul como instrumento de aproximação entre eles, facilitando o melhor posicionamento destes no sistema internacional. Entretanto, esta modalidade de cooperação carece de maior regramento, o que gera debates sobre as normas e procedimentos a serem adotados pelos países.

2.2 A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL BRASILEIRA

Em 1950, o governo brasileiro criou a Comissão Nacional da Assistência Técnica para potencializar os resultados das experiências de ajuda externa recebida pelo Brasil, como a assistência norte-americana que resultou na construção da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda-RJ. Esse órgão tinha como uma de suas responsabilidades, estudar as possibilidades de contribuição brasileira para prestação de assistência técnica. Esta foi a primeira iniciativa do governo brasileiro no oferecimento de cooperação internacional, como parte de um planejamento de desenvolvimento onde a política externa era considerada instrumento de grande relevância (MILANI, 2017).

Os processos de descolonização da África e Ásia trouxeram ao sistema internacional novos atores, os quais compartilhavam com o Brasil uma agenda multilateral de desenvolvimento e modernização. Nesse cenário, ganhou corpo no seio da Política Externa Independente dos governos de Jânio Quadros e João Goulart a ideia de que a diversificação das relações brasileiras no eixo Sul-Sul potencializaria o prestígio do Brasil no cenário internacional. Essa situação influenciou o Brasil a marcar sua posição de apoio aos países do Sul, firmando a Declaração Conjunta dos Setenta e Sete Países e aproximando-se do Movimento dos Não-Alinhados. Ainda

que a dependência face à assistência externa do Norte continuasse, buscou-se ampliar a multilateralidade das relações brasileiras (PECEQUILO, 2012; RAMANZINI JÚNIOR; MARIANO; ALMEIDA, 2015; VISENTINI, 2015).

Já na década de 1970, sob a política externa do governo Geisel, intitulada como Pragmatismo Ecumênico e Responsável, o Brasil buscou aproximar-se dos países africanos, reconhecendo a independência das ex-colônias portuguesas no continente; do Oriente Médio, reconhecendo a Organização para Libertação da Palestina como representante do povo palestino; e da China, estabelecendo relações com a República Popular da China. A intenção dessa aproximação era dar mais credibilidade e efetividade às relações brasileiras com os movimentos do Sul (RAMANZINI JÚNIOR; MARIANO; ALMEIDA, 2015). Reforçando esse acercamento, o Brasil passou a prestar, ainda que modestamente, cooperação internacional, não apenas como forma de modernizar suas instituições e infraestrutura, mas como ferramenta de política externa. Foram implementados, a partir de 1971, programas de cooperação técnica com o Paraguai, Colômbia, Trinidad e Tobago e Guiana. Nesse esforço inicial, foram mobilizadas como instrumentos de cooperação agências como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a Fundação Oswaldo Cruz, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação. O objetivo era aumentar o prestígio brasileiro, melhorar a articulação conjunta dos países do Sul nos foros internacionais, estimular as exportações e abrir mercados (MILANI, 2017).

A crise da dívida externa latino-americana, na década de 1980, atingiu fortemente a economia brasileira, diminuindo, consideravelmente, o poder de barganha do Brasil no contexto internacional. Esse quadro dificultou a operacionalização da cooperação Sul-Sul, mas, por outro lado, a converteu em uma ferramenta para resistir às dificuldades da conjuntura econômica interna e externa. Nesse escopo, o governo criou a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), integrante do Ministério de Relações Exteriores, para planejar, coordenar e executar projetos de cooperação humanitária e técnica em todas as áreas do conhecimento. Naquela década, foram assinados acordos de cooperação em ciência e tecnologia com a China, que incluíam a construção conjunta de satélites, pesquisa em energia hidrelétrica, transportes e bioquímica (RAMANZINI JÚNIOR; MARIANO; ALMEIDA, 2015). No âmbito da América do Sul, o Brasil assinou diversos acordos de cooperação

científica e tecnológica com a Argentina, Colômbia e Chile (AEB, 2018). Dessa forma, a cooperação internacional brasileira, apesar de diminuir drasticamente seu ritmo, em função da crise da dívida externa e do descontrole macroeconômico, continuou a ser realizada como forma de tentar estabelecer melhores condições de inserção internacional até o fim do mandato do Presidente Itamar Franco.

A partir de 1995, com o sucesso do Plano Real e retomada do crescimento econômico, o Brasil passou a sofrer pressão internacional para que assumisse maior protagonismo no âmbito da cooperação, quando o Comitê de Alto Nível das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul o definiu como um “país-pivô” para o desenvolvimento (MILANI, 2017). Essa demanda ocorreu de forma simultânea à atuação diplomática brasileira por uma melhor posição como líder regional na América Latina, e pela tentativa de expansão em direção ao continente africano. Esse esforço se materializou, por exemplo, na participação brasileira, a partir de 1996, na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a qual tem como um de seus objetivos aprofundar a “cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social” (CPLP, 2020). Mas é a partir de 2003, que as ações de cooperação brasileira se tornam mais amplas, proativas e práticas, tornando-se fundamentais nas relações bilaterais com os países do Sul (DESIDERÁ NETO, 2015; RAMANZINI JÚNIOR; MARIANO; ALMEIDA, 2015).

O cenário do início do século XXI favoreceu a impulsão da cooperação internacional brasileira, prioritariamente no eixo Sul-Sul, a partir do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, devido a fatores como: as altas taxas de crescimento da economia e de atração de investimentos; a estabilidade política e institucional; a liderança na América do Sul, refletida no envolvimento com a resolução pacífica de conflitos; a aposta no multilateralismo e compromisso para reduzir as diferenças regionais e internacionais nos diversos campos do poder; e o êxito nos programas de combate à pobreza como o Fome Zero e Bolsa Família (AYLLÓN PINO, 2010).

O Itamaraty priorizou as interações com Estados do Sul, em todos os continentes, buscando novos parceiros. A coordenação entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS), e o fórum Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), são duas iniciativas surgidas no período, e encampadas pelo governo brasileiro, que contribuíram na busca por diversificação das atividades de cooperação. Essa

estratégia visava projetar o país como protagonista no sistema internacional, objetivo almejado pelo Brasil desde o início do século XX, além de contribuir na solução de problemas comuns dos países do Sul. O eixo horizontal de parcerias Sul-Sul, ligadas à tradição global multilateral, foram a prioridade da agenda de Lula da Silva na recuperação da identidade nacional como um país do Sul e na promoção do desenvolvimento como fator de estabilidade e equilíbrio global (CARVALHO, 2018; DESIDERÁ NETO, 2015; DESIDERÁ NETO; TESSIE, 2018; INOUE; VAZ, 2012; MENEZES; KLEMIG, 2016; PECEQUILO, 2012; VIEIRA, 2016; VISENTINI, 2015).

A política externa “ativa e ativa” encabeçada pelo Chanceler Celso Amorim enfatizou a cooperação com os países africanos e com a América Latina. Mais de 60% das iniciativas de cooperação com tais países foram realizados nas áreas de saúde, capacitação profissional, agropecuária e apoio ao governo (DESIDERÁ NETO, 2015). Na área de saúde, houve exportação de políticas públicas do Ministério da Saúde no combate a doenças tropicais, instalação de bancos de leite humano e treinamento para combate ao HIV/AIDS; na capacitação profissional, o SENAI estabeleceu parcerias em centros binacionais de formação profissional; na agropecuária, a EMPRAPA desenvolveu assistência técnica nas áreas do agronegócio e de biocombustíveis; e no apoio ao governo local, foram realizadas atividades diversas, como o fortalecimento da gestão do patrimônio cultural em Angola (DESIDERÁ NETO, 2015). Desde então, as prioridades da agenda Sul-Sul foram preservadas, ainda que as características da conjuntura externa e interna, principalmente a continuidade da crise econômica internacional, tenha diminuído o impulso das atividades de cooperação do Brasil (PECEQUILO, 2012).

É importante salientar que a burocracia governamental para a cooperação internacional, além de incipiente, sempre esteve voltada para o recebimento de ajuda, resultado do histórico brasileiro como receptor de AOD, o que dificulta o esforço coordenado do Estado para a oferta de cooperação. Os órgãos federais são livres para atuar internacionalmente, e a ABC é pouco eficiente na coordenação da atividade (MILANI; DUARTE, 2015). Além disso, não se conta com recursos humanos especializados no tema, e não há previsão orçamentária para garantir a continuidade da atividade (AYLLÓN PINO, 2010). Para Duarte (2019), essa ineficiência decorre de três principais fatores: a ABC possui pouca presença internacional e experiência na promoção da cooperação; a vinculação da agência ao Itamaraty, e sua falta de prestígio dentro da instituição enfraquecem a capacidade de promover programas

substanciais; e a inexistência de um arcabouço legal robusto cria dificuldades para os atores brasileiros quando eles decidem cooperar com outros países.

Apesar disso, a Política Externa Brasileira apresenta ao mundo sua cooperação como uma prática inovadora e eficaz, baseada na solidariedade inata do povo brasileiro, que lhe confere uma capacidade persuasiva, negociadora e de irradiação de valores que lhe proporciona vantagem em comparação com a ajuda dos países desenvolvidos. Para isso, as autoridades brasileiras fundamentam seu discurso em argumentos históricos, sociais e culturais, para criar laços com os países parceiros, como o passado colonial comum, e a trajetória como recipiente de ajuda externa dos países do Norte (AMORIM, 2016; AYLLÓN PINO, 2010; DUARTE, 2013; INOUE; VAZ, 2012; MILANI; DUARTE, 2015). Esse artifício pode ser constatado na fala de Fernando Henrique Cardoso, Lula da Silva e Dilma Rousseff em eventos oficiais:

As conversas que mantivemos na manhã de hoje demonstraram que temos muito a ganhar reciprocamente com o estreitamento de nossos vínculos. Tudo o que temos em comum é garantia de que as iniciativas políticas de cooperação encontram solo fértil para prosperar⁸.

Eu digo sempre que nós não temos como pagar, nós não temos como mensurar em dinheiro a dívida histórica que o Brasil tem com o continente africano. Não tem, não existe... porque nós somos devedores do nosso jeito de ser, nós somos devedores da nossa cultura, nós somos devedores da nossa arte, nós somos devedores da nossa cor, da miscigenação do povo brasileiro⁹.

Nossa história, nossos povos, nossa cultura se entrelaçam e carregam marcas de um passado colonial doloroso, que temos obrigação de superar, estreitando ossos vínculos, ampliando a nossa amizade, construindo uma cooperação fraterna, e permitindo que as nossas sociedades busquem um desenvolvimento econômico socialmente inclusivo¹⁰.

O Estado brasileiro se aproveita, também, da flexibilidade das regras sobre cooperação internacional para apresentar um novo modelo, mais positivo e eficaz para a promoção do desenvolvimento. Para isso, busca criar uma estrutura normativa distinta, evitando utilizar termos e definições associados aos países da OCDE, afastando-se do paternalismo, do uso de condicionalidades e da interferência política

⁸ Trecho do discurso do Presidente Fernando Henrique Cardoso por ocasião do Encontro Presidencial entre Brasil, América Central e República Dominicana, em 5 de abril de 2000 (BRASIL, 2000, p. 243).

⁹ Trecho do discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante sessão de abertura da Cúpula Brasil-Comunidade Econômica dos Estados da África, em 3 de julho de 2010 (BRASIL, 2010c, p. 5).

¹⁰ Brinde da Presidente Dilma Rousseff durante almoço oferecido pelo Presidente da República Federal da Nigéria, em 23 de fevereiro de 2013 (BRASIL, 2013, p. 1).

associada aos doadores tradicionais, fortalecendo seus laços políticos, econômicos e sociais com os países do Sul (AYLLÓN PINO, 2010; INOUE; VAZ, 2007; MENEZES; KLEMIG, 2016; MILANI; DUARTE, 2015). Essa estratégia pode ser observada na definição de cooperação internacional para o desenvolvimento estabelecida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA):

A totalidade de recursos investidos pelo governo federal brasileiro, **totalmente a fundo perdido**, no governo de outros países, em nacionais de outros países em território brasileiro, ou em organizações internacionais com o propósito de contribuir para o desenvolvimento internacional, entendido como o fortalecimento das capacidades de organizações internacionais e de grupos ou populações de outros países para a melhoria de suas condições socioeconômicas (IPEA; ABC, 2010, p.11, grifo nosso).

Ainda segundo o IPEA (2010, p.32), a cooperação brasileira se baseia no respeito à soberania, à não intervenção em assuntos internos e na ausência de condicionalidades:

Essa cooperação é inspirada no conceito de *diplomacia solidária*, na qual o Brasil coloca à disposição de outros países em desenvolvimento as experiências e conhecimentos de instituições especializadas nacionais, com o objetivo de colaborar na promoção do progresso econômico e social de outros povos. Ao prover cooperação técnica, o Brasil tem particular cuidado em atuar com base nos princípios do respeito à soberania e da não intervenção em assuntos internos de outras nações. Sem fins lucrativos e desvinculada de interesses comerciais, a cooperação técnica horizontal do Brasil pretende compartilhar nossos êxitos e melhores práticas nas áreas demandadas pelos países parceiros, sem imposições ou condicionalidades políticas.

O Brasil, então, apresenta-se ao mundo como um parceiro solidário, preocupado com o desenvolvimento mundial, e que não demanda condição para cooperar, respeitando a soberania das outras nações. Essas características divergem frontalmente do modelo de AOD dos países do Norte, e despertam interesse de outros países em conhecer as experiências domésticas nacionais (DUARTE, 2013; MILANI; DUARTE, 2015). Esse *modus operandi* cooperativo rende ao Brasil prestígio político, desenvolvendo confiança mútua no eixo Sul-Sul e apoio às teses brasileiras nos organismos internacionais (AMORIM, 2016, p.316); retorno econômico, demonstrado em estudos que apontam uma correlação entre o aumento da cooperação para o desenvolvimento e o crescimento das exportações brasileiras em alguns países africanos (DESIDERÁ NETO, 2015; INOUE; VAZ, 2007, 2012); e satisfação em contribuir, altruisticamente, para a promoção do desenvolvimento no mundo.

Assim, observam-se contradições no discurso brasileiro, que apresenta sua cooperação como desinteressada, mas que na prática persegue a obtenção de

resultados políticos e econômicos. Tal fato pode ser demonstrado no fato da ABC criar a oferta de projetos de cooperação para os parceiros interessados, contrariando o discurso oficial que o Brasil apenas reage a demandas (DUARTE, 2013; MILANI; DUARTE, 2015). Apolinario Junior (2016) aponta, ainda, que os países que apoiam o Brasil em fóruns internacionais, tais como o Fundo Monetário Internacional, e o Banco Mundial, recebem maior fatia da ajuda brasileira, corroborando a utilização da cooperação como ferramenta para obtenção de dividendos políticos. Assim, conforme Ayllón Pino (2010), o estreitamento de laços do Brasil com os demais países do Sul está ligado à consecução de objetivos estratégicos que visam uma maior inserção internacional do país, tais como: a busca de apoio para as demandas brasileiras nas Nações Unidas; a expansão comercial no mercado internacional; os esforços para disseminar a tecnologia nacional, como os biocombustíveis; e a venda de insumos e equipamentos produzidos por empresas brasileiras.

Entretanto, ainda que consiga resultados favoráveis nos campos político e econômico, o modelo brasileiro de cooperação internacional apresenta-se mais agradável aos demais países do Sul, que são “parceiros” em busca de soluções comuns, e não apenas “receptores” de auxílio, o que refletiria sua incapacidade de superar desafios e grande assimetria de poder. Ela se caracteriza por ser mais inclusiva e participativa que a cooperação chinesa ou indiana, por exemplo, e pode se tornar um modelo para outros países do Sul, por estar menos vinculada a interesses materiais declarados, e fomentar o alinhamento com as prioridades dos países parceiros (AYLLÓN PINO, 2010). A confiança estabelecida também reside na experiência do país como receptor de AOD. Assim, por meio da cooperação, o Brasil busca, legitimamente, auferir prestígio político para alcançar uma posição relevante na cena internacional, ainda que não exista, atualmente, suficiente poder econômico e militar para tal.

3 A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL NO CAMPO DA DEFESA

O presente capítulo pretende responder à seguinte questão: como a cooperação internacional do Estado brasileiro, no âmbito da defesa, é utilizada como instrumento de política externa e de defesa? Para isso, o capítulo se subdivide em duas seções. A primeira seção busca apresentar, empiricamente, a variedade de ações de cooperação em defesa desenvolvidos pelo Estado brasileiro, especialmente com parceiros em seu entorno estratégico. Em seguida, a segunda seção apresenta a cooperação em defesa como ferramenta de uma política de prestígio¹¹ para o Estado brasileiro, na luta pela conquista das mentes dos homens, ou seja, suas preferências e suas simpatias, sem se apoiar somente no poderio econômico e militar. Com as respostas a esses questionamentos, será mais fácil compreender como se desenvolve a cooperação brasileira em defesa com os países da América Central.

3.1 A POLÍTICA DE DEFESA E SUA INTEGRAÇÃO COM A POLÍTICA EXTERNA

Inicialmente, cabe salientar, que dentre os diversos estudos já realizados sobre o emprego das Forças Armadas em atividades de cooperação internacional, percebe-se a aplicação de diversos termos similares, que podem causar confusão no leitor: cooperação em segurança, cooperação em defesa e cooperação militar. Para Muthanna (2011) as atividades de cooperação em defesa são abrangentes, materializando-se em exercícios combinados, fornecimento, desenvolvimento, produção e comercialização de equipamentos de defesa e outras formas de cooperação. Assim, englobam atividades que não são competência única das Forças Armadas. Na mesma direção, Machado (2016, p. 84) entende que “a cooperação em defesa consiste na coordenação e no ajuste recíproco das políticas de dois ou mais Estados com relação à ameaça, ao uso e ao controle da força nas relações interestatais”. Este entendimento é compartilhado por Teixeira (2019), que utiliza o termo cooperação em defesa para atividades no nível político, que podem compreender meios militares, industriais, tecnológicos e diplomáticos.

Carvalho (2018) vai além, e apresenta uma diferença entre “cooperação de defesa” e “cooperação militar”. Para o autor, cooperação de defesa abrigaria ações

¹¹ Termo cunhado por Hans Morgenthau e detalhado em “A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz” (MORGENTHAU, 2003).

políticas de dois ou mais Estados, em um sentido mais amplo, visando aumentar a capacidade de defesa regional. Nesse escopo, estariam os exercícios combinados, o desenvolvimento de tecnologia, a realização de reuniões de alto nível e o intercâmbio de inteligência. Enquanto a cooperação militar abrangeria somente iniciativas isoladas, no nível das forças singulares, como a realização de cursos e estágios, o intercâmbio escolar, e a realização de visitas a instalações militares.

Em um entendimento distinto, Goldoni e Domingos Neto (2014, p. 364) consideram que a cooperação militar abrange ações no nível político, como a permissão de instalações de bases militares, e envolveriam atores civis, como empresas de tecnologia e agências de inteligência, a fim de desenvolver projetos e compartilhar informações estratégicas:

[...] um conjunto complexo e variado de iniciativas: compra, venda, aluguel ou doação de material militar, “ajudas” na formação ou capacitação de aparelhos militares, compartilhamento de tecnologias ou parcerias para desenvolvimento de projetos estratégicos, acordos ou alianças de defesa conjunta, compartilhamento de informações estratégicas, permissão de instalação de bases militares, etc. A cooperação militar pode ainda ganhar conotações disfarçadas em eufemismos como “ajuda humanitária”.

Já Moraes (2010, p. 29-32) não enxerga qualquer diferença entre as atividades de cooperação em defesa e cooperação militar:

A cooperação em defesa ou cooperação militar compreende as atividades interestatais de auxílio mútuo ou unilateral no campo bélico, podendo ser um instrumento tanto para o aumento do poder militar dos Estados como para sua diplomacia.

No âmbito das alianças militares, ou mesmo fora delas, os Estados podem cooperar militarmente, em tempos de paz, de diversas formas, com objetivos tanto técnicos como diplomáticos.

Para uma melhor compreensão deste trabalho, e realizando um paralelo entre a terminologia e os níveis decisórios dos Estados, este ensaio considera como “cooperação em defesa” as atividades decididas no nível político, geralmente lideradas pelo Ministério da Defesa, mas que podem envolver outros ministérios, e que visam aumentar a capacidade de defesa nacional e/ou regional, empregando meios civis e/ou militares. Já a “cooperação militar” engloba as ações isoladas, que envolvem exclusivamente meios militares, com o objetivo de melhorar recursos humanos e trocar experiências. Normalmente, seguem as diretrizes da Política de Defesa do Estado, mas são decididas e coordenadas no nível das forças singulares.

Estando determinado o significado de cooperação em defesa, passamos a analisar a importância das Forças Armadas para a execução de atividades de cooperação, já apontada, no século passado, pelo Barão do Rio Branco, patrono da diplomacia brasileira. As capacidades militares fortes garantem aos Estados a dissuasão, permitindo que se trabalhe pela prosperidade dos países vizinhos, tudo para se alcançar melhores condições de bem-estar regional. Seguindo essa tradição diplomática, o Brasil executa sua política de defesa para cooperar regionalmente e dissuadir ameaças extrarregionais (AMORIM, 2016). Corroborando a instrumentalização da cooperação brasileira para o atingimento dos objetivos políticos do Estado, Celso Amorim, quando Ministro da Defesa, afirmou em 2014 que:

A cooperação em defesa no entorno estratégico é crucial para o Brasil. A cooperação é, nesse âmbito, a melhor dissuasão. Investir nessa cooperação não é um ato de generosidade. É a maneira mais eficaz (e, provavelmente, a menos onerosa) de proteger nossos interesses e a nossa integridade (AMORIM, 2016, p. 312).

A constituição federal estabelece que o Brasil, em suas relações internacionais, deve pautar-se, entre outros princípios, pela defesa da paz, solução pacífica dos conflitos, e cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, buscando a integração dos povos da América Latina. Nesse caminho, a Diretriz de Defesa para a Área Internacional (DIRDAI), expedida pelo Ministério da Defesa, considera as políticas de defesa e externa complementares e indissociáveis, devendo ser conduzidas de forma harmônica e conjunta, a fim de alcançar a estabilidade regional e a construção de um ambiente internacional mais cooperativo (BRASIL, 2017b). Assim, para que a cooperação alcance os interesses do Estado, isto é, defender-se face a ameaças externas e ampliar sua capacidade de influência internacional, é necessária uma convergência de objetivos e ações entre a Política de Defesa e a Política Externa (ALSINA JUNIOR, 2009; LIMA *et al*, 2017).

Para o Ministério da Defesa, a cooperação oferecida pelo Brasil é facilitada pela vocação para “estabelecer relações internacionais baseadas no diálogo franco e aberto e voltadas para a coexistência pacífica entre as nações”, e as atividades internacionais são um “eficiente instrumento para auxiliar na inserção afirmativa e cooperativa do país no plano global, fortalecer a confiança entre o Brasil e seus parceiros e indicar oportunidades para o País em suas relações com outros atores” (BRASIL, 2017b). O Exército Brasileiro busca ações de cooperação na América

Central¹², Caribe, México, América do Sul e África (quadro 4), e a Marinha do Brasil, sem desconsiderar a esfera global, assume como prioritárias as ações na América do Sul, África Ocidental e Antártica (MB, 2017b).

Quadro 3 – Atividades do Exército Brasileiro na área internacional

Região	Atividades
EUA, Canadá, Europa e Rússia	Capacitação e integração
América Central, Caribe e México	Cooperação
América do Sul	Cooperação e integração
África	Cooperação
Oriente Médio e sudoeste asiático	Novas oportunidades ¹³
Leste asiático e Oceania	Novas oportunidades ¹⁴

Fonte: baseado na Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional (EB, 2020b).

No cenário de expansão de atividades de cooperação Sul-Sul do Governo Lula da Silva, os projetos no setor de defesa ganharam importância nas diretrizes da política externa brasileira, e refletiram uma maior cooperação com o Sul, além da priorização de cooperação com países que possuíssem menores capacidades militares do que o Brasil, principalmente na África e América Latina (OLIVEIRA, *et al*, 2015; RAMANZINI JÚNIOR; MARIANO; ALMEIDA, 2015). Nesse ínterim, destacam-se: o projeto de desenvolvimento do míssil de curto alcance A-Darter¹⁵, com a África do Sul; o projeto de desenvolvimento da aeronave multimissão KC-390¹⁶, que inclui Argentina e República Tcheca; a Missão Técnica Aeronáutica Brasileira, na Bolívia e

¹² O esforço nesta região fortalecerá os laços hemisféricos já existentes. Coerente com os interesses nacionais, os países da América Central e do Caribe serão foco de cooperação na área militar, particularmente aqueles com os quais as relações são mais tradicionais (EB, 2020b).

¹³ Nessa área geográfica, há promissoras oportunidades para o intercâmbio científico-tecnológico que poderão ser inseridas nas parcerias estratégicas (EB, 2020b).

¹⁴ A região insere-se, também, no contexto das novas oportunidades. O esforço está focado na prospecção científico-tecnológica e na prospecção doutrinária (EB, 2020b).

¹⁵ Com o desenvolvimento desse sistema de armas, a Força Aérea Brasileira aumentará suas capacidades operacionais, ampliando o seu poder dissuasório e de combate (FAB, 2020).

¹⁶ Desenvolvida pela EMBRAER, é uma aeronave de transporte multimissão de última geração (EMBRAER, 2020).

Paraguai¹⁷; a missão de cooperação do Exército Brasileiro no Paraguai¹⁸; e a participação da Marinha do Brasil na criação de forças navais em países africanos¹⁹.

A fim de possibilitar a expansão das atividades de cooperação em defesa no eixo Sul-Sul, a ABC, desde 2010, vem apoiando o Ministério da Defesa na execução de diversas ações. Em 2013, a agência financiou, para a América Latina e África²⁰, diversos cursos de capacitação de curto e longo prazo, oferecidos pelas forças singulares brasileiras, bem como a realização do I Seminário de Segurança e Vigilância do Tráfego Marítimo e Busca e Salvamento no âmbito da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul e do II Curso Avançado de Defesa Sul-Americano (ABC, 2020).

Assim, o Estado brasileiro emprega a cooperação no âmbito da defesa como instrumento da política externa, em especial no seu entorno estratégico, colaborando para a consecução dos objetivos nacionais previstos na Constituição Federal e refletidos nas políticas externa e de defesa nacional. Desse modo, o Brasil busca alcançar o bem-estar em seu entorno regional, aumentar sua influência internacional e potencializar suas capacidades militares dissuasórias.

3.2 A COOPERAÇÃO EM DEFESA E A POLÍTICA DE PRESTÍGIO

No sistema internacional anárquico, os Estados Nacionais buscam manter seu poder, aumentar seu poder ou demonstrar poder para sobreviverem às ameaças a sua existência. Hans Morgenthau (2003) afirma que a luta pelo poder já não está centrada, unicamente, na pujança militar ou na dominação política, e pode ser estabelecida como uma disputa pela mente dos homens. O poder de um Estado inclui, também, o grau de afinidade que sua cultura, seus valores, suas instituições e suas

¹⁷ A Missão Técnica Aeronáutica Brasileira tem a finalidade de prover as gestões administrativas, técnicas e operacionais necessárias à integração dos serviços de navegação aérea dos países sul-americanos (FAB, 2020).

¹⁸ A Cooperação Militar Brasileira no Paraguai iniciou suas atividades em 15 de janeiro de 1997. Atualmente, realiza atividades de cooperação com fins científicos, culturais, tecnológicos e de aperfeiçoamento profissional (CMBP, 2018).

¹⁹ A participação do Brasil na criação da Marinha da Namíbia levou Cabo Verde e São Tomé e Príncipe a repetirem a experiência daquele país, em relação ao processo de evolução de suas Guardas-Costeiras (MB, 2017).

²⁰ Participaram dos cursos representantes da Argentina, Bolívia, El Salvador, Equador, Guatemala, Guiana, Nicarágua, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai, Moçambique, Angola, Nigéria, Cabo Verde, Senegal e São Tomé e Príncipe (ABC, 2020).

normas políticas consigam angariar em outras nações. Na busca pela existência e pelo poder, o que os outros pensam sobre nós se torna tão importante quanto o que somos na realidade. Assim, Morgenthau (2003, p. 148) defende que os Estados desenvolvam uma política de prestígio para “convencer outras nações do poder que seu país realmente possui – ou que ele acredita (ou deseja) que as demais nações suponham que ele detém”. A exibição de qualidades militares e a prática diplomática são os dois instrumentos específicos que servem a esse fim.

Para Castro (2012, p. 317), além de possuir uma população densa, território vasto, parque industrial desenvolvido e forças armadas equipadas, treinadas e em condições de pronto-emprego, na visão realista neoclássica – onde o autor enquadra o pensamento de Morgenthau – um Estado com objetivo de influenciar outros atores depende de elementos intangíveis, como:

a vontade nacional, a habilidade diplomática, o suporte popular ao governo (legitimidade). Quando um Estado cria eventos, elabora regras de comportamento no âmbito internacional, muda o interesse nacional de outros países e influencia seus valores, pode-se dizer que esse país exerce habilmente seu poder.

O respeito como são tratados os representantes simbólicos de seus países reflete, na verdade, o apreço devido ao próprio país, e cortesia que eles demonstram é recebida e compreendida como a pura manifestação de seus países (MORGENTHAU, 2003, p. 151). Nas atividades de cooperação internacional, o pessoal empregado junto às nações parceiras é representante oficial dos seus países, e exercem funções que guardam alguma relação com a diplomacia. Nesse sentido, Landim (2014, p. 39) utiliza o termo diplomacia de defesa para tratar do “uso cooperativo das Forças Armadas e suas estruturas relacionadas (primariamente ministérios de defesa) em tempos de paz como uma ferramenta de política externa”. Medeiros Filho (2010, p. 117), por sua vez, determina como diplomacia militar “o conjunto de ações conduzidas por agentes militares, tendo como interlocutor geralmente agentes militares de outro país”. O Exército Brasileiro, por outro lado, condensa as duas definições anteriores, considerando a diplomacia militar como:

(...) o rol de atividades desenvolvidas pelos militares em prol da Política Externa do País, visa a promover intercâmbios e cooperações, construindo relações de confiança mútua, com a finalidade de colaborar com a capacitação do pessoal, a segurança, o desenvolvimento, a estabilidade regional e a paz mundial (EB, 2020b, p. 20).

A definição de conceitos de diplomacia de defesa ou militar não é alvo desse estudo, mas pode-se concluir que a cooperação em defesa, ou militar, utiliza

ferramentas da prática diplomática para aumentar o prestígio do Estado e de suas instituições. A exibição de qualidades militares, como determinado anteriormente, também é instrumento da política de prestígio. Algumas ações comuns à cooperação em defesa, como demonstrações militares, visitas a instalações militares, viagens de belonaves e exercícios combinados, podem ser vistas como práticas de uma política de prestígio e visam, também, expressar às outras nações o poder militar de determinado país, como forma de dissuasão. As visitas recíprocas das esquadras francesa e russa, entre 1891 e 1893, acabaram em uma aliança política e militar entre as duas nações, e as visitas dos navios de guerra dos Estados Unidos aos portos latino-americanos garantem a projeção de seu poder naval supremo no hemisfério ocidental (MORGENTHAU, 2003, p. 159). A Marinha do Brasil utiliza essa ferramenta, e considera o poder naval um instrumento eficaz da política externa dos Estados que, quando convenientemente empregado, é capaz de influenciar a opinião pública dos atores envolvidos (MB, 2017). O profissionalismo, o conhecimento da arte da guerra, e o comprometimento com a missão, também refletem virtudes desejáveis aos membros das forças militares. Assim, quando expressas em atividades de cooperação em defesa, tais qualidades refletem poder militar e respeito pela nação parceira.

Durante a Guerra Fria, Estados Unidos e União Soviética utilizaram a cooperação internacional, inclusive no âmbito da defesa, para divulgar seus progressos tecnológicos e princípios ideológicos, a fim de impressionar seus aliados e comprometê-los com sua posição política (MORGENTHAU, 2003, p. 164). A retórica brasileira de cooperação solidária, inovadora, e desinteressada, por outro lado, visa distanciar-se das tradicionais potências doadoras, ainda que, na prática, possa estar buscando auferir prestígio para impulsionar seus objetivos nacionais.

No campo da defesa, a cooperação e o prestígio podem contribuir para a manutenção da estabilidade, da paz, e da segurança regionais, que são objetivos nacionais de defesa do Estado brasileiro (BRASIL, 2016b). As instabilidades no entorno estratégico brasileiro podem impactar fortemente o Brasil, como ocorreu com as recentes crises no Haiti²¹ e na Venezuela²². Desse modo, a política de defesa

²¹ A crise no Haiti teve como repercussão a imigração de aproximadamente 85 mil haitianos para o território brasileiro entre 2010 e 2015, repercutindo negativamente nos índices de desemprego e acesso a moradia digna (BAENINGER; PERES, 2017; FGV, 2017a).

²² Os distúrbios civis na Venezuela resultaram em mais de 80 mil imigrantes venezuelanos de 2016 a 2018, causando o colapso do sistema de saúde do estado de Roraima e o desdobramento da Operação Acolhida (CERÁVOLO, 2019).

brasileira, que alia cooperação no entorno regional (América do Sul e África Ocidental, irradiando-se à América Latina e à África como um todo) e dissuasão extrarregional, objetiva manter a estabilidade, e desenvolver a capacidade coletiva de defesa dos vastos recursos da região contra quaisquer gestos de agressão, especialmente no caso de conflito entre terceiros países (AMORIM, 2016).

No tocante ao desenvolvimento de uma capacidade regional de defesa, as atividades de cooperação desempenham papel preponderante. Reuniões de alto nível ajudam a alinhar as políticas de defesa e a criação de confiança mútua; intercâmbios de instrutores e alunos facilitam a aproximação das doutrinas de emprego do poder aéreo, naval e militar terrestre; o desenvolvimento conjunto de produtos de defesa amplia as possibilidades de estabelecimento de uma logística integrada e independente de atores externos; e a realização de exercícios combinados permitem o aumento da interoperabilidade²³ entre as forças militares. Logo, a cooperação em defesa contribui, diretamente, para o estabelecimento de uma zona de paz fortalecida e respeitada, que seja capaz de implementar soluções próprias para seus problemas, desenvolvendo um ambiente desfavorável para intervenções extrarregionais no entorno geopolítico brasileiro.

A ambição brasileira por uma posição de destaque no sistema internacional passa por sua reputação. O prestígio de uma nação é fator decisivo para o sucesso ou fracasso de sua política externa, e conseqüentemente, de seus objetivos nacionais. Estados que não podem apoiar-se incondicionalmente em seu poderio econômico e militar, como o Brasil, não podem ignorar os efeitos negativos que a perda de prestígio pode acarretar à sua posição no cenário internacional. Para Lima (2018), a política de prestígio se mostra opção muito interessante para compor uma grande estratégia de inserção internacional.

Assim, ainda que a principal finalidade da cooperação em defesa seja a preservação da segurança e da soberania dos Estados, por meio do desenvolvimento da capacidade de defesa regional, é possível atingir outros resultados com essa atividade. A política de prestígio pode ser empregada nesse cenário, onde o Estado brasileiro luta pela conquista das mentes dos homens, ou seja, por suas preferências e suas simpatias, sem se apoiar somente no poderio econômico e militar.

²³ Capacidade de forças militares nacionais ou aliadas operarem, efetivamente, de acordo com a estrutura de comando estabelecida, na execução de uma missão de natureza estratégica ou tática, de combate ou logística, em adestramento ou instrução (BRASIL, 2015b).

4 AS RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E A AMÉRICA CENTRAL

O presente capítulo procura responder à seguinte pergunta intermediária de pesquisa: no âmbito das relações internacionais, como o Brasil interage com os países da América Central? A resposta vai colaborar na compreensão do atual momento da cooperação brasileira em defesa com os países daquela região. O capítulo é dividido em duas seções. A primeira seção relata, brevemente, a formação dos Estados da região, com ênfase nos aspectos político-militares, e na influência dos EUA nesse processo, a fim de explicar por que os militares centro-americanos possuem grande autonomia interna na formulação das políticas de defesa de seus países, ainda que o emprego das forças armadas seja voltado quase que exclusivamente para ações de segurança pública. A segunda seção aborda a interação do Brasil com aquele conjunto de países, desde o início do século XX até os dias atuais, esclarecendo as principais interações, positivas e negativas, e sugerindo possíveis estratégias para superar a grande influência dos EUA sobre a região.

4.1 BREVE ANÁLISE POLÍTICO-MILITAR DA AMÉRICA CENTRAL

Todos os países do centro-americanos foram colonizados por países Europeus. Belize foi colônia britânica até 1981, quando atingiu sua emancipação política de forma pacífica. No entanto, segue como membro da *Commonwealth*, e seu chefe de Estado é a monarca do Reino Unido. Os demais países atingiram a separação política dos seus colonizadores no início da década de 1820. Esse processo de independência apresentou a tentativa de construção da República Centro-Americana, que reunia o território atualmente ocupado por Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Costa Rica. Esse Estado foi dissolvido definitivamente em 1898, após diversos conflitos militares resultante de diferenças entre as lideranças locais. O Panamá, seguiu trajetória distinta. Integrou inicialmente a Grã-Colômbia, em seguida a República da Colômbia, e se emancipou politicamente em 1903. Assim, no início do século XX, o istmo centro-americano já estava fracionado e com suas fronteiras majoritariamente estabelecidas (TARACENA ARRIOLA, 1995).

Os conflitos bélicos do processo de formação dos Estados centro-americanos não resultaram no estabelecimento de forças militares profissionais e,

tampouco, no interesse das lideranças civis no tema da Defesa Nacional. O desinteresse ocorreu, pois, a percepção das ameaças pelas elites governantes provinha do nível doméstico, incidindo apenas sobre seu poder pessoal. As milícias particulares – que mais tarde foram institucionalizadas - eram um instrumento para concretizar as ambições das políticas da elite econômica local, e não tinham estrutura ou doutrina permanentes (SALOMÓN, 1997, p. 12). A falta de percepção dos governantes locais sobre possíveis ameaças externas aos Estados do istmo resultou no papel doméstico dado ao poder militar na região. Soma-se a esse fator, a rápida ascensão norte-americana a partir do final do século XIX, que tornou seu poder bélico tão forte, que nenhuma aliança centro-americana permitiria um equilíbrio de poder na região (PION-BERLIN; TRINKUNAS, 2007). Além disso, desde sua institucionalização, as forças militares centro-americanas tiveram duas funções bem definidas: “eram encarregadas de garantir a defesa e a soberania nacional contra os ataques estrangeiros contra as atividades de inimigos internos da nação” (SALOMÓN, 1997, p. 14).

No século XX, os países centro-americanos, assim como toda a América Latina, não sofriam ameaças externas à sua existência como Estados Nacionais. Sua posição geográfica livrou-os dos dois grandes conflitos mundiais, e não havia grandes tensões entre países vizinhos. A Guerra das Cem Horas²⁴ e os conflitos civis na década de 1980 levaram a uma limitada corrida armamentista na América Central, mas não foram suficientes para chamar a atenção das elites civis para os assuntos de defesa. Para a classe dominante de El Salvador e Nicarágua, por exemplo, a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN)²⁵ e os Contras²⁶ eram uma ameaça muito maior ao Estado do que as Forças Armadas vizinhas. Tudo isso, acabou restringindo o interesse político na Defesa Nacional (PION-BERLIN; TRINKUNAS, 2007).

Ademais, os diversos golpes de Estado perpetrados por líderes militares centro-americanos, e a crueldade dos conflitos civis, reforçaram a percepção negativa da sociedade civil sobre os militares, muitas vezes vistos como uma ameaça aos governos locais, o que acarretou, também, na falta de interesse civil na política de

²⁴ Conflito bélico entre El Salvador e Honduras, ocorrido em julho de 1969 (DOMINGUEZ ÁVILA, 2009).

²⁵ Movimento guerrilheiro fundado em 1980, em El Salvador (DOMINGUEZ ÁVILA, 2003).

²⁶ Denominação de grupos insurgentes de oposição ao governo sandinista da Nicarágua (DOMINGUEZ ÁVILA, 2009).

Defesa (PION-BERLIN; TRINKUNAS, 2007). Na Costa Rica, o governo Figueres Ferrer acabou por abolir as Forças Armadas em 1948, confiando a segurança de sua soberania no Sistema Regional de Segurança da Organização dos Estados Americanos (ROJAS ARAVENA, 2018). Decisão similar tomou o governo panamenho, após a destruição de suas forças na invasão estadunidense em 1989.

Se durante a Guerra Fria, fortemente apoiados pelos EUA, os governos locais empregaram suas forças militares para enfrentar as ameaças consubstanciadas pelos grupos armados pró-comunistas, no século XXI elas são utilizadas contra o crime organizado (PARDO, 2016). Para Fonseca (2018), os militares locais ganharam notoriedade com o fracasso das polícias nacionais, pois passaram a representar a luta contra a violência, e se converteram em “protagonistas da esfera política e de segurança dos países da região”. Isacson (2019) também acredita que a ofensiva dos militares centro-americanos na luta contra o crime organizado assenta sua participação na esfera civil, o que inclui as políticas de defesa e segurança. Pion-Berlin (2008) observa que “os governos civis latino-americanos não estão construindo instituições de defesa fortes, tampouco desenvolvendo conhecimentos na área”. A mesma opinião tem Isacson (2019):

[...] os civis no governo, no legislativo, inclusive os meios de comunicação e grupos de especialistas têm deixado um vácuo em temas como a gestão de recursos de defesa, doutrina, análise de ameaças e operações conjuntas. Os generais terminam preenchendo esse vazio, e quando chega a crise, há poucas pessoas sem uniforme com experiência para lidar com isso.

Atualmente, verifica-se que a política de Defesa dos países centro-americanos está majoritariamente sob a tutela militar. El Salvador, Guatemala, e Honduras têm como Ministro da Defesa um militar da ativa ou reserva, e a estrutura ministerial totalmente militar (EL SALVADOR, 2020a; GUATEMALA, 2020; HONDURAS, 2020a; PACHECO GAITÁN, 2017). Aguilera Peralta (2003), ressalta que durante a formulação da Política de Defesa Nacional da Guatemala, “as representações da sociedade civil foram demonstrativas de uma pluralidade de setores, mas não foram suficientemente amplos, pois muitos convidados não compareceram [aos debates], e outros se retiraram antes do fim do processo”. A Nicarágua, diferentemente, desenvolveu uma estrutura em seu Ministério da Defesa que não conta com nenhum militar, mas, de maneira ambígua, as forças militares não estão na cadeia de comando do Ministério da Defesa (NICARÁGUA, 2020; PACHECO GAITÁN, 2017). Belize é um caso excepcional na região. Tem a estrutura de Defesa

controlada pelo poder civil local, mas a presença de forças terrestres, aéreas e navais britânicas na ex-colônia delata que o controle da segurança pertence ao Reino Unido (GRIFFITH, 2015).

Também é importante comentar sobre a grande participação dos Estados Unidos na conformação política da região centro-americana. Para Schoultz (2000, p. 19), o Presidente James Monroe²⁷ enxergava a América Latina como “uma terra sem atrativos que adversários poderiam usar como uma base para atacar os Estados Unidos”. A capacidade de influenciar na região, afastaria as potências extrarregionais de seu entorno, garantindo sua segurança. Góes e Visentini (2019, p. 25), defendem que, desde a Doutrina Monroe, “a política externa dos EUA vislumbra o continente americano como seu *lebensraum* exclusivo, vale traduzir, área geopolítica de influência estadunidense, que não admite a interferência de nenhuma outra potência mundial”. Mas o aspecto econômico também interessava aos líderes norte-americanos: “a segurança nacional não era o único interesse [...] pois a região também continha produtos para os consumidores norte-americanos e mercados para os produtores dos EUA”.

Assim, no início do século XX, a apropriação e domínio do Canal do Panamá era fundamental para proteger uma área fundamental para a geopolítica norte-americana, por sua posição estratégica e importância para o comércio internacional (AMAYO ZEVALLOS, 1990). Durante a Guerra Fria, a importância de influenciar e controlar a América Latina ganhou força também no campo político, levando os EUA a financiar ações contra os movimentos comunistas ocorridos na América Central na década de 1980:

O significado simbólico da América Latina como região estratégica aumentou lentamente durante as décadas seguintes e, por volta do fim da década de 1940, a região toda era vista em Washington como um aliado essencial no emergente equilíbrio bipolar de poder, não porque a América Latina pudesse ajudar na luta contra o comunismo, e não porque a União Soviética pudesse invadir um país próximo e usá-lo para ameaçar os Estados Unidos (embora isto, também, fosse uma preocupação), mas basicamente porque sua “perda” seria interpretada ao redor do mundo como um sinal de fraqueza dos EUA (SCHOUTLZ, 2000, p. 409).

Com o final da Guerra Fria, os EUA passaram a investir na consolidação de sua hegemonia política e econômica sobre a América Central, no entanto, os crimes transnacionais que afetam diretamente sua fronteira sul, como o tráfico de drogas, armas e pessoas passaram a afetar essa relação (SCHOUTLZ, 2000, p. 298).

²⁷ Foi o quinto presidente dos Estados Unidos, entre 1817 e 1825.

Assim, segundo Santos (2004, p. 116), o papel das forças armadas latino-americanas definido, ou mesmo imposto, pelos EUA, passou a ser a luta contra o narcotráfico, o crime organizado e, eventualmente, o controle da violência e dos distúrbios urbanos. Nesse sentido, identificou-se forte investida norte-americana no treinamento e capacitação dos militares centro-americanos para combater os ilícitos transfronteiriços. Tal situação será apresentada, com mais detalhes, no capítulo 5.

Desse modo, de tudo que foi apresentado nessa seção, pode-se concluir que os militares centro-americanos possuem grande autonomia na formulação das políticas de Defesa de seus países, pois há poucos civis envolvidos, e com conhecimento sobre o tema para direcionar as respectivas estratégias dos Estados para a Defesa Nacional (PACHECO GAITÁN, 2017). O desinteresse da classe política e da sociedade civil no tema é resultado do processo histórico de formação e evolução dos próprios países, que vivem em um cenário de relativa paz, sem ameaças externas significativas, relegando a Defesa apenas ao setor militar. Ainda é possível afirmar que as forças armadas da América Central estão vocacionadas para o combate a ilícitos transnacionais, com o aval dos EUA, que, interessados em conter o avanço desses problemas para seu território, incentivam o emprego da força militar na segurança pública.

4.2 A AMÉRICA CENTRAL E SUAS RELAÇÕES COM O BRASIL

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com os países centro-americanos ainda em 1906, no governo de Afonso Pena. Com Belize, que alcançou sua independência do Reino Unido apenas em 1981, foram firmadas relações em 1983²⁸. As relações Brasil-América Central no início do século XX foram modestas, e podem ser atribuídas a dois principais fatores: a ausência de interesses nacionais vitais do Brasil na região; e a hegemonia estadunidense em toda a bacia caribenha. Porém, a partir da visita do Chanceler Gibson Barbosa aos países do istmo centro-americano, em 1971, as atividades de cooperação do Brasil com a América Central se estreitaram (DOMINGUEZ ÁVILA, 2003). Nesse ínterim, foram firmados, em 1976, os primeiros acordos cooperação técnica com a Guatemala e Honduras²⁹.

²⁸ Informação do Ministério das Relações Exteriores (MRE, 2020b).

²⁹ Segundo base de dados da Agência Brasileira de Cooperação (ABC, 2012a).

Em 1979, a região mergulhou em diversos conflitos civis que duraram mais de quinze anos. Nesse mesmo ano, devido principalmente às sistemáticas violações aos direitos humanos do povo da Nicarágua, o Brasil suspendeu as relações diplomáticas com o governo daquele país (DOMINGUEZ ÁVILA, 2003). Durante todo o período dos conflitos civis, o Brasil ofereceu seu respaldo político-diplomático às negociações de paz. Esse esforço se materializou nas seguintes atividades: apoio diplomático ao Grupo de Contadora em 1983; participação no Grupo do Rio; expresse questionamento às aspirações e pressões hegemônicas das superpotências; assistência técnica, científica, cultural e econômica aos países centro-americanos; e participação nas operações de manutenção de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) na região com pessoal civil e militar (DOMINGUEZ ÁVILA, 2003). A assistência técnica ocorreu por meio de uma série de acordos de cooperação técnica, científica e tecnológica firmados pelo Brasil com: o Panamá em 1981 (BRASIL, 1983); El Salvador em 1986 (BRASIL, 1998); e Nicarágua em 1987 (BRASIL, 1990). Esses acordos já apresentavam características do modelo de cooperação adotado hoje pelo Estado brasileiro, pois tinham como objetivos principais promover a cooperação técnica, científica e tecnológica, bem como o desenvolvimento econômico e social e de elevação da qualidade de vida de seus povos, como parceiros iguais, sem vincular nenhum interesse, pelo menos explicitamente.

Todo esse esforço tinha como principais objetivos expressar oposição às tentativas de intervenção extrarregional das potências hegemônicas, e evitar a prolongação dos conflitos, o que poderia gerar consequências para toda a América Latina:

A documentação resgatada no Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores (AHMRE) também sugere que os "homens de Estado" encarregados da política centro-americana de Brasília expressaram, durante todo o decênio de 1980, preocupação pelas "incalculáveis" e "imprevisíveis" consequências [sic] domésticas e globais que poderiam ser desatadas na hipótese de uma "vietnamização" da América Central, causada pela intervenção militar direta de alguma potência extra-regional [sic] – leia-se estadunidense e, em muito menor medida, cubano-soviética (DOMINGUEZ ÁVILA, 2003, p. 80)

As autoridades políticas e diplomáticas brasileiras preocupavam-se com a evolução do conflito civil para um cenário semelhante à Guerra do Vietnã, o que poderia refletir negativamente na estabilidade político-social do Brasil e dos demais países da América Latina. Assim, pode-se inferir que, desde a década de 1980, a

política exterior brasileira enxergava na cooperação um instrumento para manutenção da estabilidade em seu entorno regional.

A partir do governo Fernando Henrique Cardoso, o Brasil fez um esforço significativo para ampliar sua presença na América Central e no Caribe, por meio da diplomacia presidencial, e do lançamento de projetos como da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos. Mas foi no bojo do crescimento da interação Sul-Sul, ocorrida no primeiro mandato de Lula da Silva, que o Estado brasileiro identificou a necessidade de intensificar a cooperação e comércio com aqueles países (AMORIM, 2016; PECEQUILO, 2004). Essa cooperação tem como um de seus objetivos, contribuir para a estabilidade e para o desenvolvimento econômico dos países centro-americanos, de forma a evitar que possíveis instabilidades provoquem reflexos indesejados no Brasil, e a ação da potência norte-americana em uma área que interessa ao país (RAMANZINI JÚNIOR; MENDONÇA, 2015), corroborando a visão político-diplomática da década de 1980.

Além disso, as relações entre Brasil e América Central também passaram por momentos de tensão recentemente. Em 2009, em meio a uma crise política em Honduras, o presidente deposto Manuel Zelaya foi abrigado na embaixada brasileira em Tegucigalpa, causando o rompimento das relações diplomáticas entre os dois países, e o apoio brasileiro à suspensão de Honduras da Organização dos Estados Americanos (OEA)³⁰. As relações se normalizaram apenas em 2011, e todas as atividades de cooperação foram retomadas.

Em 2016, os governos de Nicarágua e El Salvador se manifestaram negativamente sobre o impeachment da Presidente Dilma Rousseff, gerando respostas fortes do governo brasileiro³¹. Em julho de 2018, em meio a uma série de manifestações populares em Manágua, uma jovem brasileira foi assassinada, e o governo brasileiro chamou seu embaixador no país para consultas³². Em dezembro do mesmo ano, o governo do Brasil condenou publicamente o desrespeito aos Direitos Humanos e liberdade de imprensa na Nicarágua. Já em 2019, o Itamaraty reiterou seu repúdio às graves violações de direitos humanos ainda em curso no país centro-americano, inclusive os episódios mais recentes de intimidação contra representantes

³⁰ Notícia veiculada pela Empresa Brasileira de Comunicação (EBC, 2011).

³¹ Conforme nota à imprensa nº 176, emitida pelo MRE em 13 de maio de 2016 (MRE, 2016).

³² Conforme nota à imprensa nº 255, emitida pelo MRE em 24 de julho de 2018 (MRE, 2018).

e instalações da Igreja Católica, apoiando relatório da OEA³³. Atualmente, as relações com El Salvador estão normalizadas, entretanto, com a Nicarágua elas permanecem estremecidas, também em razão do distanciamento ideológico entre os dois governos.

O Brasil e os países da América Central possuem elementos históricos e culturais comuns, além da aspiração de projetar políticas de desenvolvimento que diminuam as injustiças sociais e a pobreza. No entanto, existem heterogeneidades importantes na estabilidade política e institucional, na geografia, na economia, e nos índices sociais (RAMANZINI JÚNIOR; MENDONÇA, 2015). Os laços comuns, e a necessidade de unir-se em torno de desafios semelhantes, sem a presença de potências do Norte, em especial os EUA, são apresentados pelo Estado brasileiro como justificativa para o acercamento à América Central, como visto nas falas do Presidente Lula da Silva em visita oficial à região:

Pela primeira vez, em 200 anos de independência, os países latino-americanos e caribenhos se reuniram para propor soluções próprias para problemas que devem nos unir – jamais separar³⁴.

Por que tem que ser os Estados Unidos que têm que estar na Colômbia combatendo o narcotráfico? Por que nós não cuidamos das nossas fronteiras e damos a liberdade ao presidente Obama? Em vez de cuidar dos traficantes da Colômbia ou de outros países latino-americanos, que cuide dos consumidores, dos usuários americanos. Aí todo mundo fica com a vida facilitada³⁵.

No entanto, as atividades de cooperação estão limitadas pelo fator econômico. Os valores investidos em cooperação são diretamente proporcionais ao crescimento da economia brasileira, que, desde o início do século vive momentos de instabilidade. Assim, quando é necessário realizar um ajuste nos valores investidos, como no período de 2011 a 2013, a América Central parece uma das regiões mais prejudicadas, principalmente frente à prioridade dada aos africanos (gráfico 1).

Para Malamud (2011), desde os anos 2000, o Brasil passou a dedicar sua política externa com extrema prioridade para a América do Sul, abandonando o conceito regional de América Latina, reconhecendo, assim, sua incapacidade de exercer influência significativa na América Central e Caribe, devido à presença do México, rival brasileiro nesse intento, e à grande dependência dos países daqueles

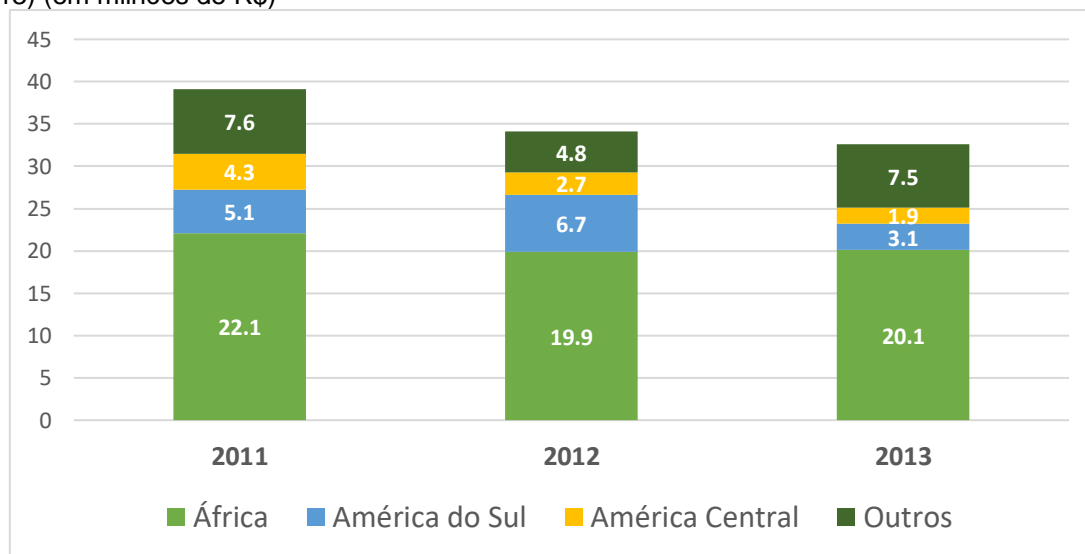
³³ Conforme nota à imprensa nº 292, emitida pelo MRE em 22 de novembro de 2019 (MRE, 2019).

³⁴ Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante almoço oferecido pelo presidente da Costa Rica, Oscar Arias (BRASIL, 2020a).

³⁵ Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de entrega das chaves da cidade da Guatemala, em 2 de junho de 2009 (BRASIL, 2020a).

subcontinentes aos EUA. Mas o Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim explica que não houve a desistência brasileira de influenciar a América Central: “o Brasil devia se relacionar também com a América Central, apesar de a América do Sul ser nossa prioridade. Havia interesses em áreas como a do etanol e venda de aviões brasileiros” (ARAÚJO, 2016, p. 161).

Gráfico 1 – Variação dos gastos do governo brasileiro com cooperação técnica internacional (2011-2013) (em milhões de R\$)



Fonte: dados obtidos no relatório Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (2011 – 2013) (IPEA; ABC, 2016).

Para Cruz Aguilar (2013, p.30), em um contexto geral, o Brasil aproximou-se da América Central a partir dos anos 2000. Esse movimento foi facilitado a partir dos atentados de 11 de setembro de 2001, quando a grande potência voltou suas atenções para o Oriente Médio e Ásia, com emprego maciço de meios militares na “Guerra ao Terror”. Esse temporário desinteresse dos EUA na América Central permitiu que o Brasil avançasse no papel de líder latino-americano, desenvolvendo uma política de segurança cooperativa. Ademais, as iniciativas brasileiras levaram alguns *policy makers* norte-americanos a enxergar no Brasil uma força moderadora na região, trazendo estabilidade (RAMANZINI JÚNIOR; MENDONÇA, 2015).

Para Huntington (1997), a civilização latino-americana não faz parte da civilização ocidental, composta prioritariamente por países desenvolvidos do Norte. Ainda que seja uma teoria bastante criticada (CASTRO, 2012; PECEQUILO, 2012), ela justifica e motiva a busca por uma identidade regional latino-americana, afastando-a, principalmente, da influência norte-americana. A formação desta identidade, mesmo dentro de um espaço multiétnico e multicultural, é um processo em curso (BERNHEIM,

2017), e será intensificada com uma consciência de unidade, identidade e alteridade (FIORIN, 2013). Dessa maneira, atitudes cooperativas do Brasil, junto à América Central, auxiliarão nesse movimento (AMORIM, 2016, p.102).

Por fim, não se pode ignorar que a América Central é uma região sob ingerência direta norte-americana, o que dificulta ao Brasil a disputa por influência. A política de prestígio de Morgenthau pode ser empregada nesse cenário, onde o Brasil buscará conquistar as mentes dos homens, em favor de suas posições, favorecendo-se das características comuns de brasileiros e centro-americanos. Dessa maneira, pode-se inferir que a capacidade de cooperar com países da América Central, contrapondo-se ao paternalismo, ao uso de condicionalidades e à interferência política associada aos doadores tradicionais, como os EUA, pode reforçar a inserção ambicionada pelo Estado brasileiro.

5 A COOPERAÇÃO EM DEFESA DO BRASIL COM A AMÉRICA CENTRAL

Este capítulo se dedica a responder ao seguinte questionamento: de que modo o Brasil e os países da América Central cooperaram no campo da defesa, e qual resultados foram obtidos? Para chegar à resposta, o capítulo se divide em sete seções. A primeira seção apresenta as primeiras iniciativas brasileiras de cooperação em defesa com os países da América Central na década de 1970, que culminaram com a venda de aeronaves militares e a assinatura de diversos acordos bilaterais a partir de 1990. Nas demais seções são detalhadas as iniciativas de cooperação entre o Brasil e cada um dos países centro-americanos, demonstrando que, apesar de várias ações de cooperação estarem acordadas entre o Brasil e os países da região, poucas são realmente concretizadas. Durante todo o capítulo, também é apresentada a cooperação em defesa desenvolvida por outros países, verificando-se, mais uma vez, o protagonismo dos EUA na região. Os resultados obtidos com a cooperação são apresentados por meio de uma análise de relatórios do corpo diplomático brasileiro, e da percepção auferida no discurso de militares dos países centro-americanos. Assim, procura-se delinear a compreensão sobre o atual momento da cooperação brasileira em defesa com os países da América Central, e iniciar a discussão sobre como ela impacta a percepção dos militares centro-americanos sobre seus congêneres brasileiros.

5.1 DA VENDA DE AVIÕES AOS ACORDOS BILATERAIS

Na década de 1970, turbulências político-sociais abalaram a América Central. Além do conflito entre El Salvador e Honduras, surgiam na região movimentos revolucionários ideológicos típicos da Guerra Fria, o que levou os países a uma corrida armamentista. Nesse período, houve grande aproximação dos países centro-americanos com o Brasil, na área de Defesa, principalmente para fornecimento de material bélico. Houve grande interesse das forças militares por armamento leve, munição, equipamento de comunicações, caminhões, veículos blindados e aeronaves fabricados pela Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), Engenheiros Especializados S.A. (Engesa) e Indústria de Material Bélico (Imbel) (DOMINGUEZ ÁVILA, 2009). O governo brasileiro utilizou como um dos métodos de promoção de seus produtos de defesa, o treinamento de oficiais estrangeiros em academias

militares brasileiras. A embaixada brasileira em Honduras acreditava que oficiais hondurenhos treinados no Brasil ajudariam a promover a aquisição de produtos nacionais:

[...] no que se refere às vantagens para o Brasil na concessão de tal tipo de bolsa, permito-me assinalar que, a longo prazo, podem os Oficiais formados no Brasil facilitar a introdução de armamentos brasileiros, especialmente armas portáteis para os corpos policiais, que aqui são parte integrante do Exército. Do mesmo modo, poder-se-á colocar, eventualmente, material de comunicações, equipamento de Engenharia e, no setor aeronáutico, Honduras pode vir a ser mercado para os aviões fabricados pela Embraer, mais especialmente, o 'Ipanema' e o 'Bandeirantes' (BRASIL, 1970 *apud* DOMINGUEZ ÁVILA, 2011, p. 228).

A iniciativa das Forças Armadas brasileiras de oferecerem a militares hondurenhos a oportunidade de se candidatarem a cursos especializados no Brasil constitui, a rigor, um investimento a longo prazo [...], entre outras razões, por seus possíveis desdobramentos no que diz respeito a eventuais vendas de material de emprego militar (BRASIL, 1977 *apud* DOMINGUEZ ÁVILA, 2011, p. 228-229).

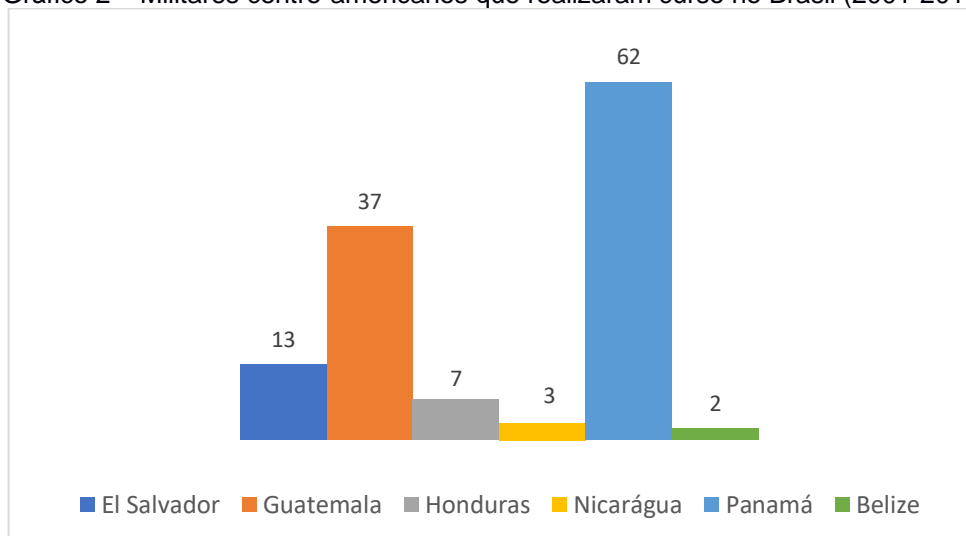
De fato, o governo de Honduras acabou adquirindo, em 1984, oito aviões EMB-312 Tucano, para sua Força Aérea, com um valor global aproximado de US\$ 12 milhões (DOMINGUEZ ÁVILA, 2011). Mas as vendas de armamento aos demais países acabaram não se concretizando, após deliberação do governo brasileiro, que acabou por formular sua Política Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar (PNEMEM), baseada na responsabilidade política e no posicionamento diplomático brasileiro pela paz no istmo centro-americano (DOMINGUEZ ÁVILA, 2009). Ainda assim, pode-se afirmar que esta foi uma das primeiras iniciativas de cooperação em defesa do Brasil com a América Central, envolvendo atores do corpo diplomático, das Forças Armadas e da sociedade civil em um esforço coordenado pelo Estado brasileiro.

A partir do governo Fernando Henrique Cardoso, a aproximação brasileira com a América Central foi impulsionada pela política externa do governo e pelo fim dos diversos conflitos civis na região. Foram assinados acordos bilaterais no âmbito da Defesa com países daquela região. O objetivo era promover cooperação em ciência e tecnologia, treinamento em operações de manutenção da paz e instrução militar convencional (LIMA *et al*, 2017, p. 73). Em 1995, o Brasil estabeleceu missões permanentes de educação militar junto às Forças Armadas de El Salvador, Honduras e Guatemala. Essas missões constituem, até hoje, segundo o serviço diplomático brasileiro, importante ferramenta de intercâmbio e fortalecimento das relações entre

os países, a partir de sua atuação junto a grande número de oficiais daquelas nações (FIUZA NETO, 2017; KRAWCTSCHUK, 2015; PINTO, 2018).

Nos anos 2000, o Brasil ampliou o oferecimento de bolsas de estudos para militares centro-americanos em estabelecimentos de ensino castrense brasileiros (Gráfico 2). Para McCann (2009), trazer militares estrangeiros para estudar em seu país é um dos melhores métodos de divulgar sua cultura, sociedade, e instituições militares, corroborando o pensamento dos diplomatas brasileiros nos anos 1970. Tal artifício vem sendo empregado repetidamente, com a média aproximada anual de 12 (doze) estudantes centro-americanos. Comparando a quantidade de militares sul-americanos e centro-americanos que realizaram capacitação em escolas brasileiras, com os efetivos das Forças Armadas de cada subcontinente, percebe-se que o Brasil, nesse aspecto, trata com igualdade América do Sul e Central na distribuição de vagas para cursos nos estabelecimentos de ensino (tabela 1).

Gráfico 2 – Militares centro-americanos que realizaram curso no Brasil (2001-2011)



Fonte: dados obtidos no Livro Branco de Defesa Nacional (BRASIL, 2012)

Tabela 1 – Comparativo entre vagas de cursos oferecidas pelo Brasil e os efetivos militares da América do Sul e América Central

Região	Efetivos militares (2016)	Vagas para cursos no Brasil (2015)	Proporção
América do Sul	970.073	133	1/ 7.294
América Central	109.352	12	1/9.113

Fonte: dados obtidos no Livro Branco de Defesa Nacional (BRASIL, 2016a) e Atlas Comparativo de Defesa da América Latina e Caribe (DONADIO; KUSSROW, 2016).

A realização de exercícios combinados também cresceu a partir dos anos 2000. Desde então, o Brasil participa de atividades dessa natureza que envolvem

países da América Central. Mesmo sejam coordenados por organismos internacionais, o contato com os militares centro-americanos sempre oferece a oportunidade de fortalecer as relações, aperfeiçoar o treinamento e a interoperabilidade (quadro 4). Cabe ressaltar, que não foi realizada nenhuma iniciativa bilateral entre o Brasil e os países da América Central para realização de quaisquer exercícios conjuntos. Todas as interações aconteceram em atividades de caráter multilateral, que agregavam Forças Armadas do continente americano em geral.

Quadro 4 – Exercícios combinados envolvendo o Brasil e países da América Central

Exercício	Ano	Atividade
Panamax	2003 a 2019	Exercício combinado de defesa do Canal do Panamá
Fuerzas Comando	2005 a 2019	Competição de forças especiais dos países americanos
Cooperación	2010, 2011 e 2016	Exercício aéreo combinado
UNITAS	2016 a 2018	Exercício naval combinado
EXBRALC	2014 e 2019	Exercício combinado de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear (DQBRN) dos países da América Latina e Caribe

Fonte: dados obtidos no Livro Branco de Defesa Nacional (BRASIL, 2012, 2016a) e Atlas Comparativo de Defesa da América Latina e Caribe (DONADIO; KUSSROW, 2016).

No âmbito das reuniões de alto nível, o Brasil participa da Conferência de Ministros e Defesa das Américas (CDMA), desde 1995. É uma reunião bianual que tem como um de seus princípios a cooperação em defesa como resposta aos problemas de segurança do continente. Apesar de ser uma iniciativa que congrega todo o continente americano, é um foro de discussão que aproxima o Brasil da América Central, e uma oportunidade para a realização de encontros bilaterais. Destaca-se, que em 6 (seis) das 12 (doze) edições, a cooperação em defesa foi tema das reuniões plenárias (DONADIO; KUSSROW, 2016).

Ainda no cenário das reuniões de alto nível, o Brasil participa como observador da Conferência das Forças Armadas Centro-Americanas (CFAC). Criada em 1997, tem a finalidade de impulsionar um esforço permanente e sistemático de cooperação, coordenação e apoio mútuo entre as forças militares da Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua e República Dominicana (DONADIO; KUSSROW, 2016). A CFAC desenvolve as seguintes ações: prevenção e combate crimes transfronteiriços, com execução de patrulhas terrestres e marítimas combinadas;

ajuda humanitária e resposta a desastres naturais, com a manutenção de uma unidade combinada para fazer frente a eventos naturais extremos; treinamento em operações de paz; gestão ambiental; intercâmbio de instrutores e alunos; e intercâmbio de serviços médicos (DONADIO; KUSSROW, 2016, p. 55).

Outras atividades de cooperação em defesa, como visitas de aeronaves e navios militares, eventos culturais e desportivos, pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico e aquisição de produtos e serviços de defesa são mais raros. O fator econômico é um limitador ao desenvolvimento das ações. A escala da economia dos países da América Central também é uma barreira em termos comerciais, em especial a aquisição de produtos e de serviços de defesa, e o desenvolvimento de tecnologia, previstos nos acordos bilaterais vigentes (BRASIL, 2010a, 2010b, 2015a). Pesa o fato de os produtos e serviços de defesa, em geral, possuírem alto valor de mercado, dificultando quaisquer iniciativas, pois os países centro-americanos possuem orçamentos de defesa muito modestos (tabelas 2 e 3). Ainda nesse sentido, a atual burocracia do governo brasileiro para venda de produtos de defesa dificulta a negociação de qualquer iniciativa nesse sentido com governos estrangeiros (LEITE; STUART, 2018).

Tabela 2 – Orçamentos de defesa dos países centro-americanos em 2016 (em US\$)

País	Orçamento total	Parcela dedicada a investimento
El Salvador	146.139.840	1,5%
Guatemala	264.313.810	7,9%
Honduras	332.560.070	2,6%
Nicarágua	72.558.630	4,6%
Panamá ³⁶	1.279.093.620	Sem dados

Fonte: dados obtidos no Atlas Comparativo de Defesa da América Latina e Caribe (DONADIO; KUSSROW, 2016).

Tabela 3 – Preço de alguns de produtos de defesa (em US\$)

Produto de Defesa	Preço estimado
Aeronave Super Tucano	15.000.000
Viatura Guarani	3.000.000
Lançador de Foguetes Astros	17.000.000

Fonte: dados obtidos em divulgação da imprensa (ALVES, 2018; DEFESANET, 2016, 2014.)

³⁶ Considerado o orçamento do Ministério de Segurança Pública.

É interessante apontar que o discurso oficial do Estado brasileiro, como demonstrado nos capítulos anteriores, apresenta sua cooperação como desinteressada, sem condicionalidades, incluindo-se, aí, o comércio de produtos de defesa, em uma prática que se tornou conhecida como “ajuda amarrada” (*tied aid*). No entanto, se considerarmos as definições de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento, típicas de países do Norte geopolítico, em especial da OCDE, pode-se interpretar que o financiamento pelo governo brasileiro para a compra de produtos de defesa por outros países possa estar enquadrada como cooperação, por não visar lucro direto, tal como ocorrido na venda de aeronaves da Embraer a Honduras, financiada pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (DOMINGUEZ ÁVILA, 2011). Nesse mesmo contexto, estaria a venda de produtos de propriedade intelectual do governo brasileiro, mas fabricados por empresas privadas, como o veículo blindado Guarani³⁷, e o lançador de foguetes Astros³⁸. A isenção de pagamento de *royalties*³⁹ em uma eventual compra, também poderia ser interpretada como cooperação para aquisição de produtos de defesa, por não configurar lucro direto ao Estado brasileiro.

A cooperação em defesa do Brasil na região, no entanto, é ofuscada pelas atividades do Comando Sul dos Estados Unidos, responsável por prover cooperação em segurança e defesa em sua área de responsabilidade (América Central, América do Sul e Caribe), e garantir a defesa do Canal do Panamá (SOUTHCOM, 2020). O interesse dos Estados Unidos na região, já tratada em capítulos anteriores, se reflete, ainda, nos valores despendidos em ajuda internacional para a região, que chegou a 573 milhões de dólares em 2018 (gráfico 3). Para Braga (2002, p. 61), o objetivo dos EUA ao cooperar no campo da defesa com os países da América Latina sempre foi claro:

[...] um dos mecanismos para um país conseguir controle político sobre outro Estado é, através de uma operação de contra-inteligência [sic], penetrar no sistema de segurança desse outro país. Quando um determinado país treina a polícia, os órgãos de inteligência e ou as forças armadas de uma outra nação, as instituições beneficiárias passam a vincular-se àquele outro Estado para além de suas próprias fronteiras nacionais. Isso pode transformar as

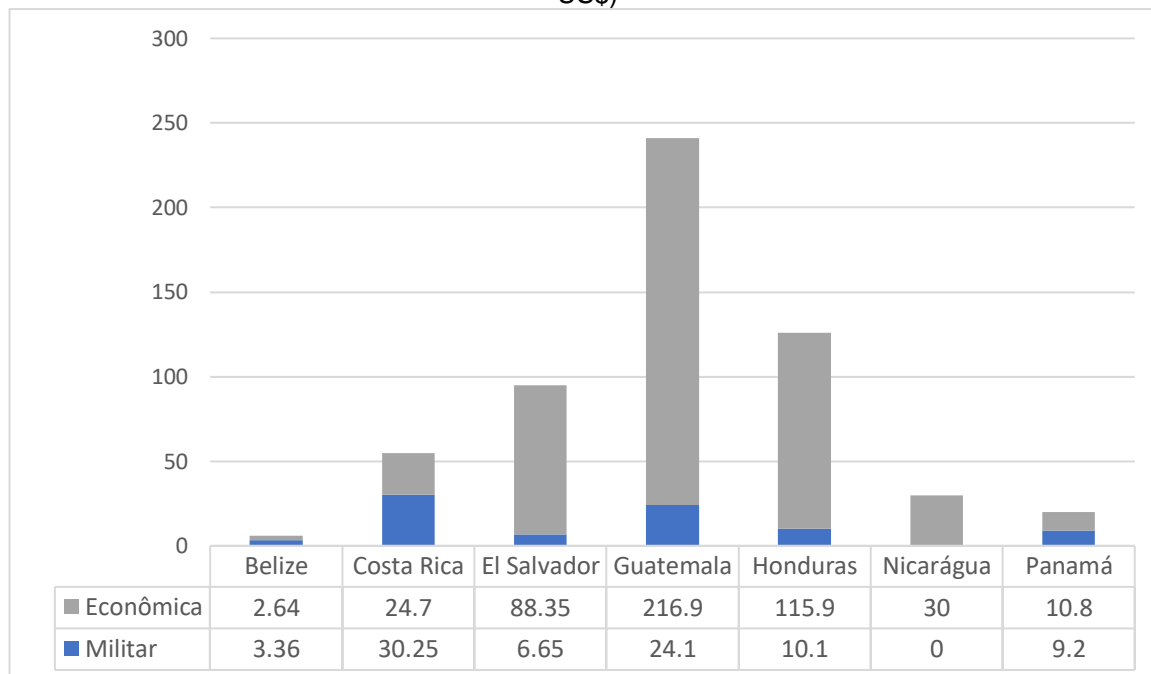
³⁷ Fruto da parceria entre a Iveco e o Exército Brasileiro, a Viatura Blindada de Transporte de Pessoal Média de Rodas Guarani, um blindado anfíbio com capacidade para até 11 tripulantes, é o primeiro modelo projetado e fabricado na unidade da Iveco Veículos de Defesa no Brasil – a única fora da Europa (IVECO, 2020).

³⁸ Fabricado pela Avibrás, referência mundial em sua classe, o sistema de foguetes terra-terra destaca-se por sua grande mobilidade e capacidade de lançar foguetes e mísseis de vários calibres a distâncias entre 9 e 300 km (AVIBRAS, 2020).

³⁹ Importância que é paga ao detentor de uma patente ou ao autor de uma obra original (literária, artística, científica etc.) para sua exploração comercial (MICHAELIS, 2020).

instituições de segurança do país beneficiário em atores subordinados na política global e, no decorrer do processo, fortalece ainda mais o controle do Estado estrangeiro sobre o Estado beneficiário.

Gráfico 3 – Ajuda internacional dos EUA aos países da América Central em 2018⁴⁰ (em milhões de US\$)



Fonte: Foreign Aid Explorer (USAID, 2020).

Ainda assim, o Cenário de Defesa 2020-2039, formulado pelo Ministério da Defesa, sugere o incremento da cooperação com a América Central, no sentido de ajudar na capacitação das Forças Armadas locais para o enfrentamento de desafios comuns aos brasileiros (BRASIL, 2017a, p.15). Tal documento fundamenta a elaboração da Política e Estratégia Nacionais de Defesa:

Com este trabalho, os diversos setores com interesse na Defesa dispõem de um conjunto de informações quadrienalmente atualizadas para a tomada de decisões e a condução da gestão estratégica. Isso contribuirá para a definição de prioridades, a racionalização de meios, a coordenação de ações e o estabelecimento de sinergias que resultarão em melhor aproveitamento dos recursos orçamentários e o incremento da eficiência administrativa e operacional (BRASIL, 2017a, p.5).

Desse modo, levando em consideração o estudo do próprio Ministério da Defesa, pode-se vislumbrar uma tendência à necessidade de aumento das atividades de cooperação em defesa com a América Central. Isso contribuiria com o esforço brasileiro para a manutenção de um entorno regional pacífico, afastando a

⁴⁰ A ajuda internacional prestada pelos EUA é categorizada como militar ou econômica. A assistência militar é aquela que beneficia, principalmente, a capacidade militar do país destinatário. A assistência econômica é aquela com um objetivo de desenvolvimento ou humanitário (USAID, 2020).

possibilidade de que instabilidades na região reflitam de maneira negativa no Brasil. O aumento do prestígio brasileiro na região também pode ser alcançado com essa expansão, impulsionando as pretensões brasileiras de posicionar-se na liderança da América Latina, ainda que os Estados Unidos ainda sejam o maior contribuinte em termos absolutos na atividade de cooperação em defesa, e mantenha forte interesse geopolítico na região.

5.2 A COOPERAÇÃO BRASILEIRA COM BELIZE E COSTA RICA

A cooperação em Defesa com Belize e Costa Rica não é regulada por um acordo diplomático. Como visto anteriormente, Belize é tutelada por uma potência militar extrarregional, o Reino Unido. Assim, apenas atividades isoladas de cooperação militar são realizadas, como o intercâmbio de alunos em cursos militares e a participação em exercícios conjuntos (BRASIL, 2016a). Já a Costa Rica extinguiu suas forças militares na primeira metade do século XX, diminuindo as possibilidades desse tipo de cooperação.

5.3 A COOPERAÇÃO BRASILEIRA COM EL SALVADOR

Em 2007, no âmbito do avanço brasileiro em direção à América Central, o Brasil assinou um acordo de cooperação no âmbito da defesa com El Salvador. Esse documento determina como finalidade das atividades:

- a) Promover a cooperação entre as partes em assuntos relativos à defesa, com ênfase nas áreas de pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico e aquisição de produtos e serviços de defesa;
- b) Partilhar conhecimentos e experiências adquiridas no campo de operações, na utilização de equipamento militar de origem nacional e estrangeira, bem como no cumprimento de operações internacionais de manutenção de paz;
- c) Partilhar conhecimento nas áreas da ciência e tecnologia;
- d) Promover ações conjuntas de treinamento e instrução militar, exercícios militares combinados, como também a correspondente troca de informações;
- e) Colaborar em assuntos relacionados a equipamentos e sistemas militares; e
- f) Cooperar em outras áreas no domínio da defesa que possam ser de interesse comum. (BRASIL, 2010a).

Para cumprir esses objetivos, foi acordada a realização das seguintes atividades: visitas mútuas de delegações de alto nível a entidades civis e militares;

reuniões entre as instituições de defesa equivalentes; intercâmbio de instrutores e estudantes de instituições militares; participação em cursos teóricos e práticos, estágios, seminários, conferências, debates e simpósios em entidades militares, bem, como em entidades civis de interesse para a defesa, de comum acordo entre as partes; visitas de aeronaves e navios militares; eventos culturais e desportivos; iniciativas comerciais relacionadas a materiais e serviços na área de defesa; e implementação e desenvolvimento de programas e projetos de aplicação de tecnologia de defesa, com a possibilidade de participação de entidades militares e civis de interesse estratégico para as partes (BRASIL, 2010a).

Nesse íterim, em 2015, o Ministro Jacques Wagner recebeu, no Rio de Janeiro, o Vice-Ministro da Defesa de El Salvador para uma reunião bilateral. O tema principal do encontro foi a negociação sobre a possível compra de sistemas de vigilância e controle marítimo⁴¹. Já em 2018, a embaixadora de El Salvador no Brasil, Diana Vanegas, acompanhada do Adido de Defesa daquele país, visitou a linha de montagem da Viatura Blindada para Transporte de Pessoal Guarani, localizada na fábrica da Iveco em Sete Lagoas-MG. Na ocasião, a embaixadora expressou a satisfação em conhecer a tecnologia brasileira, e o desejo de ampliar a cooperação em defesa com o Brasil⁴².

O intercâmbio de instrutores e alunos de estabelecimentos de ensino militares é a atividade mais intensa e duradoura da entre os dois países. Desde 1980, salvadorenos frequentaram escolas militares brasileiras, com uma breve interrupção ocorrida durante os conflitos civis naquele país. Em 1995, foi estabelecida a representação brasileira no *Comando de Doctrina y Educación Militar*, composta por militares do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira (FAB), que dividem sua experiência na *Escuela de Comando y Estado Mayor*, *Escuela de Infantería* e *Centro de Instrucción Militar Aeronautico* (figura 1). A ABC financiou, ainda, um projeto de fortalecimento do sistema de segurança presidencial de El Salvador, de 2010 a 2012, no valor de R\$ 158.000,00 (cento e cinquenta e oito mil reais) para a transferência de conhecimentos técnicos e capacitação de profissionais, executada pelo Gabinete de Segurança Institucional em Brasília-DF⁴³.

⁴¹ Notícia veiculada pelo Ministério da Defesa (BRASIL, 2020b).

⁴² Notícia veiculada pelo Ministério da Defesa (BRASIL, 2020b).

⁴³ Segundo base de dados da Agência Brasileira de Cooperação (ABC, 2012b).

Figura 1 – Missão de cooperação brasileira com autoridades militares salvadorenhas



Fonte: Noticiário do Exército (EB, 2020a).

Para o Embaixador brasileiro José Fiuza Neto, a representação militar no país “constitui importante instrumento de intercâmbio e fortalecimento das relações entre o Brasil e El Salvador, fruto de sua excelente atuação junto ao Alto Comando da Força Armada Salvadorenha” (FIUZA NETO, 2007). Segundo o Subchefe do Estado-Maior Conjunto da Força Armada Salvadorenha⁴⁴, a influência brasileira é notada: na doutrina de operações terrestres defensivas, que segue os ensinamentos dos instrutores brasileiros de tática e operações; na doutrina logística militar, que também segue o que é ministrado pelo pessoal do serviço de intendência brasileiro; na sistematização do treinamento físico militar, desenvolvido por pessoal que realizou curso na Escola de Educação Física do Exército Brasileiro; e nos currículos e métodos de ensino da *Escuela de Comando y Estado Mayor*, em especial a realização de exercícios táticos no terreno, nos mesmos moldes dos desenvolvidos nas escolas brasileiras. Os resultados positivos obtidos por dois instrutores brasileiros desde 1995, levou a Força Armada Salvadorenha a solicitar, em 2010, a expansão da cooperação para a *Escuela de Infantería*⁴⁵, com mais dois instrutores, e para o *Centro de Instrucción Militar Aeronautico*⁴⁶, com um instrutor. Existe, ainda, o desejo de estabelecer uma maior interação entre as forças navais dos países.

⁴⁴ O General-de-Brigada Miguel Ángel Rivas Bonilla concedeu entrevista ao autor em 13 Jul 20.

⁴⁵ Ministra cursos de Comandante de Pelotão, Companhia, e Batalhão de Infantaria.

⁴⁶ Responsável pela instrução aos pilotos de aeronaves de asa fixa e rotativa da Força Aérea Salvadorenha.

Silva e Ruy (2019), em artigo publicado na Revista *Educación Militar y Cultura*, da Força Armada de El Salvador, detalharam as contribuições da cooperação brasileira para a educação e adestramento militar. No ensaio são ressaltadas as seguintes contribuições: processo das cinco fases para planejamento de operações defensivas; realização de exercícios no terreno para os alunos de cursos de estado-maior; anteprojeto do manual do emprego da reserva em operações, atualmente em fase de análise; e planejamento logístico de uma brigada em operações.

Os últimos relatórios de militares brasileiros que participaram de missões em El Salvador pontuaram o prestígio e respeito adquirido pelo Brasil na região:

Em El Salvador, tive contato com militares de várias nacionalidades. Todos eles, unanimidade, destacam o EB como potência do continente americano, atrás somente dos EUA. Além do aspecto pessoal ser muito respeitado (o militar), nosso material de emprego militar é destaque no exterior (indústria nacional de defesa), destaque para o fuzil IA2, o Guarani e para o uniforme camuflado (marca do Brasil). Soma-se ao EB, as aeronaves adquiridas e produzidas pela nossa FAB e o submarino nuclear da MB (RUY, 2019).

O Brasil e o Exército Brasileiro gozam de destacado prestígio e respeito em El Salvador, sendo as principais datas festivas brasileiras recordadas pela Força Armada salvadorenha por meio de cartões de felicitações. Os assessoramentos dos militares do Exército Brasileiro são levados em conta e nossas exposições e palestras são bastante requisitadas (FERNANDES, 2019).

Entretanto, o integrante do Alto Comando salvadorenha afirmou que, muitas vezes, a cooperação brasileira é preterida pela norte-americana ou canadense, pois os custos de transporte, alimentação e hospedagem de pessoal são bancados por aqueles programas de cooperação, enquanto o acordo Brasil-El Salvador prevê que cada Estado cubra seus próprios gastos. Além disso, o oficial-general afirmou que buscar os países do Norte é comum entre os centro-americanos, em atividades de todos os setores da sociedade, mesmo que as semelhanças culturais com países da América Latina sejam mais marcantes:

Para nós centro-americanos, e também do México, é mais fácil se relacionar com Estados Unidos e Canadá [...] o fenômeno migratório em direção ao Norte é muito forte. Brasil e Chile apresentam atrativos, mas se tornou consuetudinário buscar o Norte, principalmente depois dos conflitos internos na década de 1980 [...] muitas famílias estão lá [...] a desigualdade econômica é um fator importante [...] busca-se estreitar a brecha indo para lá [...] é complicado [...] a atração é muito forte [...] ainda que seja mais fácil aprender o português que o inglês, talvez por desconhecer como é o Brasil, [os centro-americanos] preferem ir ao Norte.

Os EUA mantêm em sua embaixada na capital salvadorenha um grupo militar, liderado por um coronel, que conduz atividades de cooperação a fim de

fomentar a segurança e garantir a estabilidade na região, por meio do desenvolvimento de capacidades na Força Armada Salvadorenha, promoção de relacionamentos positivos e aconselhamento de líderes (EUA, 2020a). Cabe ressaltar, que os efetivos militares salvadorenhos estão empregados, permanentemente em operações de garantia da lei e da ordem, onde recebem a ajuda do grupo militar norte-americano.

Outro parceiro histórico no campo da defesa é o Chile. Em 1901, uma missão chilena foi enviada a El Salvador para implementar a Escola Militar⁴⁷ daquele país (CHILE, 2020). Mais recentemente, em 2013, El Salvador comprou dez aeronaves de ataque ao solo *Cessna A-37* da Força Aérea Chilena, preterindo a compra de aeronaves Super Tucano brasileiras (PADILHA, 2013). Atualmente, o Chile mantém um oficial como professor da *Escuela de Comando y Estado Mayor*, durante seis meses do ano, como parte de seu programa de cooperação em defesa com a América Central (CHILE, 2018).

Assim, pode-se concluir que a cooperação entre Brasil e El Salvador é muito forte no campo do intercâmbio de estudantes e instrutores, mas as demais atividades previstas no acordo bilateral são realizadas apenas eventualmente. Ainda assim, as autoridades militares salvadorenhas e o corpo diplomático brasileiro concordam sobre os resultados positivos alcançados, e destacam a marca deixada pelos brasileiros na Força Armada Salvadorenha, principalmente na doutrina militar terrestre e na metodologia de ensino empregada nas escolas militares, tudo fruto de mais de vinte anos de cooperação ininterrupta. Porém, alguns fatores diminuem a atração da cooperação brasileira frente à dos países do Norte, principalmente no aspecto político-econômico onde a forte presença norte-americana, e a realidade socioeconômica da sociedade salvadorenha impõem restrições a uma maior interação com o Brasil.

5.4 A COOPERAÇÃO BRASILEIRA COM A GUATEMALA

Em 2006, o Brasil assinou acordo de cooperação no âmbito da defesa, com a República da Guatemala. O acordo possui finalidades idênticas às do acordo firmado com os salvadorenhos. No entanto, entre as atividades a serem realizadas, o documento trouxe uma novidade: “facilitar a aquisição de equipamento e armamento

⁴⁷ A *Escuela Militar Capitán General Gerardo Barrios* é responsável pela formação dos oficiais das três forças singulares em El Salvador.

não letal relacionado com a defesa” (BRASIL, 2010b)⁴⁸. De fato, desde 2007, a exportação de armamentos e seus acessórios do Brasil para aquele país, incluindo-se os não letais, aumentou consideravelmente (tabela 4), ainda que os valores absolutos sejam pouco expressivos.

Tabela 4 – Exportação de armamento e seus acessórios para a Guatemala (em US\$)⁴⁹

Anos	Valor exportado
2007-2010	1.800
2011-2015	19.447
2016-2020	43.306

Fonte: Ministério da Economia (COMEX STAT, 2020).

De modo parecido com o que ocorre em El Salvador, na Guatemala o Brasil conta com uma representação nas instituições de ensino militar. Desde 1995, mais de sessenta militares brasileiros trabalharam junto ao *Comando Superior de Educación del Ejército* (COSEDE) (figura 2). Além disso, com financiamento da ABC, a Guatemala envia militares ao Brasil para estudar e treinar em instituições de ensino como: o Centro de Instrução de Guerra na Selva; a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército; a Academia da Força Aérea; e a Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica⁵⁰.

Para o Adido de Defesa, Aéreo e Naval da Guatemala no Brasil⁵¹, o ensino militar é a principal atividade desenvolvida entre os países, influenciando a doutrina de operações terrestres, bem como a metodologia do estudo da geopolítica e estratégia. A execução ininterrupta desse intercâmbio por mais de vinte anos permite, segundo o Embaixador João Luiz Pereira Pinto, que “praticamente todos os oficiais superiores guatemaltecos, em algum momento de suas carreiras, sejam treinados por um brasileiro” (PINTO, 2008). Corroborando o êxito da atividade, em 2016, o ministro da defesa guatemalteco solicitou ao seu homólogo brasileiro a ampliação da

⁴⁸ Sobre as atividades de cooperação em defesa relacionadas à aquisição de produtos bélicos, e sua coerência com o discurso oficial adotado pelo Estado brasileiro, seria importante uma pesquisa mais aprofundada, que não é objetivo deste trabalho de conclusão de curso.

⁴⁹ O fenômeno do aumento das exportações não é alvo dessa pesquisa, e merece estudo exclusivo e mais detalhado.

⁵⁰ Segundo base de dados da Agência Brasileira de Cooperação (ABC, 2012b).

⁵¹ O Coronel Alejandro Valentín Chang Barrios concedeu entrevista ao autor em 27 Jul 20.

representação brasileira nas escolas militares da Guatemala, com a participação de militares da FAB e da Marinha do Brasil⁵².

Figura 2 – Missão de cooperação brasileira na Guatemala



Fonte: Noticiário do Exército (EB, 2020a).

Em seu relatório de término de missão, o adido militar do Brasil na Guatemala⁵³ identificou um bom relacionamento profissional dos brasileiros com os militares locais, bem como a imagem positiva do Brasil entre a sociedade guatemalteca:

O Exército Brasileiro (EB) e o Brasil possuem uma excelente imagem no país sede da missão, pois durante todo o tempo da missão, por inúmeras vezes escutei observações positivas de militares guatemaltecos de todos os círculos sobre o Exército Brasileiro e sua capacidade operacional, bem como a credibilidade do EB no cenário internacional, além da marcante presença dos militares brasileiros na Guatemala por mais de duas décadas de missão de cooperação. [...] No que tange a imagem do Brasil entre o povo guatemalteco, essa é também considerada excelente. Por diversas vezes nos deslocamentos entre o trabalho e a residência recebi cumprimentos e felicitações pela presença do nosso país na Guatemala, bem como comentários de maneira informal sobre a importante posição estratégica do nosso país no cenário mundial e sobre a imagem alegre e amistosa que o Brasil possui internacionalmente (GURGEL, 2020).

Mas o adido militar guatemalteco ressaltou que há oportunidades de melhoria na cooperação realizada atualmente pois, ainda que o Brasil ofereça mais de trezentas vagas por ano para a realização de cursos no país, a Guatemala deixa de aproveitar as oportunidades, pois o orçamento de defesa não comporta esse investimento. Assim, quando não há financiamento da ABC ou de outras instituições, as vagas são desperdiçadas. Além disso, o oficial da Guatemala defende que os brasileiros também poderiam realizar reuniões bilaterais, especialmente para tratar de

⁵² Notícia veiculada pelo Ministério da Defesa (BRASIL, 2020b).

⁵³ O Brasil possui uma aditância de Defesa e do Exército na Guatemala, é a única representação de defesa do país na América Central, ainda que, em todos os países, funcionem embaixadas brasileiras.

assuntos de inteligência e operações de paz. Por fim, relatou compreender que o Brasil se volte preferencialmente para a América do Sul devido aos fatores geopolíticos, entretanto, acredita que para potencializar sua liderança regional, mais aportes deveriam ser realizados na América Central.

Entre 2018 e 2019, o governo da Guatemala realizou reuniões bilaterais para tratar do campo da defesa com o México (seis vezes), Colômbia (uma vez) e Taiwan (uma vez) (GUATEMALA, 2019). Com o México, é executada uma forte cooperação para o combate aos ilícitos transfronteiriços, que incluem patrulhas combinadas realizadas pelas forças militares e intercâmbio de informações de inteligência (GUATEMALA, 2019). A Colômbia, apesar de não fazer fronteira com a Guatemala, também coopera na área de inteligência, com foco no combate ao tráfico de drogas⁵⁴, além de manter um instrutor⁵⁵ no COSEDE. Cabe destacar, que os efetivos militares da Guatemala também estão empregados, permanentemente, em operações de garantia da lei e da ordem, reforçando os efetivos policiais.

Outro país que coopera com a Guatemala é o Chile, que envia, regularmente, por períodos de um a três meses ao ano, instrutores de intercâmbio ao COSEDE, às tropas de engenharia, e tropas de montanha daquele país (CHILE, 2017).

Um aspecto digno de nota é que o Brasil não executa ações de apoio direto às operações militares na Guatemala, diferente dos Estados Unidos, que, pelo forte interesse geopolítico na América Central - segundo o adido militar da Guatemala no Brasil - aporta muitos produtos de defesa e treinamento militar a fim de combater o tráfico de armas, drogas e pessoas. Essas atividades são conduzidas pelo grupo militar da embaixada dos EUA na Guatemala, que tem os objetivos de: aumentar o profissionalismo das forças militares guatemaltecas; incrementar a cooperação regional, trabalhando com as forças militares locais, organizações não-governamentais e agências multinacionais; e desenvolver a interoperabilidade entre as forças militares da Guatemala e dos Estados Unidos (EUA, 2020b).

Dessa forma, pode-se inferir que a cooperação entre Brasil e Guatemala se restringe, quase que exclusivamente ao intercâmbio de estudantes e instrutores. Essa atividade atinge resultados satisfatórios, com aspectos positivos ressaltados pelo

⁵⁴ Notícia veiculada pela Agência Guatemalteca de Notícias (LARIOS, 2020).

⁵⁵ Ao contrário dos instrutores brasileiros, que permanecem fixos no COSEDE, o instrutor colombiano participa apenas de atividades eventuais, cumprindo suas tarefas na embaixada de seu país.

corpo diplomático brasileiro e guatemalteco, que identificam a influência exercida na doutrina militar do país centro-americano, devido à permanência da missão brasileira no país por mais de vinte anos ininterruptos. Por outro lado, existe espaço para intensificar essa relação, inclusive em áreas em que o Brasil possui destaque internacional, como a preparação para missões de paz e a engenharia militar. Também não se pode deixar de considerar as dificuldades causadas pelo fator econômico, que impedem o financiamento de mais ações.

5.5 A COOPERAÇÃO BRASILEIRA COM HONDURAS

Em meio ao avanço brasileiro na direção do istmo centro-americano, o Brasil também assinou um acordo de cooperação no âmbito da defesa com Honduras (BRASIL, 2015a). Estabelecido em 2007, o documento prevê a realização das mesmas atividades desenvolvidas com El Salvador e Guatemala. No campo das visitas de delegações de alto nível a instituições civis e militares, em 2018, o ministro da Defesa de Honduras visitou as instalações da Embraer e de outras empresas de defesa no estado de São Paulo⁵⁶. As reuniões entre Ministros da Defesa também aconteceram eventualmente. Em 2012, o Ministro Celso Amorim e seu correspondente hondurenho em visita oficial ao Brasil, iniciaram tratativas para modernização de seis aeronaves EMB-312 Tucano (adquiridas em 1984), e a compra de duas aeronaves EMB-314 Super Tucano (KRAWCTSCHUK, 2015). Em 2018, o Ministro Silva e Luna recebeu seu homólogo hondurenho em Brasília (figura 3). O tema central do encontro foi o incremento da cooperação e do intercâmbio entre Brasil e Honduras⁵⁷.

A atividade de intercâmbio de instrutores e alunos com Honduras acontece desde 1995, principalmente com pessoal da Força Aérea e Exército. No entanto, diferente do que acontece em El Salvador e na Guatemala, o Brasil não estabeleceu uma representação de ensino mais robusta no país, mantendo apenas instrutores em missões individuais⁵⁸. O Embaixador Zenik Krawchtschuk afirmou que, entre 2009 e

⁵⁶ Notícia veiculada pelo Ministério da Defesa (BRASIL, 2020b).

⁵⁷ Notícia veiculada pelo Ministério da Defesa (BRASIL, 2020b).

⁵⁸ As representações de instrução militar brasileira em El Salvador e na Guatemala foram estabelecidas no contexto das missões de paz sob a égide da ONU naqueles países, com participação de observadores militares brasileiros. Como não houve conflito civil em Honduras que demandasse o desdobramento de forças de paz no mesmo período, é provável que não tenha sido visualizada pelo Estado brasileiro a necessidade de estabelecer missão semelhante naquele país.

2011, as ações de cooperação em defesa foram interrompidas pela suspensão das relações diplomáticas entre Brasil e Honduras, mas, em 2012, o intercâmbio foi retomado, com a designação de um oficial do Exército Brasileiro como instrutor da *Escuela de Comando y Estado Mayor* (KRAWCTSCHUK, 2015).

Figura 3 – Visita do ministro da defesa hondurenho ao Brasil



Fonte: Ministério da Defesa (BRASIL, 2020b).

Em seu relatório por término de missão em Honduras, um oficial brasileiro identificou os resultados positivos obtidos pela missão brasileira no país, ainda que aspectos negativos do Estado brasileiro seja ressaltado nas mídias locais:

O Exército Brasileiro goza de um alto conceito. Por exemplo, todos os militares hondurenhos que fizeram curso no Brasil reafirmaram essa premissa em todas as oportunidades. Nas avaliações dos alunos da ECEME de Honduras⁵⁹, historicamente, os instrutores brasileiros são lembrados pelo alto padrão e profissionalismo, materializado pelo histórico do alto conceito de instrutor nos diferentes anos. O Brasil é reconhecido como um grande país, entretanto os atos de corrupção são lembrados nas mídias locais (MACIEL, 2019).

Para um oficial da Diretoria de Orçamento das Forças Armadas de Honduras⁶⁰, a formação de militares daquele país nas academias militares brasileiras, em especial a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e a Academia da Força Aérea (AFA), tem um efeito multiplicador de profissionalismo e comprometimento no seio da oficialidade hondurenha:

⁵⁹ *Escuela de Comando y Estado Mayor de las Fuerzas Armadas*, localizada em Tegucigalpa, Honduras.

⁶⁰ O Tenente-Coronel Fabrício Daniel Cárcamo Vega concedeu entrevista ao autor em 14 Jul 20.

Se nós tivéssemos mais oficiais graduados nas Agulhas Negras, estou seguro de que poderíamos absorver mais rápido o grau de profissionalismo [...] se dos oitenta oficiais que se formam aqui, a cada ano, quatro viessem das Agulhas Negras, o efeito multiplicador desse profissionalismo nos ajudaria muito [...] Estou convencido de que isso nos ajudaria muito, além de fortalecer os laços de cooperação.

O mesmo oficial relatou que o fator econômico dificulta, sobremaneira, o desenvolvimento de atividades de cooperação, principalmente o programa de modernização de aeronaves EMB-312 Tucano, e de aquisição e manutenção de aeronaves EMB-314 Super Tucano para a Força Aérea Hondurenha. Cabe ressaltar, que da mesma forma que acontece nos acordos de cooperação com a Guatemala e El Salvador, cada parte é responsável pelos custos de transporte, hospedagem e alimentação de seu pessoal. Assim, quando não há financiamento externo desses gastos, os hondurenhos tendem a preferir as atividades com países do Norte, que cobrem a totalidade dos custos.

Assim como o Brasil, outros países do Sul cooperam com Honduras no âmbito da defesa, como o México, onde cerca de trinta militares hondurenhos realizaram capacitação em diferentes áreas em 2018⁶¹; e o Chile, que envia um instrutor de intercâmbio à *Escuela de Comando y Estado Mayor* por um período de seis meses a cada ano (CHILE, 2018).

Já entre os países do Norte, a Espanha mantém um acordo de intercâmbio e emprego de Unidades Militares de Emergência, para socorro em caso de desastres naturais⁶². Os EUA, como nos demais países da América Central, mantêm um grupo militar em sua embaixada local, com objetivo de implementar as políticas de defesa do EUA em Honduras; prover equipamento militar, capacitação e serviços às Forças Armadas de Honduras; e apoiar os esforços locais na luta contra as redes criminais transnacionais (EUA, 2020c).

Dessa maneira, depreende-se que a cooperação entre Brasil e Honduras é realizada, basicamente, por meio de intercâmbio de alunos e instrutores. A representação brasileira no país é composta por apenas um oficial, enquanto nos vizinhos Guatemala e El Salvador o número chega até cinco militares em missão permanente. Existe, ainda, um histórico de interesse hondurenho na aquisição, modernização e manutenção de aeronaves de ataque brasileiras, e no aumento de

⁶¹ Notícia veiculada pela Secretaria de Defesa Nacional de Honduras (HONDURAS, 2020b).

⁶² Notícia veiculada pela Secretaria de Defesa Nacional de Honduras (HONDURAS, 2020b).

vagas, preferencialmente financiadas, para a realização de cursos de formação de oficiais no Brasil. O fator financeiro é um obstáculo à ampliação das atividades, prejudicando o Brasil na concorrência com os países do Norte, com economias mais robustas, e com os países do Sul, que pela proximidade geográfica, podem financiar ações com menor custo. Apesar disso, o Brasil destaca-se pela permanência, exclusiva, de um instrutor, enquanto os demais interagem apenas eventualmente.

5.6 A COOPERAÇÃO BRASILEIRA COM A NICARÁGUA

As atividades de cooperação em Defesa entre Brasil e Nicarágua são incipientes, e não existe acordo firmado entre os países nesse campo. Mesmo no período de maior aproximação entre os países, entre 2003 e 2016, não se identificou nenhuma grande iniciativa de cooperação no âmbito da defesa. Em discurso proferido pelo Presidente Lula da Silva, por ocasião da visita do Presidente Daniel Ortega, em 2010, cujo tema principal foi a cooperação Sul-Sul, em nenhum momento foi citado o campo da defesa⁶³. Os países não mantêm adidos militares em suas respectivas embaixadas e apenas iniciativas isoladas foram executadas, como o intercâmbio eventual de estudantes nas escolas militares, e a participação em exercícios combinados internacionais (BRASIL, 2016a). Destaca-se, também, o curso de português para militares nicaraguenses, que teve início em 2013, ministrado pelo Centro Cultural Brasil-Nicarágua, uma das principais instituições de promoção da língua portuguesa em Manágua, a capital do país⁶⁴.

Após desempenhar a função de instrutor na Escola Superior de Estado-Maior do Exército da Nicarágua, durante um ano, um oficial brasileiro relatou a seguinte impressão:

A imagem do EB junto ao Exército da Nicarágua e no país de uma maneira geral é muito positiva. Isso devido a participação de militares Brasileiros na missão de desminagem conduzida pela OEA na Nicarágua e, também, ao trabalho e desempenho dos Oficiais em Missão de Instrutor e Missão de Alunos na Escola Superior de Estado Maior entre os anos de 2012 e 2019, totalizando 13 Oficiais (COSTA JUNIOR, 2020).

No país, identifica-se uma forte cooperação da Rússia, que remonta aos anos 1980. Entre as atividades desenvolvidas por russos e nicaraguenses pode-se

⁶³ Texto completo disponível na Biblioteca da Presidência da República (BRASIL, 2020a).

⁶⁴ Notícia veiculada pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE, 2020a).

ressaltar: a visita de altas autoridades russas a Manágua, como o Presidente Putin, em 2014, e o Ministro da Defesa Serguéi Shoigú, em 2015; a aquisição de cinquenta blindados T-72B1; e a manifestação de que a Rússia vai garantir a integridade territorial e segurança do país centro-americano, no contexto do combate às ameaças do narcotráfico e do crime organizado⁶⁵.

O grupo militar da embaixada dos EUA também executa ações de cooperação, mas de maneira mais tímida, se comparado a outros países centro-americanos, limitando-se a manter as relações abertas em prol de reforçar as missões das forças militares em uma democracia, com respeito ao estado de direito e a subordinação a uma autoridade civil (EUA, 2020d). Canadá, França, Reino Unido e Espanha também mantêm programas de intercâmbio, assim como alguns países do Sul, como México, Cuba e Chile (NICARÁGUA, 2020). Entretanto, todas as iniciativas se limitam a atividades eventuais.

Desse modo, pode-se depreender que a forte presença russa junto à Nicarágua afasta o Brasil - e outras nações - de maiores pretensões no campo da cooperação em defesa com aquele país. Tal fato decorre de fatores como: a dificuldade para competir com a Rússia no campo da indústria de defesa, pois, além de ser um dos cinco maiores fornecedores de produtos de defesa do mundo, o governo russo desenvolve uma forte política de venda de material bélico por meio da *Rosoboronexport State Corporation*⁶⁶ (LEITE; STUDART, 2018); o histórico de tensões nas relações entre Brasil e Nicarágua nos últimos quarenta anos, que pode dificultar a negociação de qualquer acordo mais amplo; e a oposição ideológica entre os atuais governos, que deve inviabilizar qualquer aproximação a curto prazo em campo tão sensível quanto a defesa.

5.7 A COOPERAÇÃO BRASILEIRA COM O PANAMÁ

As forças de segurança e defesa no Panamá possuem organização distinta dos demais países da América Latina. Após a extinção das Forças Armadas em 1994, foi criada uma Força Pública, subordinada ao Ministério da Segurança Pública,

⁶⁵ Dados da Mensagem Presidencial nº 606 ao Senado Federal (BRASIL, 2016c).

⁶⁶ Empresa estatal, constituída por meio de sociedade por ações aberta, cujo capital majoritário pertence ao governo russo. Única instituição autorizada a intermediar exportações de equipamento militar no país (LEITE; STUDART, 2018).

formada por um Serviço Aeronaval, um Serviço Nacional de Fronteiras, e uma Polícia Nacional. Sua estrutura e atividades se assemelham com algumas das realizadas pelas Forças Armadas na América Latina, incluindo as técnicas, táticas e procedimentos operacionais (DONADIO; KUSSROW, 2016; MACIEIRA, 2018).

O Brasil não possui acordo de cooperação em defesa com o Panamá. Ainda assim, algumas iniciativas de cooperação são desenvolvidas. Segundo o Adido de Defesa, Aéreo e Naval do Panamá no Brasil⁶⁷, a Força Aérea Panamenha foi criada, em 1969, com assessoria e treinamento de pessoal realizados pela FAB. Desde então, vários oficiais das antigas instituições militares, e da atual Força Pública, foram formados nas academias militares brasileiras. Atualmente, quatro cadetes panamenhos estudam na AMAN, e outros quatro alunos na Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante (EFOMM). De 2001 a 2011, o Panamá foi o país centro-americano que mais enviou pessoal ao Brasil para capacitação profissional militar, e o país participa ativamente de exercícios combinados com as forças militares do continente americano. Ainda assim, o representante das forças de segurança panamenhas acredita que as atividades de cooperação poderiam ser ampliadas, incluindo-se a troca de informações entre os sistemas de inteligência, o intercâmbio de treinamento de forças especiais, bem como a implementação de programas integrados de logística de produtos de defesa.

De maneira parecida ao que ocorre na Guatemala e El Salvador, pelo forte interesse na região do canal de Panamá, os Estados Unidos aportam treinamento, equipamento e inteligência para o combate aos ilícitos transfronteiriços⁶⁸. A Colômbia também mantém um acordo de cooperação em defesa, firmado em 2019, que inclui atividades ligadas à: luta contra o tráfico de drogas; luta contra o terrorismo; defesa cibernética; controle fronteiriço, indústria de defesa, ciência, tecnologia e inovação; desenvolvimento de operações combinadas; e capacitação e treinamento de recursos humanos (COLÔMBIA; PANAMÁ, 2019).

Para o Embaixador Flávio Helmold Macieira (2018), o fator estratégico representado pela propriedade e exploração do canal interoceânico reflete a necessidade da abertura de uma aditância de defesa no Panamá, a fim de um melhor

⁶⁷ O Coronel Jeremías Guillermo Urieta Quintero concedeu entrevista ao autor em 28 Jul 20.

⁶⁸ Informação prestada pelo Adido de Defesa do Panamá no Brasil. De maneira distinta ao que ocorreu na pesquisa das embaixadas dos EUA sediadas em outros países centro-americanos, não estão disponíveis no sítio eletrônico da embaixada no Panamá, os objetivos e ações do escritório de cooperação em defesa (grupo militar).

acompanhamento da situação local. Corrobora essa necessidade a tradição brasileira de reciprocidade nas Relações Internacionais, já que, em 2019, foi estabelecida uma aditância de defesa na embaixada do Panamá em Brasília⁶⁹. Esse movimento pressupõe a intenção panamenha de aproximar-se do Brasil no campo da defesa, ampliando as discussões em torno desse tema. Além disso, o Panamá possui o maior produto interno bruto *per capita* da América Latina, permitindo que seu orçamento com a segurança, que inclui a proteção de suas fronteiras e outras atividades classificadas como defesa, crescesse 236% de 2008 a 2016 (DONADIO; KUSSROW, 2016), aumentando as possibilidades de cooperação.

Logo, identificam-se condições político-econômicas favoráveis para o estreitamento dos laços entre Brasil e Panamá, no campo da defesa, a curto e médio prazo. A cooperação que hoje é eventual, e calcada quase somente na formação de oficiais panamenhos nas escolas militares brasileiras, pode ser ampliada, aumentando a projeção e influência brasileira nas instituições de defesa daquele país.

⁶⁹ Informação prestada pelo adido de defesa do Panamá no Brasil.

6 A PERCEPÇÃO DOS OFICIAIS CENTRO-AMERICANOS SOBRE OS MILITARES BRASILEIROS

Com base no que foi analisado anteriormente, este capítulo objetiva explorar como a cooperação do Brasil impacta a percepção dos oficiais das Forças Armadas dos países da América Central sobre os militares brasileiros, que é a segunda parte da pergunta de pesquisa deste trabalho. Por meio de análises temáticas foram identificadas as características dos oficiais brasileiros que, na percepção dos centro-americanos, dificultam ou facilitam as atividades de cooperação. Na primeira seção, verifica-se que as características facilitadoras estão ligadas à empatia e à sociabilidade dos brasileiros, indo ao encontro de estudos realizados anteriormente sobre o tema, como os de Duarte (2019), Scheyerl e Siqueira (2008). Na segunda seção, a análise das características que dificultam a cooperação trouxe à tona a diferença idiomática entre o Brasil e os países da América Central. Em seguida, a terceira seção traz como principal diferença entre a cooperação em defesa brasileira e a prestada pelos demais países, o sistema de seleção do pessoal. Por fim, analisa-se na quarta seção a característica dos oficiais brasileiros mais citada pelos centro-americanos durante a pesquisa de campo – o profissionalismo – com a finalidade de identificar a razão desse evento.

6.1 AS CARACTERÍSTICAS DOS BRASILEIROS QUE FACILITAM A COOPERAÇÃO

Durante as entrevistas, os oficiais estrangeiros foram questionados sobre quais as características dos brasileiros que facilitam as atividades de cooperação em defesa. Segundo Scheyerl e Siqueira (2008, p. 384), a alegria e a afetividade são traços identitários do povo brasileiro normalmente evocados pelos estrangeiros, e as respostas dos entrevistados, realmente, orbitaram em torno desses conceitos.

Para o oficial-general salvadorenho entrevistado: “*ter um brasileiro no grupo é sempre bom*”; a “*amizade desenvolvida entre brasileiros e salvadorenhos é muito forte*”; e “*eles se acoplam muito bem*” às escolas militares em El Salvador. Foram destacadas, ainda, as seguintes características: versatilidade⁷⁰, alegria⁷¹ e caráter

⁷⁰ Capacidade de adaptar-se com facilidade e rapidez a diversas funções (RAE, 2020a).

⁷¹ Sentimento grato e vivo que costuma se manifestar com sinais explícitos (RAE, 2020a).

humano⁷². A major salvadorenha declarou sobre os militares brasileiros: “*sua abertura conosco cria laços de confiança e amizade [...] e, sobretudo, sua humildade, apesar de serem uma potência, é admirável*”.

Já o tenente-coronel das Forças Armadas de Honduras declarou que “*a relação entre os brasileiros e os hondurenhos é fluida⁷³, pois os brasileiros demonstram empatia⁷⁴ e sociabilidade⁷⁵ [...] participam de práticas desportivas, bate-papos e reuniões sociais*”. Ele ressaltou, ainda, que “*os oficiais brasileiros permanecem na escola como se fossem hondurenhos [...] passam mais tempo com os alunos do que em suas próprias residências.*”

O adido militar do Panamá no Brasil enfatizou a cultura latina comum - alimentação baseada em arroz, feijão e proteínas, as festas populares e a religião cristã predominante – como um aspecto facilitador das atividades: “*culturalmente, apesar da distância física, temos muitas semelhanças [...] religião, comida, futebol, carnaval, mar, praias, cerveja [...] muitas coisas nos fazem parecidos.*” Essa percepção também foi notada na resposta do adido militar da Guatemala: “*facilita que praticamente somos da mesma região [...] os mesmos costumes [...] riscos e ameaças comuns, pois estamos na mesma região*”. É muito provável que as semelhanças citadas entre brasileiros e centro-americanos contribuam para que os brasileiros demonstrem a empatia - citada pelo tenente-coronel hondurenho - buscando identificar-se com os problemas e desenvolver soluções mais próximas às capacidades locais.

As respostas se aproximaram dos resultados obtidos em pesquisas anteriores, realizadas com entrevistados originários de países distintos dos estudados neste trabalho. Duarte (2019, p. 185) levantou que os moçambicanos gostam de trabalhar com os brasileiros, pois é comum o surgimento de vínculos pessoais entre eles. Tal fato decorreria das características brasileiras de frequentar, juntamente com a população nativa, bares, restaurantes e eventos culturais locais, facilitando a construção de relacionamentos pessoais e a melhoria do ambiente de trabalho. Scheyerl e Siqueira (2008, p. 383-384) identificaram nas respostas de entrevistados

⁷² Conjunto de qualidades ou circunstâncias próprias de uma pessoa ou coletividade, que envolvem compreensão e sensibilidade aos acontecimentos alheios (RAE, 2020a).

⁷³ Corrente e fácil (RAE, 2020a).

⁷⁴ Capacidade de se identificar com alguém, e compartilhar de seus sentimentos (RAE, 2020a).

⁷⁵ Naturalmente inclinado ao trato e relação com as pessoas, ou que gosta disso (RAE, 2020a).

da Ásia, Europa, América do Norte e América do Sul os seguintes adjetivos para caracterizar o Brasil e os brasileiros: país da alegria; país de um povo misturado, afetivo, caloroso, paciente e que gosta de compartilhar; pessoas mais felizes; povo aberto aos estrangeiros que gosta de festas e praia; facilidade de acolher o estrangeiro e dele se aproximar. Também nas operações de paz das Nações Unidas, “os soldados e oficiais brasileiros são amplamente respeitados e reconhecidos [...] pela facilidade com que lidam com as populações locais (NEIVA; TELES, 2019).

Todas as características identificadas pelos estrangeiros já foram levantadas anteriormente em estudos sobre a formação do povo brasileiro. Em *Casa Grande e Senzala*, Gilberto Freyre (2003), afirma que a capacidade de se misturar ao povo nativo, independentemente da cor da pele e religião é uma característica intrínseca do povo do Brasil, herdada do colonizador português que se aventurou nas grandes navegações para alcançar a costa brasileira. Segundo Prado (2016, p. 7) a obra, escrita inicialmente em 1933, possui como grande diferencial “a inserção de não só aspectos públicos, mas também privados da vida cotidiana, revelando hábitos dos senhores, do patriarca e sua família, dos escravos e escravas, assim desvendando a trama social da época”. Melo (2009, p. 282) relata que, por apresentar a formação do povo brasileiro sob a ótica da classe e gênero, a obra de Freyre, a partir de 1970, “foi duramente criticada por intelectuais como Dante Moreira Leite, Carlos Guilherme Mota e Maria Alice Medeiros. Para eles, a história escrita por Freyre era tendenciosa e de pouco valor explicativo”. Em sentido oposto, o antropólogo Darcy Ribeiro considerava, também na década de 1970, a obra de Gilberto Freyre o “livro mais importante já escrito na cultura brasileira” (MELO, 2009, p. 281), ainda que houvesse uma ambiguidade entre as ideias conservadoras e liberais apresentadas concomitantemente. Fazendo coro com as ideias de Freyre, Darcy Ribeiro (2006) considera o brasileiro um dos povos “mais integrados socialmente da Terra”.

Já Sérgio Buarque de Holanda (1995) caracterizou o brasileiro como um homem cordial, e afirmou que a hospitalidade e generosidade, tão elogiadas pelos estrangeiros, traduzem “um traço definido do caráter brasileiro”. Melo (2009, p. 290) explica melhor o conceito de homem cordial utilizando-se da etimologia da palavra: “cordial vem de *cordis*, que quer dizer coração em latim. O homem cordial seria aquele que age pelo coração, ou guiado pela emotividade”. Ainda sobre o trabalho de Holanda, Scheyerl e Siqueira (2008, p. 379) apoiam suas ideias da seguinte maneira: “em um país que se originou da mistura dessas etnias, a tolerância tinha de surgir

como um sentimento espontâneo”. O Ministério da Defesa, em sintonia com as obras de Freyre (2003) e Holanda (1995), emprega o discurso da sociabilidade brasileira, ressaltando que “essa vocação para a convivência harmônica, tanto interna como externa, é parte da identidade nacional e um valor a ser preservado pelo povo brasileiro” (BRASIL, 2017b).

Assim, a partir das respostas apresentadas pelos entrevistados, corroboradas com pesquisas de campo de outros trabalhos, e com estudos sociais e antropológicos, pode-se afirmar que algumas características comuns aos brasileiros - como a facilidade de integrar-se aos estrangeiros - favorecem a interação multicultural nas atividades de cooperação em defesa, e devem ser exploradas.

6.2 AS CARACTERÍSTICAS DOS BRASILEIROS QUE DIFICULTAM A COOPERAÇÃO

Em atividades internacionais, a atitude isolada de alguns indivíduos pode comprometer ou prejudicar a imagem do Brasil. Durante as entrevistas, os oficiais estrangeiros foram questionados sobre quais as características dos brasileiros dificultam as atividades de cooperação em defesa. Dos seis entrevistados, apenas um oficial guatemalteco foi mais incisivo na resposta à pergunta. Ele informou que notou uma certa soberba no grupo de brasileiros com quem trabalhou em seu país. Essa percepção se materializava no fato de que os brasileiros não utilizavam o refeitório da organização militar onde desenvolviam as ações de cooperação, ao contrário de todos os demais que ali trabalhavam, buscando outros locais para realizar suas refeições.

Não compartilhar os mesmos espaços que os nativos em uma atividade de cooperação pode ser compreendida como soberba, dificultando a interação entre o pessoal envolvido. Duarte (2019, p. 185) levantou que alguns moçambicanos, envolvidos em projetos de cooperação britânicos em seu país, expressaram desconforto durante as viagens de trabalho pois, “enquanto os britânicos dormem em hotéis mais caros, funcionários moçambicanos são deixados para dormir em outros mais baratos”. Isso demonstra que comportamentos simples podem aumentar as distâncias e dificultar a incorporação de ideias e valores, refletindo negativamente na imagem da cooperação brasileira no exterior.

Ainda respondendo sobre as características dos brasileiros que dificultam as atividades de cooperação em defesa, quatro dos seis entrevistados citaram a

questão da diferença de idiomas. Interessante salientar que, após apontar o problema, alguns tentaram diminuir a importância do tema: “*apesar da barreira do idioma, eles conseguem rapidamente se fazer entender*”; ou ainda, “*existe algo que dificulta, mas não é um obstáculo, o idioma*”. A maioria dos entrevistados apontou uma dificuldade de comunicação, pelo menos inicialmente, causada pela baixa fluência no idioma espanhol. Apesar dessa confluência por parte dos militares da América Central, os brasileiros parecem não identificar essa dificuldade de comunicação. Dos cinco relatórios apresentados entre 2018 e 2020, apenas um citou dificuldades com o idioma, sugerindo um aprofundamento do estudo da língua espanhola antes do embarque para a missão (RUY, 2019). Em contrapartida, também foi citado pelos entrevistados que o obstáculo era superado pelos brasileiros com o passar do tempo.

Outro detalhe importante foi citado pelo adido militar guatemalteco: “*o Brasil utiliza o [idioma] português [...] é o único país latino-americano que não fala espanhol*”. Essa afirmação pode ser interpretada como um preconceito ou exclusão do Brasil em relação à América Latina, ocasionada, possivelmente, pela maneira com que o país se moldou como nação, distinta das ex-colônias espanholas no continente americano. No entanto, em pesquisa sobre a opinião pública e política externa na América Latina⁷⁶, os pesquisadores encontraram resultados que demonstram o contrário: “[O] Brasil goza de uma ampla aprovação e boa imagem entre os latino-americanos, que, inconfundivelmente, reconhecem sua crescente influência internacional e capacidade de liderança” (GONZÁLES; SCHIAVON; CROW; MALDONADO, 2011, p. 14).

Por outro lado, a opinião dos brasileiros sobre seu pertencimento à América Latina é muito incoerente, segundo pesquisa realizada entre 2010-2011 e 2014-2016⁷⁷. Enquanto não se reconhecem como latino-americanos (menos de 7%), ou mesmo sul-americanos (menos de 2%), a grande maioria da população considera que o Brasil deveria representar a América Latina no Conselho de Segurança das Nações Unidas, caso este fosse reformado (USP; CEBRAP, 2016, p. 19-20). Os dados baixíssimos são mais acentuados quando comparados às respostas obtidas na Colômbia, onde 49% da população se reconhece como latino-americana, ou no México, com 51% (GONZÁLES; SCHIAVON; CROW; MALDONADO, 2011, p. 48).

⁷⁶ Pesquisa conduzida pelo *Centro de Investigación y Docencia Económicas*, em 2010-2011, no México, Equador, Peru, Colômbia e Brasil.

⁷⁷ Pesquisa conduzida pelo Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP) juntamente com o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP).

Estudo realizado na Academia da Força Aérea Brasileira demonstrou que a sensibilidade dos cadetes à importância do componente linguístico-cultural-identitário compartilhado, e sua relevância para a geopolítica na América Latina, é muito frágil (MACHADO, 2016), deixando claro que os jovens militares brasileiros também tem dificuldade em se reconhecer como latino-americanos.

Retornando à temática das diferenças idiomáticas, é importante estabelecer que a comunicação sob código linguístico comum exerce papel de aproximação entre as culturas, facilitando o diálogo e a integração entre os militares de diferentes nações (MACHADO, 2019), e a falha nessa interação pode causar sobressaltos desnecessários, como ressalta McCann (2009, p. 270), em comentário sobre a Missão Militar Francesa no Brasil:

Para chegar à perfeição, no entanto, os oficiais brasileiros tinham de saber francês, já que seus instrutores importados não falavam português [...] alguns oficiais brasileiros irritaram-se por ter de usar uma língua estrangeira em seu próprio país, e ainda por cima em suas próprias escolas [...]

Outros trabalhos já levantaram a barreira idiomática como fator dificultador da cooperação internacional em defesa prestada pelo Brasil (CUNHA, 2017; SEABRA, 2014). Esse problema transcende a cooperação em defesa e as instituições militares. Cerca de 88% dos brasileiros nunca viajaram para fora do Brasil, e 94% não falam uma língua estrangeira (GONZÁLES; SCHIAVON; CROW; MALDONADO, 2011, p. 17). Para melhorar a comunicação de seu pessoal em missões no exterior, o Exército tornou obrigatória a realização de um Estágio Intensivo de Idiomas como preparação individual para atividades internacionais. Trata-se de uma atividade conduzida pelo Centro de Idiomas do Exército (CIdEx), com duração de 9 (nove) semanas, na modalidade presencial, para desenvolver, em um curto espaço de tempo, o ensino dos idiomas, visando ao aperfeiçoamento das habilidades linguísticas do pessoal selecionado para missões internacionais (EB, 2018). Cabe ressaltar, que é condição obrigatória para designação a missões internacionais, que o militar do Exército possua proficiência linguística no idioma do local onde desempenhará seus trabalhos. Esse conhecimento deve ser comprovado por testes internos, aplicados pelo Centro de Idiomas do Exército, ou apresentação de diplomas de instituições de ensino

reconhecidas internacionalmente, como o Instituto Cervantes⁷⁸, no caso do idioma espanhol.

Assim, verifica-se que as instituições militares estão buscando aperfeiçoar o treinamento do pessoal que participa de atividades internacionais, onde se inclui a cooperação em defesa, a fim de evitar que o idioma se torne um componente desagregador. Desse modo, visualiza-se a mitigação dessa dificuldade inicial apresentada pelos brasileiros com o idioma - na percepção dos entrevistados - facilitando a execução dos projetos de cooperação.

6.3 COMPARAÇÃO ENTRE OS MILITARES BRASILEIROS E OS MILITARES DOS DEMAIS PAÍSES QUE COOPERAM NA AMÉRICA CENTRAL

Durante a realização das entrevistas, os militares centro-americanos foram perguntados sobre as diferenças entre a cooperação em defesa desenvolvida com o Brasil, e aquela realizada com os demais países, do Norte e do Sul. Todos os entrevistados acabaram respondendo, também, sobre as diferenças entre os indivíduos envolvidos na cooperação. Essas informações acabaram por agregar mais dados ao presente trabalho, os quais são analisados na presente seção.

O tenente-coronel hondurenho declarou que a fluidez das relações com os brasileiros é melhor que a desenvolvida com militares dos EUA, Canadá e México, pois estes *“não participam dos bate-papos, conversas informais, reuniões sociais [...] dessa educação informal, dessa transmissão de experiências”*. A major salvadorenha declarou sobre os militares brasileiros: *“sua abertura conosco cria laços de confiança e amizade, o que, no lado pessoal, os distingue dos militares de outros países [...] como do Chile, pois eles não costumam dar muita abertura e são menos amigáveis”*. Esse destaque, sobretudo em meio a outros latino-americanos - que são conhecidos pela hospitalidade e alegria - ressalta as características de empatia e sociabilidade levantadas na seção 6.1, constituindo uma vantagem da cooperação brasileira sobre as dos países do Norte e Sul.

A maneira como são selecionados os militares brasileiros que participam das missões de cooperação também foi motivo de destaque para o tenente-coronel

⁷⁸ O Instituto Cervantes é a instituição pública criada no Reino da Espanha, em 1991, para promover universalmente o ensino, o estudo e o uso do idioma espanhol, e contribuir para a difusão da cultura hispânica no exterior.

hondurenho, singularizando os militares do Brasil frente aos oriundos da Venezuela, Colômbia, República Dominicana e Chile:

[O Brasil] envia às escolas, como instrutores, oficiais com futuro, que se entregam à missão porque isso vai agregar a seus currículos para, posteriormente, chegar ao Brasil e seguir escalando em suas carreiras. [...] Outros países como Venezuela, Colômbia, República Dominicana e Chile mandam oficiais [no posto de] coronéis que já não tem perspectiva em suas forças armadas, antes de sua passagem para a reserva, como uma saída. Não são maus oficiais, são muito bons, mas, em geral, já não tem expectativa de subir na carreira. Isso limita um pouco o grau de interesse que o oficial tem em brilhar no momento de ministrar uma aula. Ao terminar a missão, se aposentam. Não lhes interessa uma boa avaliação de seu desempenho. Mandam oficiais que já terminaram seu ciclo nas forças armadas. [O] Brasil envia oficiais com apenas um posto acima dos alunos: capitães para as escolas de tenentes, e tenentes-coronéis para as escolas de majores.

A seleção de pessoal para participar de missões internacionais, incluindo-se as atividades de cooperação em defesa, são reguladas por cada força singular. O Exército, particularmente, inclui nos critérios de escolha: o tempo restante para a passagem à reserva remunerada; o desempenho escolar; o desempenho atitudinal avaliado por pares e superiores; as condições físicas e de saúde; a experiência em atividades específicas, de acordo com a missão que lhe será atribuída; e a proficiência em idioma estrangeiro (EB, 2003). Assim, busca-se selecionar os profissionais mais preparados e habilitados ao desempenho das funções no exterior.

Interessante, também, o fato de dois entrevistados citarem, espontaneamente, militares brasileiros com os quais trabalharam em atividades de cooperação, e que galgaram os postos mais elevados na hierarquia militar. O oficial hondurenho citou o General-de-Divisão Henrique Martins Nolasco Sobrinho, instrutor do Colégio de Defesa Nacional de Honduras de 2003 a 2005, enquanto o oficial salvadorenho citou os Generais-de-Divisão João Chalela Junior e Aires de Melo Jurema, instrutores da Escola de Comando e Estado-Maior na República de El Salvador, de 2003 a 2005, e 2006 a 2008, respectivamente. Isso reflete a satisfação de ambos em reconhecer que o Brasil envia pessoal muito bem avaliado internamente para cooperar com seus países.

Os oficiais brasileiros designados para as missões na América Central permanecem naqueles países desempenhando suas funções de maneira exclusiva, sem as atribuições referentes à administração pública a que são sujeitos no Brasil. Esse aspecto facilita a dedicação aos trabalhos sob sua responsabilidade – relacionados diretamente à defesa - o que parece impactar positivamente em sua avaliação por parte dos centro-americanos, conforme observação de um entrevistado:

“[os militares] da América do Norte vêm às escolas apenas como convidados para ministrar uma palestra. O fazem com um monólogo, dão a aula e logo se retiram. Diferente dos oficiais do Brasil, que permanecem na escola”. Outros países, como o Chile e a Colômbia, mantêm seu pessoal empregado em suas respectivas embaixadas, desempenhando, cumulativamente, funções burocráticas, ou enviam seus militares por períodos curtos (no máximo um semestre), o que dificulta o estabelecimento de laços mais duradouros com os militares locais.

Tudo isso, nos leva a concluir que o sistema de seleção de pessoal materializa-se como um diferencial do Brasil nas atividades de cooperação em defesa na América Central, quando comparado aos países do Norte e Sul que desempenham atividades comuns. Além disso, a designação de militares para trabalhar com os centro-americanos em tempo integral facilita a construção de laços de amizade e confiança, facilitando o desenvolvimento das ações e o atingimento dos objetivos de cooperação estabelecidos.

6.4 A QUESTÃO DO PROFISSIONALISMO DO MILITAR BRASILEIRO

Durante a análise das entrevistas, notou-se um padrão entre as respostas apresentadas sobre as características positivas identificadas nos oficiais brasileiros. Cinco dos seis entrevistados responderam que uma qualidade marcante é o profissionalismo dos militares do Brasil:

- *“Conheço oficiais brasileiros desde que era tenente. O profissionalismo do oficial brasileiro é constante. Para mim, não mudou nos últimos vinte anos”* (oficial hondurenho);
- *“muito bom o profissionalismo”* (oficial-general salvadorenho);
- *“nota-se a responsabilidade e preparação individual, seu profissionalismo é evidente”* (oficial salvadorenha);
- *“dedicação e conhecimento profissional caracterizam os oficiais brasileiros”* (major guatemalteco); e
- *“profissionalismo, preparação individual e metodologia”* (adido militar guatemalteco).

Ratifica essa percepção dos centro-americanos, o desempenho dos militares brasileiros que participam de missões de paz das Nações Unidas. Para um membro do Departamento de Assuntos Políticos da Força Interina das Nações Unidas

no Líbano (UNIFIL), “o profissionalismo, bom desempenho e credibilidade dos oficiais brasileiros tem feito destes profissionais qualificados e desejados para integrar missões de paz de uma maneira geral” (ABDENUR; SOCHACZEWSKI, 2016). Esse fato motivou uma análise mais detalhada, realizada nesta seção. Inicialmente, cabe entender o que é o profissionalismo para os entrevistados. Segundo o dicionário da Real Academia Espanhola, *profesional* é aquele “que exerce sua profissão com capacidade e aplicação relevantes” (RAE, 2020a). É uma definição muito próxima para seu cognato na língua portuguesa - profissional - que significa “muito dedicado ao seu ofício” (MICHAELIS, 2020). Então, pode-se inferir que ao empregar o verbete *profesional*, os entrevistados se referiam ao empenho na realização das tarefas relacionadas à cooperação em defesa a cargo de cada um dos oficiais brasileiros.

Ainda buscando uma melhor compreensão dessa recorrência, pesquisou-se a origem do citado profissionalismo dos militares brasileiros. A formação de oficiais do Exército busca internalizar atitudes e crenças para moldar uma identidade comum entre os militares, em particular na Academia Militar das Agulhas Negras. Segundo Wortmeyer (2007), o treinamento dispendido aos jovens é eficaz para potencializar a disciplina e o comprometimento com os resultados das tarefas realizadas, desse modo, os cadetes passam a preocupar-se em transmitir uma imagem de competência e credibilidade, principalmente quando ocupam funções diferenciadas perante superiores e pares. Reafirmando essa ideia, Miranda (2012) cita que os oficiais do Exército Brasileiro creem que ao demonstrar profissionalismo no cumprimento de suas tarefas, contribuem significativamente para a credibilidade e prestígio da instituição armada junto à sociedade brasileira. Na Marinha do Brasil ocorre fenômeno semelhante. Rodrigues (2014, p. 112) ressalta que os oficiais formados na Escola Naval destacam como “principais características da carreira militar, em relação às demais carreiras, determinados valores não priorizados em outros setores da sociedade como o comprometimento e a abnegação [...]”.

Para D’Araujo (2000, p. 1) esse pensamento – que o profissionalismo dos militares é acentuado – não é algo novo, na verdade, sobrevive desde o século XIX uma cultura militar, aceita por parte da sociedade, de que os militares são “mais preparados do que os civis para o exercício de funções que necessitem de risco, disciplina, prazos e responsabilidade”. Essa cultura parece estar incrustada na sociedade brasileira pois, em 2017, as Forças Armadas foram a instituição brasileira com maior índice de confiança da população, com 56% de aprovação, número superior

à Igreja Católica, imprensa, Ministério Público, Poder Judiciário, e Congresso Nacional (FGV, 2017b). Por outro lado, há uma “rejeição explícita, nos centros de poder e na área acadêmica, quanto a uma maior inserção de sua parte [Forças Armadas] em assuntos internos” (D’ARAUJO, 2000, p. 2). Essa rejeição é, provavelmente, resultado dos acontecimentos vividos durante os governos militares no país. Atualmente, essa rejeição está em voga, em função do aumento da participação de oficiais da ativa e reserva no governo federal⁷⁹, ainda que os próprios comandantes militares busquem se desvincular do governo, enfatizando que as Forças Armadas são instituições de Estado, com suas funções bem reguladas pela Constituição Federal⁸⁰.

A determinação em se apresentar como instituições diferenciadas, a fim de auferir o prestígio da sociedade, é uma constante nas Forças Armadas. O Comandante do Exército apresenta em suas diretrizes que “todos os esforços devem ser realizados no sentido de fortalecer a imagem do Exército Brasileiro como uma instituição de Estado, totalmente integrada à sociedade da qual faz parte” (EB, 2019). O Comandante da Força Aérea Brasileira estipulou como objetivo estratégico “reforçar a relevância da missão da Força Aérea junto à sociedade, cuja finalidade é garantir que a população brasileira, de um modo geral, entenda a sua missão, de modo a valorizar cada vez mais a Instituição” (FAB, 2018). Essas diretivas também se aplicam aos militares selecionados para participar de missões de cooperação em defesa, estendendo a necessidade de auferir prestígio para o campo internacional.

O governo dos EUA estabelece como objetivo a ser desenvolvido pelo grupo militar da embaixada na Guatemala “cooperar com o aumento do profissionalismo das forças militares guatemaltecas⁸¹” (EUA, 2020b). A palavra *professionalism*, no idioma inglês, significa “a habilidade que se espera de pessoas treinadas⁸²” (CAMBRIDGE, 2020). Assim, pode-se deduzir que os representantes do governo norte-americano identificam que na América Central, existe certa dificuldade,

⁷⁹ Vide reação do Presidente da Câmara dos Deputados, em fevereiro de 2020, à nomeação do General Walter Braga Netto como Ministro da Casa Civil: “tantos militares da ativa no primeiro escalão nunca é um bom sinal” (CARAMURU; GALVÃO, 2020); e da Alta Comissária para os Direitos Humanos das Nações Unidas, em discurso de abertura da 45ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU: “No Brasil [...] estamos vendo um crescente envolvimento de militares em assuntos públicos e aplicação da lei” (PARAGUASSU, 2020).

⁸⁰ Conforme série de reportagens noticiadas pela imprensa brasileira (ARAÚJO, 2020; ARAÚJO; ANDRADE; MILITÃO; TAJRA, 2020; EXÉRCITO, 2020)

⁸¹ “Support U.S. Embassy efforts to enhance host country military professionalism” (EUA, 2020b).

⁸² “The skill and careful attention that trained people are expected to have” (CAMBRIDGE, 2020).

por parte dos militares, de executar suas tarefas com eficiência. Ao repisar que as forças armadas hondurenhas necessitam maior influência brasileira para aumentar seu nível de profissionalismo, o oficial daquele país corrobora essa percepção.

De tudo que foi analisado, pode-se entender que as Forças Armadas, preocupadas em manter uma imagem de instituição profissional e relevante para a sociedade, valorizam o desenvolvimento da disciplina e do comprometimento na preparação de seus quadros de oficiais. A preocupação com a imagem das instituições armadas também é ressaltada a todo momento, influenciando diretamente – e positivamente - o comportamento dos oficiais envolvidos nas atividades de cooperação internacional afetando, favoravelmente, a percepção dos centro-americanos.

7 CONCLUSÕES

Nos últimos vinte e cinco anos, a cooperação internacional no eixo Sul-Sul avançou na medida em que alguns países, como o Brasil e a Índia, emergiram como pretendentes a ocupar um lugar entre as potências mundiais. Nas atividades de cooperação, o Brasil, aproveitando-se de sua experiência como recebedor de ajuda externa, apresenta-se como um parceiro dos demais países do Sul no esforço por solucionar problemas comuns, tentando se distanciar do modelo adotado pelos países da OCDE, marcado pela imposição de condições (AMORIM, 2016; AYLLÓN PINO, 2010; DUARTE, 2013; INOUE; VAZ, 2012; MILANI; DUARTE, 2015). Além disso, as autoridades brasileiras realçam a história e cultura comuns às ex-colônias europeias como elemento aglutinador dos países do Sul na tentativa de promover a qualidade da cooperação do Brasil. Esse modo de atuação tem rendido ao Brasil prestígio político, com o desenvolvimento de um ambiente de confiança mútua no eixo Sul-Sul, e o apoio às teses brasileiras nos organismos internacionais (AMORIM, 2016, p. 316); retorno econômico, com o incremento das relações comerciais (DESIDERÁ NETO, 2015; INOUE; VAZ, 2007, 2012); e a satisfação em contribuir solidariamente com a promoção do desenvolvimento no mundo. Esses dividendos demonstram uma certa contradição nas manifestações do Estado brasileiro, que apresenta sua cooperação como desinteressada, mas, na prática, busca obter resultados políticos e econômicos (AYLLÓN PINO, 2010).

Nesse contexto, a cooperação no âmbito da defesa passou a ser empregada pelo Brasil como um instrumento de política externa, especialmente no seu entorno regional, para manter a estabilidade, a paz, e a segurança em seu entorno. De forma complementar, também objetiva cultivar a dissuasão extrarregional, desenvolvendo uma capacidade compartilhada de defesa contra atores externos (AMORIM, 2016). Por não possuir poder econômico e militar suficiente para concorrer com as grandes potências, o Brasil pode empregar os princípios da política de prestígio de Morgenthau, a fim de obter a preferência e simpatia dos demais países da região. Com a América Central, as relações foram intensificadas no âmbito da defesa com o final dos conflitos civis no início da década de 1990, quando o Brasil estabeleceu missões de cooperação de ensino na região. Atualmente, a cooperação em defesa com os países da América Central se desenvolve por meio de acordos bilaterais com El Salvador, Guatemala e Honduras, além de iniciativas eventuais de

intercâmbio com o Panamá e Nicarágua. Em sua maioria, as ações de cooperação se concentram no intercâmbio de instrutores e alunos de escolas militares, mas também são realizados encontros bilaterais e exercícios combinados.

Os principais resultados obtidos pelo Brasil com as atividades de cooperação em defesa, na percepção dos militares centro-americanos entrevistados durante a pesquisa, são: a influência na doutrina militar terrestre de El Salvador e Guatemala; a adoção, por parte das escolas militares daqueles países, de práticas consagradas nas Forças Armadas brasileiras, como os exercícios no terreno para adestramento de Estados-Maiores; a influência na doutrina militar aérea do Panamá; e a divulgação de uma imagem de profissionalismo dos militares brasileiros. O corpo diplomático brasileiro, e os militares que participaram de missões na América Central afirmam, em seus relatórios, que o Brasil, e suas Forças Armadas, gozam de excelente conceito e prestígio perante os centro-americanos, que veem, no país, uma liderança regional.

No aspecto social, foi corroborada – pela pesquisa de campo – a imagem consagrada do brasileiro como povo sociável, empático e alegre. Essas características facilitam a manutenção do bom ambiente de trabalho, a conquista da confiança, e a absorção das ideais pelos países parceiros. Ademais, por possuírem características culturais semelhantes aos centro-americanos, como a alimentação, a religião e a música, os brasileiros têm vantagem sobre outros atores extrarregionais no tema da cooperação. Por outro lado, alguns aspectos negativos também foram observados, e merecem atenção especial, para não interferirem na imagem positiva já construída. Nesse ponto, cabe ressaltar que o envio de pessoal preparado e comprometido com as atividades de cooperação internacional é demonstração de apreço e cortesia com os países parceiros, princípios que norteiam a aplicação de uma política de prestígio eficaz.

A percepção desse grupo – oficiais das Forças Armadas da América Central – sobre seus congêneres brasileiros, e sobre a cooperação desenvolvida, é muito relevante para o Estado brasileiro, pois são eles, em última instância, os grandes protagonistas na formulação das políticas de defesa nacional de seus países. O processo de formação dos Estados centro-americanos afastou o interesse dos civis no estudo da defesa, pois as lideranças políticas sempre identificaram as ameaças domésticas como as mais iminentes, relegando maior importância ao papel desempenhado pelas forças militares na manutenção da ordem interna (SALOMÓN,

1997). O crescimento exponencial do poderio militar norte-americano, a partir do final do século XIX, também contribuiu para isso, incapacitando quaisquer dos países do istmo a equilibrar o poder econômico e bélico com a potência do Norte (PION-BERLIN; TRINKUNAS, 2007). Resulta-se, que as estruturas de defesa dos países centro-americanas são dominadas, atualmente, pelos militares, e as instituições civis de governo não conseguiram – ou não quiseram – construir instituições de defesa fortes, capazes de preencher o vazio existente (PION-BERLIN, 2008; ISACSON, 2019).

O presente estudo não encerra o tema da cooperação em defesa do Brasil com a América Central. Na realidade, existe uma carência de estudos das relações entre o Brasil e os países do istmo. Devido às limitações encontradas no desenvolvimento da pesquisa, especialmente a dificuldade do deslocamento imposta pela pandemia de Covid-19, não foi possível aprofundar o trabalho de campo com visitas *in loco* aos países centro-americanos, tampouco às suas embaixadas em Brasília. Outro aspecto que dificultou a pesquisa foi a falta de um banco de dados único da ABC ou do Ministério da Defesa sobre os projetos de cooperação desenvolvidos no âmbito da defesa. A última edição do Livro Branco de Defesa, por exemplo, não trouxe os dados sobre intercâmbio internacional como suas edições anteriores (BRASIL, 2020).

Devido ao tempo exíguo, alguns questionamentos surgidos no desenvolvimento deste trabalho não puderam ser respondidos, convertendo-se em possíveis objetos de estudo para outros pesquisadores. Entre os temas, destaco: as oportunidades de cooperação em defesa com o Panamá; a possibilidade de inserção de produtos de defesa brasileiros na região centro-americana; a cooperação em defesa com países asiáticos; os dividendos políticos resultantes da cooperação em defesa do Brasil na América Latina; e a comparação entre a cooperação em defesa chilena e brasileira.

O cenário esperado para os próximos anos combina o crescimento da demanda estrangeira por cooperação e o aumento de restrições orçamentárias para a área de defesa. Assim, o Ministério da Defesa e as forças singulares já estabeleceram diretrizes de para readequar os recursos dispendidos para as atividades de cooperação internacional, buscando um aperfeiçoamento qualitativo das ações (BRASIL, 2017b; EB, 2019). Logo, ao conhecer os resultados de tais atividades, será mais fácil realizar a análise da situação, e posteriormente, fundamentar as decisões tomadas.

Por fim, conhecendo como se desenvolve a cooperação brasileira em defesa com os países da América Central, e como ela impacta a percepção dos oficiais centro-americanos sobre os brasileiros, será mais fácil para os tomadores de decisão do Estado brasileiro refletirem sobre os investimentos a serem realizados área. Caso almeje galgar uma estável posição de liderança na América Latina, o Brasil deverá continuar contribuindo para a manutenção de um entorno regional pacífico, explorando o prestígio já adquirido e aliando os esforços das políticas externa e de defesa.

REFERÊNCIAS

ABC [Agência Brasileira de Cooperação]. Cooperação técnica. **Acordos vigentes da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento - CGPD**. 2012a. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/AcordosVigentes/CGPD>. Acesso em: 29 mai. 2020.

ABC [Agência Brasileira de Cooperação]. **Cooperação na área da defesa**. 2020. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarconteudo/499>. Acesso em: 29 jul. 2020.

ABC [Agência Brasileira de Cooperação]. Projetos. **Pesquisa de Projetos**. 2012b. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa>. Acesso em: 29 mai. 2020.

ABDENUR, Adriana Erthal; SOCHACZEWSKI, Monique. O Brasil e a UNIFIL: A participação de militares brasileiros junto ao contingente espanhol. **Ipsis Libanis**, n.1, 2016.

AEB [Agência Espacial Brasileira]. **Cooperação Internacional**. 2018. Disponível em: <http://www.aeb.gov.br/programa-espacial-brasileiro/cooperacao-internacional/>. Acesso em: 9 mar. 2020.

AGUILERA PERALTA, Gabriel. **Control Civil y Política de la Defensa en Guatemala. Una Transición Compleja**. Red de Seguridad y Defensa de América Latina. 2003. Disponível em: <https://www.resdal.org/Archivo/d000020c.htm>. Acesso em: 15 set. 2020.

ALSINA JUNIOR, João Paulo Soares. O poder militar como instrumento da política externa brasileira contemporânea. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v.52, n.2, p.173-191, 2009.

ALVES, Xandu. Exército e Avibras têm contrato de R\$ 216 milhões para viaturas. **O Vale**, São José dos Campos, 3 dez. 2018. Disponível em: https://www.ovale.com.br/_conteudo/2018/12/economia/61887-exercito-e-avibras-tem-contrato-de-r-216-milhoes-para-viaturas.html. Acesso em: 1 jun. 2020.

AMANOR, Kojo Sebastian. South–South Cooperation in Africa: Historical, Geopolitical and Political Economy Dimensions of International Development. **IDS Bulletin**, Oxford, v.44, n.4, jul. 2013.

AMAYO ZEVALLOS, Enrique. **Como os Estados Unidos se apropriaram do nome "América"**. Araraquara: UNESP, 1990.

AMORIM, Celso. **A grande estratégia do Brasil: discursos, artigos e entrevistas da gestão no Ministério da Defesa (2011-2014)**. Brasília: FUNAG; [São Paulo]: Unesp, 2016.

APOLINARIO JUNIOR, Laerte. **Foreign aid and the governance of international financial organizations: the Brazilian-bloc case in the IMF and the World Bank.** *Brazilian Political Science Review*, v.10, n.3, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-38212016000300006>. Acesso em: 29 abr. 2020.

ARAÚJO, Carla; ANDRADE, Hanrikson de; MILITÃO, Eduardo; TAJRA, Alex. Exército não é partidário e não marcha com o governo, diz Santos Cruz. **UOL**, São Paulo, 22 abr. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/04/22/santos-cruz-coronavirus-bolsonaro-exercito.htm>. Acesso em: 12 set. 2020.

ARAÚJO, Carla. No Exército, ordem é reforçar imagem e evitar associação a Bolsonaro. **UOL**, São Paulo, 20 fev. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/02/20/no-exercito-ordem-e-reforçar-imagem-e-evitar-associação-a-bolsonaro.htm>. Acesso em: 12 set. 2020.

ARAUJO, Samantha Maia. **Notícias de Honduras: uma leitura crítica da cobertura dos jornais diários sobre a deposição de Manuel Zelaya.** 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de São Paulo, 2016.

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

AVIBRAS. **Astros.** 2020. Disponível em: <https://www.avibras.com.br/site/nossos-produtos-e-servicos/sistemas-de-defesa/astros.html>. Acesso em 25 ago. 2020.

AYLLÓN PINO, Bruno. **La cooperación de Brasil: un modelo en construcción para una potencia emergente.** *Análisis del Real Instituto Elcano*, v. 1, p. 1-8, 2010. Disponível em: <http://integracao.cedep.ifch.ufrgs.br/elcano.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2020.

BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta. Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 34, n. 1, p. 119-143, jan./abr. 2017.

BERNHEIM, Carlos Tünnermann. América Latina: identidad y diversidad cultural. El aporte de las universidades al proceso integracionista. **Polis Revista Latinoamericana**, n. 18, 2007. Disponível em: <https://journals.openedition.org/polis/4122>. Acesso em: 28 mar. 2020.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em tese**, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan./jul. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>. Acesso em: 14 jul. 2020.

BRAGA, Paulo Romeu. **Os interesses econômicos dos Estados Unidos e a segurança interna no Brasil entre 1946 e 1964: uma análise sobre os limites entre diplomacia coercitiva e operações encobertas.** *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 45, n. 2, p.46-65, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 9 jan. 2020.

BRASIL. Decreto Legislativo n.º 565, de 2010. **Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador sobre Cooperação no Domínio da Defesa, assinado em Brasília, em 24 de julho de 2007**. Diário do Senado Federal, Brasília, p.4880, 2 mar. 2010a.

BRASIL. Decreto n.º 2.833, de 29 de outubro de 1998. **Promulga o acordo básico de cooperação técnica, científica e tecnológica entre a República Federativa do Brasil e o governo da República de El Salvador**. Diário Oficial da União, Brasília, n. 208, 30 out. 1998.

BRASIL. Decreto n.º 7.146, de 30 de março de 2010. **Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala sobre Cooperação no Domínio da Defesa, firmado em Brasília, em 13 de março de 2006**. Diário Oficial da União, Brasília, p.2, 31 mar. 2010b. Seção 1.

BRASIL. Decreto n.º 8.549, de 23 de outubro de 2015. **Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras sobre Cooperação no Domínio da Defesa, firmado em Tegucigalpa, 27 de julho de 2007**. Diário Oficial da União, Brasília, p.13, 26 out. 2015a. Seção 1.

BRASIL. Decreto n.º 88.127, de 1 de março de 1983. **Promulga o acordo básico de cooperação científica e tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República do Panamá**. Diário Oficial da União, Brasília, n. 41, 2 mar. 1983. Seção 1.

BRASIL. Decreto n.º 99.560, de 5 de outubro de 1990. **Promulga o acordo básico de cooperação técnica entre a República Federativa do Brasil a República da Nicarágua**. Diário Oficial da União, Brasília, n. 193, 9 out. 1990.

BRASIL. Ministério da Defesa. Atuação. **Notícias**. 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/noticias/>. Acesso em: 15 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Cenários de Defesa 2020 – 2039 – sumário executivo**. Brasília: 2017a. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/revista/revista_cenario_de_defesa.pdf. Acesso em 27 mai. 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Diretriz de Defesa para a Área Internacional (DIRDAI)**. Diário Oficial da União, Brasília, 13 dez. 2017[b]. Ed. 238, Seção 1.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas (MD35-G-01)**. 5. Ed. Brasília: 2015b.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília: 2012.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília: 2016a.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília: 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília: 2016b.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Ofício confidencial N° 131**. Tegucigalpa: Embaixada do Brasil em Honduras, 8 out. 1970. AHMRE: 622.7 (24c) (42).

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Ofício confidencial**. Tegucigalpa: Embaixada do Brasil em Honduras, 22 dez. 1977. AHMRE: Cx 132.

BRASIL. Presidência da República. **Mensagem nº 606 ao Senado Federal, de 14 de novembro de 2016**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016c]. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4261731&ts=1553253911887&disposition=inline>. Acesso em: 9 jul. 2020.

BRASIL. Presidente (1995-2002: Fernando Henrique Cardoso). **Discurso por ocasião do Encontro Presidencial entre Brasil, América Central e República Dominicana**. San José, 5 abr. 2000. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/2o-mandato/2000/37.pdf/view>. Acesso em: 3 mar. 2020.

BRASIL. Presidente (2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). **Discurso do Presidente da República durante sessão de abertura da Cúpula Brasil-Comunidade Econômica dos Estados da África**. Ilha do Sal, 3 jul. 2010[c]. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/03-07-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-sessao-de-abertura-da-cupula-brasil-comunidade-economica-dos-estados-da-africa/view>. Acesso em: 3 mar. 2020.

BRASIL. Presidente (2011-2016: Dilma Rousseff). **Brinde durante almoço oferecido pelo Presidente da República Federal da Nigéria**. Abuja, 23 fev. 2013. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/brinde-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-almoco-oferecido-pelo-presidente-da-republica-federal-da-nigeria-goodluck-ebele-jonathan-abuja-nigeria>. Acesso em: 3 mar. 2020.

CAMBRIDGE. **Cambridge Dictionary**. 2020. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/>. Acesso em: 9 set. 2020.

CARAMURU, Pedro; GALVÃO, Daniel. Maia: "tantos militares da ativa no primeiro escalão nunca é um bom sinal. **UOL**, São Paulo, 17 fev. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/02/17/maia-tantos-militares-da-ativa-no-primeiro-escalao-nunca-e-um-bom-sinal.htm>. Acesso em: 12 set. 2020.

CARVALHO, Guilherme Otávio Godinho de. **A cooperação internacional em defesa no entorno estratégico brasileiro no governo Lula da Silva: uma eficiente ferramenta para a política externa?** 2018. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012.

CEPIK, Marco; BERTOL, Frederico Licks. Defense policy in Brazil: bridging the gap between ends and means? **Defence Studies**, v. 16, n. 3, p. 229-247, 2016.

CERÁVOLO, Luiz Eduardo Santos. **Respostas do Governo Brasileiro frente à migração de venezuelanos para Roraima (2015 – 2018)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

CHILE. Ministerio de Relaciones Exteriores. Embajada de Chile em El Salvador. **Relación bilateral**. 2020. Disponível em: <https://chile.gob.cl/el-salvador/relacion-bilateral>. Acesso em 11 set. 2020.

CHILE. Ministerio de Relaciones Exteriores. **Oficio reservado nº 01135**. Santiago: despacho del ministro, 8 mar. 2018. Disponível em: <https://www.camara.cl/verDoc.aspx?prmTipo=SIAL&prmID=39529&formato=pdf>. Acesso em 11 set. 2020.

CMBP [Cooperação Militar Brasileira no Paraguai]. **Histórico**. 2018. Disponível em: <http://www.cmbp.eb.mil.br/index.php/pt/historico>. Acesso em: 15 abr. 2020.

COLOMBIA; PANAMÁ. **Memorando de Entendimiento de Cooperación en materia de Seguridad Ciudadana y Defensa**. Bogotá: 19 mar. 2019. Disponível em: http://panama.embajada.gov.co/sites/default/files/Fotos2019/mou_presidentes-rotated.pdf. Acesso em 11 set. 2020.

COMEX STAT. **Exportações e importações - geral**. 2020. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em: 23 jul. 2020.

COOPER, Michael J. **Military diplomacy in the new world order**. Carlisle: US Army War College, 1993.

COSTA JÚNIOR, José Moacir. **Relatório de missões no exterior nº 1211 – Nicarágua**. 2020.

CPLP [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa]. **Objetivos**. 2020. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-2763.aspx>. Acesso em: 9 mar. 2020.

CRUZ AGUILAR, Sérgio Luiz. Segurança na América Latina: cenários e perspectivas. **Revista Monções**, vol. 2, n. 3, p. 13-37. Dourados, 2013.

CUNHA, Vinicius Melquiades. Desempenho linguístico de oficiais brasileiros em missões de paz da ONU: uma análise comparativa sob a perspectiva da linguística de corpus. **Giro do Horizonte**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, 2017.

D'ARAUJO, Maria Celina. Ainda em busca da identidade: desafios das Forças Armadas na Nova República. **Textos CPDOC**, Rio de Janeiro, n. 36, 2000. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6582/778.pdf>. Acesso em: 8 set. 2020.

DEFESANET. **Embraer começa a pagar royalties pelo Super Tucano**. 2014. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/embraer/noticia/14069/Embraer-comeca-a-pagar-royalties-pelo-Super-Tucano/>. Acesso em: 1 jun. 2020.

DEFESANET. **Exército encomenda 1.580 VBTP-MR da Iveco até 2035**. 2016. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/guarani/noticia/24242/Exercito-encomenda-1-580-VBTP-MR-da-Iveco-ate-2035-/>. Acesso em: 1 jun. 2020.

DESIDERÁ NETO, Walter Antonio. O Brasil, a América do Sul e a Cooperação Sul-Sul. *In*: RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; AYERBE, LUIS FERNANDO (org.). **Política externa brasileira, cooperação sul-sul e negociações internacionais**. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

DESIDERÁ NETO, Walter Antonio; TUSSIE, Diana. As relações sul-sul (2008-2015). *In*: DESIDERÁ NETO, Walter Antonio (org.). et. al. **Política externa brasileira em debate: dimensões e estratégias de inserção internacional no pós-crise de 2008**. Brasília: IPEA; FUNAG, 2018.

DIAS, Reinaldo. **Relações Internacionais: introdução ao estudo da sociedade internacional global**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

DOMÍNGUEZ AVILA, Carlos Federico. Armas brasileiras na América Central - um estudo sob a perspectiva da Política Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar – PNEMEM (1974-1991). **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 25, n. 41, 2009.

DOMÍNGUEZ AVILA, Carlos Federico. O Brasil, a Política Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar – PNEMEM – e o comércio internacional de armas: um estudo de caso. **Tempo**, Niterói, v.16, n. 30, 2011.

DOMÍNGUEZ AVILA, Carlos Federico. O Brasil frente ao conflito regional na América Central: oposição ao intervencionismo e apoio à solução negociada, justa, equilibrada e duradoura (1979-1996). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v.46, n.1, 2003.

DONADIO, Marcela; KUSSROW, Samanta. **Atlas comparativo de la defensa em América Latina y Caribe**. Buenos Aires: Red de Seguridad y Defensa de América Latina, 2016.

DUARTE, Rubens de Siqueira. Inovar ou seduzir: uma análise do discurso oficial brasileiro para a cooperação internacional. **Conjuntura Internacional**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 27 - 39, 1. sem. 2013.

DUARTE, Rubens de Siqueira. **The Politics behind Aid and Cooperation Norms: Critical Reflections on the Normative Role of Brazil and the United Kingdom**. Lexington Books, 2019.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Revista Educar** [online], Curitiba, n. 24, p. 213 - 225, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.357>. Acesso em 16 jun. 2020.

EB [Exército Brasileiro]. **Diretriz do Comandante do Exército 2019**. Disponível em: <https://www.eb.mil.br/documents/10138/9474894/DIRETRIZ+DO+COMANDANTE+D+O+EX%C3%89RCITO+2019+OTIMIZADO.pdf/eca42421-8af4-ddfa-e94a-0572f280c37b>. Acesso em 8 set. 2020.

EB [Exército Brasileiro]. Estado-Maior do Exército. Portaria nº 26, de 8 de fevereiro de 2018. **Estabelece as condições de funcionamento dos Estágios Intensivos de Idiomas**. Disponível em: http://www.cidex.eb.mil.br/images/legislacao_ensino/Port_Nr_026-EME_8_FEV_18.pdf. Acesso em: 5 jun. 2020.

EB [Exército Brasileiro]. **Noticiário do Exército**. 2020a. Disponível em: <https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito>. Acesso em 16 jun. 2020.

EB [Exército Brasileiro]. EB 10-P-01.007: **Plano Estratégico do Exército 2020-2023**. Brasília: 2019.

EB [Exército Brasileiro]. Portaria n.º 577, de 8 de outubro de 2003. **Aprova as Instruções Gerais para as Missões no Exterior - IG 10-55 e dá outras providências**. Boletim do Exército, Brasília, n. 41, 10 out. 2003.

EB [Exército Brasileiro]. Portaria n.º 653, de 6 de julho de 2020[b]. **Aprova a Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional – DAEBAI (EB10-D-01.006)**. Boletim do Exército, Brasília, n. 29, 17 jul. 2020.

EBC [Empresa Brasileira de Comunicação]. Agência Brasil. **OEA se prepara para reintegrar Honduras**. 2011. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2011-05-31/oea-se-prepara-para-reintegrar-honduras>. Acesso em: 1 jun. 2020.

EL SALVADOR. Ministerio de la Defensa Nacional. **Fuerza Armada**. 2020a. Disponível em: <https://www.fuerzaarmada.mil.sv/>. Acesso em: 14 abr. 2020.

EMBRAER [Empresa Brasileira de Aeronáutica]. **KC-390**. 2020. Disponível em: <https://defense.embraer.com/br/pt/kc-390>. Acesso em: 15 abr. 2020.

ESPAÑA. Presidencia del Gobierno. **Estrategia de Seguridad Nacional**. Madrid: 2017.

ESPER, Mark. **Memorandum for all Department of Defense employees: initial message to the department**. 2019. Disponível em: <https://media.defense.gov/2019/Jun/25/2002149628/-1/-1/1/ESPER-INITIAL-MESSAGE-TO-THE-DEPARTMENT.PDF>. Acesso em 7 jan. 2020.

EUA [Estados Unidos da América]. U.S. Embassy in El Salvador. **U.S. Military Group El Salvador**. 2020a. Disponível em: <https://sv.usembassy.gov/embassy/san-salvador/sections-offices/milgp/>. Acesso em 11 set. 2020.

EUA [Estados Unidos da América]. U.S. Embassy in Guatemala. **Military Group**. 2020b. Disponível em: <https://gt.usembassy.gov/embassy/guatemalacity/sections-offices/military-group/>. Acesso em 11 set. 2020.

EUA [Estados Unidos da América]. U.S. Embassy in Honduras. **Office of Security Cooperation (OSC)**. 2020c. Disponível em: <https://hn.usembassy.gov/embassy/tegucigalpa/sections-offices/osc/>. Acesso em 11 set. 2020.

EUA [Estados Unidos da América]. U.S. Embassy in Nicaragua. **U.S. Military Group**. 2020d. Disponível em: <https://ni.usembassy.gov/embassy/managua/sections-offices/>. Acesso em 11 set. 2020.

EXÉRCITO não é governo. **O Antagonista**, São Paulo, 19 jun. 2020. Disponível em: <https://www.oantagonista.com/brasil/exercito-nao-e-governo/>. Acesso em: 12 set. 2020.

FAB [Força Aérea Brasileira]. **Notícias**. Disponível em: <https://www.fab.mil.br/noticias/>. Acesso em 20 jun. 2020.

FAB [Força Aérea Brasileira]. **PCA 11-47: Plano Estratégico Militar da Aeronáutica 2018-2027**. Brasília: 2018.

FERNANDES, Ion de Castro Lima. **Relatório de missões no exterior nº 882 – El Salvador**. 2019.

FERREIRA, Sylvio de Souza; MIGON, Eduardo Xavier Ferreira Glaser. Cooperação técnica em segurança & defesa: presença do Brasil na África. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, v.1, n.2, p.94-111, jul./dez. 2016

FGV [Fundação Getúlio Vargas]. **Haitianos no Brasil: Hipóteses sobre a distribuição espacial dos imigrantes pelo território brasileiro**. 2017a. Disponível em: <http://dapp.fgv.br/haitianos-no-brasil-hipoteses-sobre-distribuicao-espacial-dos-imigrantes-pelo-territorio-brasileiro/>. Acesso em: 28 mai. 2020.

FGV [Fundação Getúlio Vargas]. **Relatório ICJ Brasil 1º Semestre/2017**. 2017b. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/19034/Relatorio-ICJBrasil_1_sem_2017.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 8 set. 2020.

FIORIN, José Luiz. Língua, identidades e fronteiras. **Revista Diversitas**, São Paulo, ano 1, n. 1, mar./set. 2013. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/38853184/lingua-identidades-e-fronteiras-diversitas-usp>. Acesso em: 28 mar. 2020.

FONSECA, Hazel Villalobos. Fuerzas militares en Centroamérica: a 30 años de la firma de los Acuerdos de Paz. **Relaciones internacionales**, San José, v. 91.2, p. 1-37, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/ri/article/view/11602/15036>. Acesso em 18 set. 2020.

FIUZA NETO, José. **Relatório de gestão (setembro 2012 – novembro 2017) da Embaixada do Brasil em São Salvador**. 2017. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7637306&disposition=inline>. Acesso em 5 jan. 2020.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. 48. Ed. São Paulo: Global, 2003.

FUKUYAMA, Francis. The end of history? **The National Interest**, 1989.

GÓES, Guilherme Sandoval; VISENTINI, Paulo Fagundes. **Escola Superior de Guerra: 70 anos pensando segurança, desenvolvimento e geopolítica**. Revista da Escola Superior de Guerra, v. 34, n. 70, p.13-38, 2019.

GOLDONI, Luiz Rogério Franco; CIRIBELLI, Sandro de Nazareth. Relações do Brasil com África do Sul e Angola: esforços para a manutenção da segurança no Atlântico Sul. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v.5, n.9, p.202-221, jan./jun. 2016.

GOLDONI, Luiz Rogério Franco; DOMINGOS NETO, Manuel. Perspectivas da cooperação militar entre os BRICS. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 10, n. 18-19, p. 361-375, 2014. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/484/382>. Acesso em: 30 abr. 2020.

GONZÁLES, Guadalupe González; SCHIAVON, Jorge A.; CROW, David; MALDONADO, Gerardo. **Las Américas y el mundo 2010-2011: opinión pública y política exterior en Brasil, Colombia, Ecuador, México y Perú**. México: Centro de Investigación y Docencia Económicas, 2011. Disponível em: <https://www.lasamericasyelmundo.cide.edu/micrositio/category/proyecto-regional>. Acesso em: 31 ago. 2020.

GRIFFITH, Ivelaw Lloyd. **The quest for security in the Caribbean: problems and promises in subordinated states**. Oxfordshire: New York, 2015.

GUATEMALA. Ministerio de la Defensa Nacional. **Alto Mando**. 2020. Disponível em: https://www.mindef.mil.gt/altomando/alto_mando.html. Acesso em: 14 abr. 2020.

GUATEMALA. Ministerio de la Defensa Nacional. **Memoria de labores 2018-2019**. Guatemala: 2019.

GURGEL, Edmilson Cavalcante. **Relatório de missões no exterior nº 1947 – Guatemala**. 2020.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HONDURAS. **Fuerzas Armadas de Honduras**. 2020a. Disponível em: <http://www.ffaa.mil.hn>. Acesso em: 14 abr. 2020.

HONDURAS. **Secretaría de Defensa Nacional**. Notas. 2020b. Disponível em: <https://sedena.gob.hn/category/notas/>. Acesso em: 14 set. 2020.

HUNTINGTON, Samuel. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

INOUE, Cristina Yumie Aoki.; VAZ, Alcides Costa. **Emerging donors in international development assistance: The Brazil case**. 2007. Disponível em: <http://www.idrc.ca/EN/Documents/Case-of-Brazil.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2020.

INOUE, Cristina Yumie Aoki.; VAZ, Alcides Costa. Brazil as “Southern donor”: beyond hierarchy and national interests in development cooperation? **Cambridge review of international affairs**, vol. 25, n. 4, p. 507-34. dez. 2012.

IPEA [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada]; ABC [Agência Brasileira de Cooperação]. **Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional 2005-2009**. Brasília: IPEA: ABC, 2010.

IPEA [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada]; ABC [Agência Brasileira de Cooperação]. **Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional 2011-2013**. Brasília: IPEA: ABC, 2016.

ISACSON, Adam. ¿Cómo está afectando el control civil de los militares la agitación política de América Latina? **Washington Office on Latin America**. Disponível em: <https://www.wola.org/es/analisis/como-esta-afectando-el-control-civil-de-los-militares-la-agitacion-politica-de-america-latina/>. Acesso em: 15 set. 2020.

IVECO. **Veículos de defesa**. 2020. Disponível em: <https://www.iveco.com/brasil/institucional/pages/veiculos-de-defesa.aspx>. Acesso em 25 ago. 2020.

KENNAN, George. Foreign aid as a national policy. **Proceedings of the Academy of Political Science**, vol. 30, n. 3, p. 175-183. New York, 1971.

KEOHANE, R; NYE, J. **Power and Interdependence**. New York: Longman, 1989.

KRAWCTSCHUK, Zenik. **Relatório de gestão do Embaixador em Tegucigalpa**. 2015. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/materia/getTexto.asp?t=169642>. Acesso em 5 jan. 2020.

LANCASTER, Carol. **Foreign Aid: diplomacy, development, domestic politics**. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.

LANDIM, Hiarley Gonçalves Cruz. **A diplomacia militar do Exército Brasileiro e o ambiente de segurança e defesa na América do Sul**. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2015.

LARIOS, Brenda. Guatemala y Colombia firmarán acuerdo para fortalecer la lucha contra el narcotráfico. Agencia Guatemalteca de Noticias, Guatemala, 15 jan. 2020. Disponível em: <https://agn.gt/archivo/guatemala-y-colombia-firmaran-acuerdo-para-fortalecer-la-lucha-contra-el-narcotrafico/>. Acesso em: 8 set. 2020.

LEITE, Márcio Dantas Avelino; STUDART, Álvaro Vasconcelos. Negociação entre governos na exportação de produtos de defesa: principais óbices e uma oportunidade para a diplomacia de defesa. **Coleção Meira Mattos**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 45, p. 117-127, set./dez. 2018.

LIMA, Maria Regina Soares de. A atualidade do pensamento de Hans Morgenthau. **Revista Relações Internacionais** [online], p. 27-40, jun. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.23906/ri2018.58a03>. Acesso em: 15 mar. 2020.

LIMA, Maria Regina Soares de. *et al* **Atlas da política brasileira de defesa**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Latitude Sul, 2017.

MACHADO, Maria Cláudia de Jesus. **Ensino de Espanhol e suas Implicações para a Integração e a Cooperação Militar na América do Sul: Percepções, Cultura e Identidade**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Aeroespaciais) - Universidade da Força Aérea, Rio de Janeiro, 2016.

MACIEIRA, Flávio Helmold. **Relatório de gestão da Embaixada do Brasil no Panamá**. [2018]. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7761411&ts=1542210878129&disposition=inline>. Acesso em 5 jan. 2020.

MALAMUD, Andrés. A Leader Without Followers? The Growing Divergence Between the Regional and Global Performance of Brazilian Foreign Policy. **Latin American Politics and Society**, v. 53, n. 3, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1548-2456.2011.00123.x>. Acesso em 31 mai. 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATTIS, James. **Memorandum for all Department of Defense personnel: guidance from Secretary Jim Mattis**. 2017. Disponível em: <https://dod.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/GUIDANCE-FROM-SECRETARY-JIM-MATTIS.pdf>. Acesso em 7 jan. 2020.

MAWDSLEY, Emma. **From recipients to donors: Emerging powers and the changing development landscape**. London: Zed Books, 2012

MB [Marinha do Brasil]. Estado-Maior da Armada. **O posicionamento da Marinha do Brasil nos principais assuntos de interesse naval (EMA-322)**. Brasília: 2017.

McCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro 1889-1937**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.

MEDEIROS FILHO, Oscar. **Entre a cooperação e a dissuasão: políticas de defesa e percepções na América do Sul**. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2010.

MENEZES, Roberto Goulart; KLEMIG, Mariana Costa Guimarães. A política externa de Lula da Silva e a cooperação sul-sul para o desenvolvimento (2003-2010) *In*: PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos; FUCILLE, Alexandre (org.). **Visões do Sul: crise e transformações do sistema internacional**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. 2020. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>. Acesso em: 29 mai. 2020.

MILANI, Carlos Roberto Sanchez. **ABC 30 anos: história e desafios futuros**. 1. Ed. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação, 2017.

MILANI, Carlos Roberto Sanchez; DUARTE, Rubens de Siqueira. Cooperação para o desenvolvimento e cooperação Sul-Sul: a perspectiva do Brasil. *In*: RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; AYERBE, LUIS FERNANDO (org.). **Política externa brasileira, cooperação sul-sul e negociações internacionais**. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

MELO, Alfredo César. Saudosismo e crítica social em Casa grande & senzala: a articulação de uma política da memória e de uma utopia. **Estudos Avançados** [online], São Paulo, v. 23, n. 67, p. 279-296, 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142009000300031>. Acesso em: 30 ago. 2020.

MILNER, Helen. International theories of cooperation among nations: strengths and weakness. **World Politics**, Cambridge, v. 44, n. 3, abr. 1992.

MIRANDA, Denis de. **A construção da identidade do oficial do Exército Brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2012.

MONTENEGRO, Marucia Carvalho. **A cooperação internacional para a América Central e Caribe: uma estratégia geopolítica**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialidade em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

MORAES, Rodrigo Fracalossi. **A cooperação Brasil-Argentina na área militar: da autonomia das forças armadas às relações estratégicas (1978-2009)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial, 2003.

MOREIRA JÚNIOR, Hermes. Os BRICS e a recomposição da ordem global: estratégias de inserção internacional das potências emergentes. Revista **Conjuntura Austral**, v.3, n. 9-10, dez. 2011/mar. 2012.

MRE [Ministério das Relações Exteriores]. **Chamada para consultas do embaixador do Brasil na Nicarágua**. 2018. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19188-chamada-para-consultas-do-embaixador-do-brasil-na-nicaragua>. Acesso em: 1 jun. 2020.

MRE [Ministério das Relações Exteriores]. **Manifestações sobre a situação interna no Brasil**. 2016. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14023-manifestacoes-sobre-a-situacao-interna-no-brasil>. Acesso em: 1 jun. 2020.

MRE [Ministério das Relações Exteriores]. Rede Brasil Cultural. **Centro Cultural Brasil-Nicarágua**. 2020a. Disponível em: <http://redebrasilcultural.itamaraty.gov.br/nicaragua>. Acesso em: 14 abr. 2020.

MRE [Ministério das Relações Exteriores]. **Relações Bilaterais**. 2020b. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/relacoes-bilaterais>. Acesso em: 15 abr. 2020.

MRE [Ministério das Relações Exteriores]. **Relatório da Comissão da OEA sobre a Nicarágua**. 2019. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/21093-relatorio-da-comissao-da-oea-sobre-a-nicaragua>. Acesso em: 1 jun. 2020.

MUTHANNA, Ka. Military Diplomacy. **Journal of Defence Studies**, Índia, v. 5, n. 1, jan. 2011. Disponível em: https://idsa.in/system/files/jds_5_1_kamuthanna.pdf. Acesso em: 11 abr. 2020.

NEIVA, Lucas; TELES, Joao Carlos. Missões de paz: histórias do Brasil se projetam pelo mundo. *Jornal de Brasília*, Brasília, 15 set. 2019. Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/brasil/missoes-de-paz-historias-do-brasil-se-projetam-pelo-mundo/>. Acesso em: 8 set. 2020.

NICARÁGUA. **Ejército De Nicaragua**. 2020. Disponível em: <https://www.ejercito.mil.ni/>. Acesso em: 14 abr. 2020.

OCDE [Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico]. **Official Development Assistance (ODA)**. 2019. Disponível em: <https://www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/development-finance-standards/official-development-assistance.htm>. Acesso em: 9 mar. 2020.

ONU [Organização das Nações Unidas]. **Nairobi Outcome Document of the High-Level United Nations Conference on South-South Cooperation**. Nações Unidas, 2009. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/673444/>. Acesso em: 9 mar. 2020.

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell *et al.* A política externa brasileira para a cooperação internacional em Defesa: análise dos projetos no âmbito da Agência Brasileira de Cooperação (2003-2014). **XII Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional**, Pirassununga, 14-18 de setembro de 2015. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xii_cadn/a_politica_externa_brasileira.pdf. Acesso em 5 jan. 2020.

PACHECO GAITÁN, Guillermo. **Los ministerios de defensa en las Américas: el tiempo de la transformación**. Red de Seguridad y Defensa de América Latina. 2017. Disponível em: <http://www.resdal.org/ministerios/metodologia-ministerios-resdal.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.

PADILHA, Luiz. Força Aérea de El Salvador desiste do A-29 Super Tucano e opta pelo A-37 Dragonfly de 2ª mão. **Defesa Aérea & Naval**, 10 maio 2013. Disponível em: <https://www.defesaaereanaval.com.br/geopolitica/forca-aerea-de-el-salvador-desiste-do-a-29-super-tucano-e-opta-pelo-a-37-dragonfly-de-2a-mao>. Acesso em: 8 set. 2020.

PARAGUASSU, Lisandra. Na ONU, Bachelet alerta para envolvimento de militares em assuntos públicos no Brasil. **UOL**, São Paulo, 14 set. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2020/09/14/na-onu-bachelet-alerta-para-envolvimento-de-militares-em-assuntos-publicos-no-brasil.htm>. Acesso em: 14 set. 2020.

PARDO, Pablo A. Rivas. Defensa interna de los países de América Central: El empleo coercitivo de las Fuerzas Armadas contra la delincuencia. **Estudios internacionales [online]**, Santiago, v. 48, n. 183, jan. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5354/0719-3769.2016.39882>. Acesso em 18 set. 2020.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às Relações Internacionais**: temas, atores e visões. Petrópolis: Vozes, 2004.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Política Internacional**. 2. ed. atual. Brasília: FUNAG, 2012.

PINTO, João Luiz Pereira. **Relatório de gestão da Embaixada do Brasil na Guatemala**. [2018]. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7824329&ts=1545152195795&disposition=inline>. Acesso em 5 jan. 2020.

PION-BERLIN, David, Roberto Goulart; TRINKUNAS, Harold. Attention Deficits: Why Politicians and Scholars Ignore Defense Policy in Latin America. *In: Latin American Research Review*, Austin, v. 42, n. 3, 2007. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4499390?seq=1>. Acesso em: 18 abr. 2020.

PION-BERLIN, David. Unexpected Civil-Military Relations in 21st Century Latin America. **Nueva Sociedad**, n. 21, jan./fev. 2008. Disponível em: https://www.nuso.org/media/articles/downloads/3493_2.pdf. Acesso em 18 set. 2020

PONT, Andrei Serbin. **El nuevo regionalismo y el consejo de defensa suramericano**. 2014. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais "San Tiago Dantas" (PUC-SP, UNESP e UNICAMP), São Paulo, 2014.

PRADO, Alyssa Magalhães. O jeitinho brasileiro: uma revisão bibliográfica. **Horizonte científico**, Uberlândia, v. 10, n. 1, ago. 2007. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/33308>. Acesso em: 30 ago. 2020.

RAE [Real Academia Española]. **Diccionario de la lengua española**. 2020a. Madrid. Disponível em: <http://lema.rae.es/dpd>. Acesso em 11 mar. 2020.

RAE [Real Academia Española]. **Diccionario Panhispánico de dudas**. 2020b. Madrid. Disponível em: <http://lema.rae.es/dpd>. Acesso em 11 mar. 2020.

RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; MARIANO, Marcelo Passini; ALMEIDA, Rafael Augusto Ribeiro de. As diferentes dimensões da cooperação Sul-Sul na política externa brasileira. *In*: RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; AYERBE, LUIS FERNANDO (org.). **Política externa brasileira, cooperação sul-sul e negociações internacionais**. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; MENDONÇA, Filipe Almeida do Prado. Hemisfério em transformação: novas dimensões na relação entre os Estados Unidos e a América Latina. *In*: THOMAZ, Laís Forti; MATHIAS, Suzeley Kalil; OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de (org.). **Diálogos sul-americanos: 10 anos da política exterior**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

REINO UNIDO. **National Security Strategy and Strategic Defence and Security Review 2015: A Secure and Prosperous United Kingdom**. 2015. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/478933/52309_Cm_9161_NSS_SD_Review_web_only.pdf. Acesso em 7 jan. 2020.

REZENDE, Lucas Pereira. **Sobe e desce! explicando a cooperação em defesa na América do Sul: uma teoria realista-ofensiva**. 2013. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

REZENDE, Lucas Pereira. Teoria Realista Ofensiva de Cooperação em Defesa na Unipolaridade. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, jul./dez. 2014.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 1. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RODRIGUES, Rosane Pinto. **Sentinelas dos mares: a carreira militar e suas representações sociais para aspirantes e oficiais da Marinha do Brasil**. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2014.

ROJAS ARAVENA, Francisco. Costa Rica: siete décadas sin Fuerzas Armadas. **Nueva Sociedad**, n. 278, nov./dez. 2018. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/costa-rica-siete-decadas-sin-fuerzas-armadas/>. Acesso em: 15 abr. 2020.

ROSSO, Diulia Dorneles. *et al* Geoestratégia no Atlântico Sul: relações bilaterais Brasil-África do Sul na área de defesa. **Fronteira**, Belo Horizonte, v. 14, n. 27/ 28, p. 7 - 31, 2015.

RUY, Eduardo da Silva. **Relatório de missões no exterior nº 602 – El Salvador**. 2019.

SACHAR, B. S. Cooperation in military training as a tool of peacetime military diplomacy. **Strategic Analysis**, Nova Délhi, v.27, n.3, jul./set. 2003. Disponível em: https://idsa.in/system/files/strategicanalysis_sachar_0903.pdf. Acesso em 5 jan. 2020.

SALOMÓN, Leticia. **Poder civil y Fuerzas Armadas en Honduras**. Tegucigalpa: Centro de documentación de Honduras, 1997.

SANTOS, Maria Helena de Castro. A nova missão das forças armadas latino-americanas no mundo pós-guerra fria: o caso do Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 54, p.115-129, fev. 2004.

SCHEYERL, Denise; SIQUEIRA, Sávio. O Brasil pelo olhar do outro: representações de estrangeiros sobre os brasileiros de hoje. **Trabalhos em linguística aplicada** [online], Campinas, v. 47, n. 2, p. 375-391-40, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-18132008000200007>. Acesso em: 30 ago. 2020.

SCHOULTZ, Lars. **Estados Unidos: poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina**. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

SEABRA, Pedro. The missing link: defense cooperation in Brazilian-African relations (2003-2013). *In*: ISA – FLACSO conference “global and regional powers in a changing world”, Buenos Aires, jul. 23-25, 2014.

SERAPIONI, Mauro. Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração. **Ciência & Saúde Coletiva** [online], v. 5, n. 1, 2000. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1413-81232000000100016>. Acesso em 15 jun. 2020.

SILVA, André Luiz Reis da. O Brasil, a Argentina e os BRICS: convergências e interesses em perspectiva comparada. **Relaciones Internacionales**, La Plata, v. 25, n. 50, 2016.

SILVA, Paulo Vladimir Sousa da; RUY, Eduardo da Silva. Cooperación del Ejército Brasileño em la educación y adiestramiento de la Fuerza Armada de El Salvador: historia y contribuciones. **Educación militar y cultura**, p. 14-21, n. 12, jul. 2019. Disponível em: <http://www.codem.mil.sv/index.php/publicaciones/revista-docente?view=category&id=4>. Acesso em: 15 set. 2020.

SILVA, Peterson Ferreira da. **A cooperação internacional em programas de produtos de defesa e seus atores: o caso Brasil e África do Sul no desenvolvimento do míssil A-Darter**. 2011. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Campinas, Campinas, 2011.

SOUSA, Milton Augusto Maciel de. **Relatório de missões no exterior nº 743 - Honduras**. 2019.

SOUTHCOM [U.S. Southern Command]. **About us**. 2020. Miami. Disponível em: <https://www.southcom.mil/About/>. Acesso em 11 set. 2020.

SOUTO, Cíntia Vieira. **As relações bilaterais e a cooperação militar entre Brasil e Paraguai de 1939 a 1948**. 2016. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SOUZA, Tamires Aparecida Ferreira. **O quebra-cabeças da defesa cooperativa na América do Sul: uma análise em três níveis**. 2019. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais “San Tiago Dantas” (PUC-SP, UNESP e UNICAMP), São Paulo, 2019.

STWR [Share the World's Resources]. **The Brandt report: a summary**. 2006. Disponível em: <https://www.sharing.org/information-centre/reports/brandt-report-summary>. Acesso em: 11 abr. 2020.

TARACENA ARRIOLA, Arturo. Nación y República en Centroamérica (1821-1865). In: TARACENA ARRIOLA, Arturo; PIEL, Jean (org.). **Identities nacionales y Estado moderno en Centroamérica**. México: Centro de estudios mexicanos y centroamericanos, 1995. Disponível em: <http://books.openedition.org/cemca/3203>. Acesso em 21 abr. 2020.

TEIXEIRA, Vinicius Modolo. **A cooperação em defesa na América do Sul como base para a integração do continente**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

TEIXEIRA, Vinicius Modolo. **Geopolítica das Organizações de Cooperação em Defesa: limites e possibilidades na América do Sul**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

USAID. **Foreign Aid Explorer**. 2020. Disponível em: <https://explorer.usaid.gov/>. Acesso em 11 set. 2020.

USP [Universidade de São Paulo]; CEBRAP [Centro Brasileiro De Análise E Planejamento]. **As Américas e o mundo segundo a opinião do público e dos líderes 2010/2011 – 2014/2016**. São Paulo: USP: CEBRAP, 2016. Disponível em: https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Brasil_Ame%CC%81ricas%E2%80%93mundo.pdf. Acesso em 31 ago. 2020.

VAZ, Alcides Costa. Segurança Internacional. *In*: DESIDERÁ NETO, Walter Antônio (org.). et. al. **Política externa brasileira em debate: dimensões e estratégias de inserção internacional no pós-crise de 2008**. Brasília: IPEA; FUNAG, 2018.

VEEN, A. Maurits van der. **Ideas, interests and foreign aid**. Cambridge University Press, 2011.

VIEIRA, Victor Carneiro Corrêa. Construindo a escada para o tabuleiro superior: os BRICS como estratégia de inserção internacional brasileira. **Coleção. Meira Mattos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 37, p. 71-83, jan./abr. 2016.

VIOLANTE, Alexandre Rocha. **Política externa, política de defesa e cooperação Sul-Sul como grande estratégia na África Ocidental: um estudo de caso em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe**. 2017. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos) – Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

VISENTINI, Paulo Fagundes. O Brasil e a história das relações internacionais. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 21, n. 32, p. 18-40, out. 2015.

WORTMEYER, Daniela S. **Desafios da internalização de valores no processo de socialização organizacional: um estudo da formação de oficiais do Exército**. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007.

ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA (IDIOMA ESPANHOL)

1) ¿Usted podría exponer su experiencia en actividades de cooperación en defensa con militares brasileños?

¿Usted ha participado de cuáles actividades?

¿Dónde y cuándo?

2) ¿Usted cree que la cooperación brasileña en defensa ha contribuido para la solución de los retos de las Fuerzas Armadas de su país?

¿Cómo?

Citar ejemplos.

3) Basado en su experiencia, ¿usted cree que las características de los militares brasileños, como la cultura y las costumbres, facilitaron el desarrollo de las actividades?

Citar ejemplos.

4) ¿La interacción entre militares brasileños y hondureños (salvadoreños, panameños, o guatemaltecos) es mejor que la que ocurre entre ustedes y el personal militar de los países del Norte (EUA, Canadá, Europa, Australia, Nueva Zelanda, Corea del Sur y Japón)?

¿Por qué?

Citar ejemplos

5) ¿La interacción entre militares brasileños y hondureños (salvadoreños, panameños, o guatemaltecos) es mejor que la que ocurre entre ustedes y el personal militar de los países del Sur (América Latina, África, China, Taiwan y otros países asiáticos)?

¿Por qué?

Citar ejemplos.

6) En su opinión, ¿cómo podríamos perfeccionar las actividades de cooperación en defensa entre Brasil y su país?

ANEXO B – ROL DE ENTREVISTADOS

General-de-Brigada Miguel Ángel Rivas Bonilla

- 1) Nacionalidade: El Salvador
- 2) Data da entrevista: 13 Jul 2020 (*zoom meetings*).
- 3) Formação militar:
 - Curso de formação de oficiais na *Escuela Militar General Gerardo Barrios* (1989).
 - Curso Regular de Estado-Maior na *Escuela de Comando y Estado-Mayor*.
 - Curso de Segurança e Desenvolvimento Nacional no *Colegio de Altos Estudios Estratégicos*.
 - Mestrado em Defesa e Segurança Hemisférica no *Inter American Defense College*.
- 4) Principais funções desempenhadas:
 - Instrutor da *Escuela de Comando y Estado-Mayor*.
 - Diretor da *Escuela de Infantería*.
 - Comandante da 5ª Brigada de Infantaria.
 - Oficial de Operações do Estado-Maior Conjunto da Força Armada de El Salvador.
- 5) Experiência em cooperação internacional com o Brasil:
 - Aluno de instrutores brasileiros nas escolas militares de El Salvador.
 - Chefe de instrutores brasileiros nas escolas militares de El Salvador (8 anos).
 - Visita ao Brasil em viagem de estudos do *Inter American Defense College*.
- 6) Função atual: Subchefe do Estado-Maior Conjunto da Força Armada de El Salvador.

Major Elbi Heriberto Castillo Lorenzo

- 1) Nacionalidade: Guatemala
- 2) Data da entrevista: 3 Jul 2020 (presencial).
- 3) Formação militar:
 - Curso de formação de oficiais na *Escuela Politecnica* (2002).
 - Curso de Estado-Maior no *Comando Superior de Educación del Ejército*.
- 4) Experiência em cooperação internacional com o Brasil:
 - Aluno de instrutores brasileiros nas escolas militares da Guatemala.
 - Companheiro de instrutores brasileiros nas escolas militares da Guatemala (1 ano).
- 5) Função atual: Aluno do Curso de Comando e Estado-Maior para oficiais das nações amigas na Escola de Comando e Estado-Maior (Brasil).

Coronel Alejandro Valentín Chang Barrios

- 1) Nacionalidade: Guatemala
- 2) Data da entrevista: 27 Jul 2020 (*zoom meetings*).
- 3) Formação militar:
 - Curso de formação de oficiais na *Escuela Politecnica* (1991).
 - Curso de Estado-Maior no *Comando Superior de Educación del Ejército*.
 - Curso de Comando e Estado-Maior no *Comando Superior de Educación del Ejército*.
- 4) Experiência em cooperação internacional com o Brasil:
 - Aluno de instrutores brasileiros nas escolas militares da Guatemala.
 - Visita a empresas da base industrial de defesa do Brasil.
- 5) Função atual: Adido de defesa da Guatemala no Brasil.

Tenente-Coronel Fabrizio Daniel Cárcamo Vega

- 1) Nacionalidade: Honduras
- 2) Data da entrevista: 14 Jul 2020 (*zoom meetings*).
- 3) Formação militar:
 - Curso de formação de oficiais na *Academia Militar General Francisco Morazán* (1994).
 - Curso de Comando e Estado-Maior na *Escuela de Comando y Estado Mayor*.
- 4) Experiência em cooperação internacional com o Brasil:
 - Aluno de instrutores brasileiros nas escolas militares em Honduras.
 - Oficial de ligação do Exército de Honduras com os oficiais estrangeiros em missão no país (2 anos).
 - Companheiro de instrutores brasileiros na *Escuela de Infantería* em El Salvador (1 ano).
 - Visita a empresas da base industrial de defesa no Brasil.
- 5) Função atual: Oficial de operações da Diretoria de Orçamento das Forças Armadas.

Coronel Jeremías Guillermo Urieta Quintero

- 1) Nacionalidade: Panamá
- 2) Data da entrevista: 28 Jul 2020 (*zoom meetings*).
- 3) Formação militar:
 - Curso de formação de oficiais na Academia do Força Aérea Brasileira (1991)
- 4) Principais funções desempenhadas
 - Subsecretário-geral do Sistema de Cooperação entre as Forças Aéreas Americanas.
 - Inspetor-Geral do Serviço Aeronaval do Panamá.
 - Comandante do Grupo Aéreo do Serviço Aeronaval do Panamá.
 - Diretor Nacional de Assuntos Jurídicos do Serviço Aeronaval do Panamá.

- 5) Experiência em cooperação internacional com o Brasil.
 - Realizou curso na Academia da Força Aérea Brasileira.
 - Visita a empresas da base industrial de defesa no Brasil.
 - Trabalho com oficiais brasileiros no Sistema de Cooperação entre as Forças Aéreas Americanas.
- 6) Função atual: Adido de defesa do Panamá no Brasil

Major Laura Jeannette Gomez de Calles

- 1) Nacionalidade: El Salvador
- 2) Data da entrevista: 4 Ago 2020 (respostas enviadas via *e-mail*).
- 3) Formação militar:
 - Curso de formação de oficiais na *Escuela Militar General Gerardo Barrios* (2003).
 - Curso de Estado-Maior na *Escuela de Infantería*.
- 4) Principais funções desempenhadas:
 - Instrutora da *Escuela de Infantería*.
- 5) Experiência em cooperação internacional com o Brasil:
 - Aluna de instrutores brasileiros nas escolas militares de El Salvador.
 - Companheira de instrutores brasileiros na *Escuela de Infantería* (1 ano).
- 6) Função atual: Aluna do Curso Regular de Estado-Maior (El Salvador).